

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Mestrado em Antropologia Social

Alexandro Cardoso

Organizações de catadoras e catadores de materiais recicláveis
dos coletivos locais às organizações internacionais

Porto Alegre
2023

Alexandro Cardoso

Organizações de catadoras e catadores de materiais recicláveis
dos coletivos locais às organizações internacionais

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Jean Segata

Porto Alegre

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

Cardoso, Alexandro
Organizações de catadoras e catadores de materiais
recicláveis: dos coletivos locais às organizações
internacionais / Alexandro Cardoso. -- 2023.
191 f.
Orientador: Jean Segata.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Catadoras/es de materiais recicláveis. 2.
Reciclagem. 3. Resíduos. 4. Organização de
catadoras/es. 5. Autoetnografia. I. Segata, Jean,
orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Alexandro Cardoso

Organizações de catadoras e catadores de materiais recicláveis dos coletivos locais às organizações internacionais

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Jean Segata

Aprovado em: Porto Alegre, [Clique aqui para inserir uma data]..

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Jean Segata (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dra. Cornelia Eckert
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dra. Viviane Kraieski de Assunção
Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

Dr. Sandro Benedito Sguarezi
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Dr. Valdo José Cavallet
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

DEDICATÓRIA

A quem caminha sem pisar em ninguém.

AGRADECIMENTOS

A todos os braços e abraços que tornaram essa caminhada feliz.

Tive uma infância tão feliz quanto precária; a família por um lado, tornando a vida como vida, partilhando mutuamente o pouco que conquistamos e, por outro, a sujeira, a miséria e a fome, sendo essas minhas primeiras professoras. Por isso sou catador e, por mais que queiram tirar está identidade, foi esta que me foi dada, não fui eu quem escolhi quando não podia escolher e escolho agora que posso.

Minha vida sempre girou em torno dos resíduos, e meu idioma social é resíduo, assim como na obra do autor Evans-Pritchard, Os Nuers (1940), no qual diz “Seu idioma social é um idioma bovino” (Evans-Pritchard, 1940, p, 27), se referindo à vida dos Nuers em torno do cuidado e trocas com o gado, à toda ecologia envolvida que tecia toda a organização social e institucional deste povo. Algo semelhante ocorre na minha vida e na das/os catadoras/es, os quais têm um idioma específico, os resíduos.

Sou neto de catador, filho de catador, catador também me tornei, sem precisão de quando. Foi a necessidade e meus conhecimentos sobre o mundo que me empurraram para isso, pois eu apenas via o mundo a partir dos resíduos, dialogava com as pessoas em torno dos resíduos, trabalhava com resíduos. Agora, depois de passar pela graduação, num pulo, cheguei ao mestrado, esperando a doce alegria da aprovação. Mestre catador.

Não existe a história de um Alex sozinho, poderoso, e que avança singularmente apenas pelos seus méritos, pelos seus próprios braços, pois a remada é impossível só. Basta olhar para minha categoria, que não está na situação em que se encontra porque não luta, não se esforça, não rema, mas sim porque são injustiçados economicamente, socialmente e ambientalmente, obrigados a sobreviverem em uma situação que ninguém desejaria.

Aqui não existe nenhuma ideia de meritocracia, tudo isso é fruto do coletivo e, claro, para que eu possa receber um título que é nosso. Logo, são muitos braços e abraços merecedores de agradecimentos, dos quais não nominarei; muitos deles, pelo simples fato de abraçar sem cobrar nada em troca, por serem capazes de discordarem comigo. Essas/es são as/os melhores.

Agradeço a meus familiares, principalmente as manas Anelise Cardoso, Suzi Kelly Cardoso, Marisol Cardoso, Tassiane Cardoso, aos manos André Cardoso e Bruno Cardoso, meus irmãos cunhados Juliano Marchetto e Elisandro Ribeiro; aos filhos Victor Cardoso e Vinícius Cardoso, e à filha Hellen Cardoso que, mesmo

distante, sempre me acompanha nas minhas caminhadas; minha mãe Tânia Cardoso e à minha esposa Lidiane Jaques com quem compartilho minha vida, angústias e felicidades.

Agradeço às catadoras e catadores da Cooperativa dos Catadores da Cavalhada, ao Fórum Municipal dos Catadores de Porto Alegre, ao Movimento Nacional das Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), a Associação Nacional dos Catadores (ANCAT), a Rede Latino Americana e Caribeña de Catadores (Red Lacre), a Aliança Global dos Catadores (IAWP) e a Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing (WIEGO), apoiadora internacional da nossa categoria.

Agradeço minhas/eus colegas, professoras/es, técnicas/os, ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a cada membro da minha banca avaliadora, à minha companheira de luta Lixo Zero, Magda Kohanoski Strasburg, a Profa. Cleci Bevilaqua, do Instituto de Letras da UFRGS pelas importantes contribuições na revisão deste meu trabalho, ao meu Professor, companheiro e orientador, Jean Segata, que desde a graduação orienta meus trabalhos e, em especial, ao Professor Mário Ricardo Guadagnin pelos aconselhamentos, variadas discussões, churrasco e sua casa em Criciúma - SC e, claro, pelo seu companheirismo e inestimável contribuição na finalização deste trabalho.

Agradeço ao povo brasileiro pela bolsa de estudos que garantiu que eu pudesse viver melhor. Todo estudante pobre que decide estudar, merece uma bolsa de estudos para que possa concretizar seus desejos de busca de conhecimentos.

“Os bons eu enalteço, os mais eu crítico. Devo reservar as palavras suaves para os operários, para os mendigos, que são escravos da miséria.”

Maria Carolina de Jesus

RESUMO

As/os catadoras/es de materiais recicláveis são trabalhadoras/es fundamentais para a reciclagem, (in)visíveis aos olhos da sociedade e com/sem valorização e reconhecimento, trabalham e vivem em condições precárias, mesmo quando estão reunidos em organizações coletivas solidárias. Segundo o Banco Mundial (2014), no mundo, mais de 15 milhões de catadoras/es trabalham coletando, separando e encaminhando materiais recicláveis para a reciclagem. Destes, 4 milhões estão presentes na América Latina e 800 mil no Brasil (MNCR. 2014), sendo que 75% da categoria sobrevive de forma insalubre, exercendo seu trabalho majoritariamente nas ruas e lixões do planeta. A categoria trabalha de forma individual ou organizada coletivamente em associações e cooperativas no âmbito local, sendo que uma parcela se organiza no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) em âmbito nacional, na Rede Latino-Americana e Caribenha de Catadores (Red Lacre) no continente e na Aliança Internacional dos Catadores (IAWP) no mundo. Descrever a organização e o que levou a categoria a se organizar nestes diferentes níveis é o objetivo principal dessa dissertação de mestrado, utilizando técnicas que vão para além da inserção, imersão, pesquisa, escrita por um “pesquisador que vem de dentro” (Cardoso, 2022), ou seja, um catador de materiais recicláveis em torno da autoetnografia.

Palavras-chave: Catadoras/es de materiais recicláveis; Reciclagem; Resíduos; Organização; Autoetnografia.

ABSTRACT/RESUMEN/RÉSUMÉ

Collectors of recyclable materials are fundamental workers for recycling, (in)visible to the eyes of society with/without appreciation and recognition, they work and live in precarious conditions, even when they are gathered in collective solidarity organizations. According to the World Bank (2014), in the world, more than 15 million waste pickers work collecting, separating and sending recyclable materials for recycling, of which 4 million are in Latin America and 800 thousand in Brazil (MNCR. 2014), with 75% of the category surviving in unhealthy environment, doing their work mainly on the streets and landfills of the planet. The category works individually or collectively organized in local associations and cooperatives, part of them is organized in the National Movement of Recyclable Material Collectors at a national level, in Latin American and Caribbean Network of Collectors (Red Lacre) on the continent and in the International Alliance of Waste Pickers (IAWP) around the world. Describing the organization and what led the category to organize itself at these different levels is the main objective of this master's thesis, using techniques that go beyond insertion, immersion, research, written by a “researcher who comes from within” (Cardoso. 2022), that is, a collector of recyclable materials around autoethnography.

Keywords: Recyclable collectors, Organization, Autoethnography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto de cacos de vidro.....	17
Figura 2 - Mosaíco feito de cacos de vidro.....	17
Figura 3 – Linha do tempo da organização nacional e internacional das/os catadoras/es.....	20
Figura 4 – O que é autoetnografia.....	24
Figura 5 - Ilustração do Alex estudando e puxando um carrinho com materiais recicláveis.....	37
Figura 6 - Foto original que deu origem à ilustração anterior	37
Figura 7 - QRCode para acessar o documentário.....	44
Figura 8 - Esquema de atividades – base da cadeia produtiva da reciclagem.....	53
Figura 9 - Esquema de organização e comercialização de materiais recicláveis.....	54
Figura 10 - Precificação dos recicláveis e dos produtos reciclados	56
Figura 11 - Infográfico da reciclagem	58
Figura 12 - Esquema Natureza	64
Figura 13 - Plantação de eucalipto no sul da Bahia	65
Figura 14 - Extração de minérios em Nova Lima - MG	66
Figura 15 - Produtos derivados do refino de petróleo	66
Figura 16 - O Velho/Homem do Saco	69
Figura 17 - Minha "família" faz flores.....	75
Figura 18 - Mapa mental das (in)visibilidades das (inter)dependências da rua.....	78
Figura 19 - Minilixões e a insustentabilidade.....	85
Figura 20 - Dona Eva – Eva de Andrade e Saraiva – catadora histórica, fundadora da cooperativa ASCAT.....	91
Figura 21 - Imagem aérea com delimitação da Vila Caicai, Porto Alegre - RS	94
Figura 22 - Imagem aérea com delimitação do Loteamento da Cavallhada, e localização da ASCAT, Porto Alegre - RS.....	95
Figura 23 - Quadro da Valorização das catadoras – Dona Eva, Catadora histórica da ASCAT/MNCR – <i>in memoriam</i>	97
Figura 24 - Assembleia Geral.....	101
Figura 25 - Reunião de Coordenação	104
Figura 26 - Formação política e social da categoria.....	105
Figura 27 - Educação ambiental com NEGA.....	108

Figura 28 - Conversão de resíduos em materiais recicláveis feito pela cooperativa ASCAT	109
Figura 29 - Fardo PEAD – de sacolinhas plásticas	111
Figura 30 - Esquema de destinação de resíduos	112
Figura 31 - Cartaz do 1º Congresso Nacional dos Catadores, da 1º Feira de Artesanato da População de Rua e 1º Marcha Nacional da População de Rua	123
Figura 32 - Imagem de formação na Cooperativa dos Catadores de Santa Cruz do Sul - RS	124
Figura 33 - Expocatadores 2017, ocorrida em Brasília com a presença de Lula	126
Figura 34 - Natal dos Catadores em São Paulo, 2022, com a presença do presidente eleito Luiz Inacio lula da Silva	127
Figura 35 - Terceiro encontro nacional de mulheres catadoras	128
Figura 36 - Encontro estadual das/os catadoras/es do Rio Grande do Sul.....	129
Figura 37 - Foto do 1º Congresso Nacional dos Catadores, Brasília, DF (2001)	137
Figura 38 - Organograma holocrático de autogestão do MNCR	141
Figura 39 - Bandeirão do MNCR com partes enroladas para caber na rua	148
Figura 40 - Apresentando bandeira na ONU	148
Figura 41 - Pirâmide do trabalho da cadeia produtiva da reciclagem.....	153
Figura 42 - Pirâmide da riqueza da cadeia produtiva da reciclagem.....	157
Figura 43 - Cartazes do 1º e 2º congressos latino-americano de catadores.....	161
Figura 44 - Imagens da delegação brasileira e delegados dos países na Assembleia da Red Lacre.....	166

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Racismo ambiental na relação social entre catadoras/es, gestoras/es e geradoras/es	31
Quadro 2 – Racismo ambiental num viés econômico: valores da gestão de resíduos	32
Quadro 3 - Classificação de materiais recicláveis	50
Quadro 4 - Reconhecimento e valorização das catadoras e catadores: pagamentos	97
Quadro 5 - Ecologia social, econômica e política do MNCR	121
Quadro 6 - Diferentes categorias de trabalho exercidas/os por catadoras/es	151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTAC – Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis
ASCAT – Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis da Cavahada
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem
CONCRAB – Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil
COOPAMARE – Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis
CSS – Coleta Seletiva Solidária
DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana
EA – Educação Ambiental
EES – Empreendimento Econômico Solidário
EPCs – Equipamentos de Proteção Coletiva
EPIs – Equipamentos de Proteção Individual
ES – Economia Solidária
EUA – Estados Unidos da América
FAARGS – Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul
FNLC – Fórum Nacional Lixo e Cidadania
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisas Aplicadas
MMA – Ministério do Meio Ambiente e do Clima
MNCR – Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis
MNPR – Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)
MST – Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terra do Brasil
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OAF – Organização Auxílio Fraternal
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização não-governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNSB – Política Nacional de Saneamento Básico
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PT – Partido dos Trabalhadores

Red LACRE – Red Latinoamericana y del Caribe de Recicladores

RS – Rio Grande do Sul

RSU – Resíduos Sólidos Urbanos

SP – São Paulo

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

UNICATADORES – União Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Brasil

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNICOPAS – União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias

UNISOL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

UTs – Unidades de Triagem

VTAs – Veículos de Tração Animal

VTHs – Veículos de Tração Humana

WIEGO – *Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing* / Mulheres em Empregos Informais: Globalizando e Organizando

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 #VAITERCATADORDOUTOR	37
2 CATAR, RESISTIR, SE ORGANIZAR	45
2.1 CACOS DE AREIA, ÁRVORES DE PAPEL, METAIS DE TERRA E PLÁSTICO DE PETRÓLEO	59
2.2 O VELHO DO SACO	69
2.3 MINHA “FAMÍLIA” DAS FLORES	73
2.4 SITUAÇÃO DE RUA, CATAÇÃO, SINAL, FLANELA, OUTROS TRABALHOS.....	76
2.5 OS MINILIXÕES, A INSUSTENTABILIDADE PÚBLICA	79
3 A ORGANIZAÇÃO COLETIVA, COOPERATIVA ASCAT	89
3.1 HISTÓRICO DA COOPERATIVA ASCAT	90
3.2 CHEGADAS E SAÍDAS, A FORMAÇÃO DAS/OS CATADORAS/ES	96
3.3 A ASSEMBLEIA GERAL E DA ESCADA, A DEMOCRACIA DIRETA DA ASCAT	100
3.4 A PARTILHA - QUEM MENOS TEM, MAIS DIVIDE	105
3.5 O FEIO MAIS BELO QUE EXISTE: PARTILHANDO O PÃO	106
3.6 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM A PREFEITURA DE PORTO ALEGRE	115
4 ORGANIZAÇÃO NACIONAL, A IDENTIDADE COLETIVA	120
4.1 HISTÓRICO DE ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DAS CATADORAS E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – MNCR.....	130
4.2 ORGANICIDADE E CAPILARIZAÇÃO DO MNCR NO BRASIL.....	138
4.3 SIMBOLOGIA - IDENTIDADE COLETIVA DAS/OS CATADORAS/ES	144
4.4 A INJUSTA CADEIA PRODUTIVA DA RECICLAGEM	151
4.5 ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS – ANCAT E UNICATADORES	157
5 INTERNACIONAL: SE NÃO TEM FRONTEIRAS PARA OS QUE EXPLORAM, NÃO DEVERÁ TER PARA OS QUE LUTAM	160
5.1 REDE LATINO-AMERICANA E CARIBENHA DE CATADORES - RED LACRE	160
5.2 ALIANÇA INTERNACIONAL DOS CATADORES – IAWP	163
6 CONCLUSÃO	169

REFERÊNCIAS.....	176
ANEXO 1 — PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO MNCR	183
ANEXO 2 – 1ª CARTA DE BRASÍLIA	186
ANEXO 3 – 2ª CARTA DE BRASÍLIA	189

INTRODUÇÃO

Figura 1 - Foto de cacos de vidro



Fonte: Recicotal

Figura 2 - Mosaíco feito de cacos de vidro



Fontes: Cacos de Vidas Mosaicos

Sobrevivo
 Não durmo, descanso,
 Não descanso, ando,
 Não ando, corro,
 Não corro, voo,
 Não voo, sonho,
 Não sonho, tenho pesadelos,
 Não tenho pesadelos, sobrevivo.
 Alexandro Cardoso (2023)

Começar qualquer texto com poesia é começar com vida, é uma das artes de se viver. No meu caso, o sobreviver encarnado no chegar do novo amanhã e não importa como poderá ser, sempre vou lutar e acreditar que será melhor, um novo e melhor amanhã, para mim, não, para nós. É preciso acreditar no NÓS, fazer por NÓS, em letras maiúsculas, garrafais, para chamar atenção e marcar uma referência. É por NÓS que haverá um eu, mesmo com todas minhas e nossas singularidades,

individualidades, diferenças e desejos, pois o todo é e sempre será conquistado pelo NÓS. É por nós que escrevo.

Tenho o prazer de começar a escrever esta dissertação de mestrado com uma poesia reflexiva, justamente por eu ser um pouco diferente em relação às/aos outras/os pesquisadoras/es, por ser trabalhador excluído, por contribuir na organização do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), por ser estudante de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e ter estudado somente quando adulto (aos 34 anos), por ser pai, por morar em comunidade e na qual sou o único estudante de ensino superior, aliás, o único graduado na família até o momento. Estas diferenças sempre usei com potência, tornei força, pois compreendo a importância coletiva desta formação, destes textos que produzo, para além da academia, para a vida.

Cacos e mosaicos é como vejo nossas/minha vida; um processo infelizmente muito parecido com grande parte da população brasileira, que trabalha, mas para quem o fruto de seu trabalho mal consegue pagar sua subsistência, e que, mesmo assim, não perde a esperança, luta diariamente pela vida, se reinventa e, a partir dos cacos, torna-se mosaicos, os quais constroem nosso país e fazem com que eu acredite, a cada dia, que é possível a revolução social. É claro, que ela não depende só da educação, mas sem ela, torna-se impossível. Em relação à superprodução de riquezas o velho Marx (2004) diz:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

Nas minhas lindas aventuras enquanto estudante e pesquisador, dentro deste imenso campo das Ciências Sociais e de suas vastas conceitualizações, teorizações e ferramentas de olhar, desvendar e adivinhar o mundo social, a cultura, a arte, a religião, os parentescos, as relações sociais e institucionais, enfim, a vida como ela é em sua complexidade, ou ainda, a teorização do que se pensa como a vida é, girando em explicações as quais às vezes até complicam, mas explicam e dão sentido, ou vários, como um sonho do cientista social em sempre descrever a verdade das coisas,

não de forma absoluta, claro, pois as coisas sempre mudam e, o absolutismo, pelo menos nas Ciências Humanas, não existe.

Este trabalho vai para além de palavras, é uma ferramenta de manifestação, de gritar a todos pulmões que é possível, mesmo para aquelas/es mais excluídas/os, organizarem-se e conquistar o direito de ter direitos, mesmo que ainda lutem pela efetivação destes direitos. É nestas ruas que irei transitar, com toda a liberdade que a Antropologia me dá, para sistematizar o conhecimento daquilo que eu vivi enquanto catador, tornando-me etnógrafo treinado, mas que sempre está aberto a aprender e a aperfeiçoar a escrita, a qual, somente na arte e olhe lá, pode ser perfeita, para discorrer essas experiências, transformando-as em conhecimento, o qual desejo, do fundo do meu coração, que não fique apenas como uma exigência, um punhado de papel físico ou on-line, guardado em qualquer biblioteca, incluindo a virtual.

Como estudante, li diversas/os autoras/es e me encantava quando os conceitos e suas aplicações estavam diretamente na introdução dos seus escritos, justamente porque enquanto etnógrafos, escrevemos e descrevemos nossos trabalhos de forma densa, em tantos detalhes, de forma a tentar – e olha que às vezes conseguimos – levar nossas/os leitoras/es a “ver” com nossas lentes aquilo que estamos, por vezes, sentindo e difundindo em nossas palavras. Desta forma, depois de uma conversa rápida com meu orientador, o qual concordou, em discorrer, já nesta introdução, sobre os principais conceitos aplicados nesta dissertação, para que possíveis leitores possam ter, num mesmo local do texto, a compreensão daquilo que estou tratando no trabalho como um todo.

Essa dissertação parte das perguntas de pesquisa que buscará responder: quais objetivos e por que as/os catadoras/es de materiais recicláveis se organizam, inclusive internacionalmente? As perguntas surgiram porque a gestão de resíduos e seu trabalho ocorre principalmente localmente, a partir de municípios ou consórcios municipais (BRASIL, 2010), tendo a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis da Cavahada (ASCAT) como organização local, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) como organização nacional e a Rede Latino- Americana e Caribenha de Catadores (Red LACRE) e Aliança Internacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (IAWP, sigla em inglês para International Alliance Waste Pickers) como organizações internacionais.

Segue abaixo, na figura 3, o esquema temporal de organização da categoria, desde a instância nacional até a internacional, começando com o 1º encontro Nacional

de Catadores de Papel, ocorrido em 1999, em Santos, São Paulo, que foi a base para a organização do 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, no qual foi fundado o MNCR, em 2011 em Brasília, passando para os três Congressos Latino — Americanos, ocorridos os dois primeiros em Caxias do Sul e São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, respectivamente, e o terceiro, em Bogotá, na Colômbia. Já o 1º Encontro Estratégico Global, ocorreu em Pune, Mumbai e Nova Deli, na Índia.

A aprovação dos estatutos da IAWP ocorreu respeitando os protocolos de distanciamento, em decorrência da pandemia causada pelo vírus Covid-19. Na programação, estava previsto um encontro presencial de catadores, com representantes de 36 países, mas acabou sendo uma transmissão on-line pelas redes sociais da IAWP, sendo que no Brasil, ocorreu pelas redes sociais do MNCR. Está previsto ainda, para março de 2024, o primeiro congresso da IAWP, programado para ocorrer em Buenos Aires, Argentina, onde será deliberada a coordenação da aliança e decididos outros encaminhamentos (Figura 3).

Figura 3 – Linha do tempo da organização nacional e internacional das/os catadoras/es



Fonte: MNCR, RED LACRE, IAWP. Elaborado pelo autor.

Meu ponto de partida para esta dissertação é minha experiência, a qual não foge de minha sensibilidade (Throop, 2003), meu modo de ver, sentir, aprender e

interagir com o mundo, pois além de ser catador de materiais recicláveis, faço parte, estou e estive presente na maior parte destas atividades aqui percorridas, sou parte dessas organizações sociais, uma vez que já trabalhei nas ruas de Porto Alegre com VTH, os carrinhos, bem como faço parte da cooperativa ASCAT, do MNCR, da Red Lacre e da IAWP. Assim, conforme Throop, a

Experiência é um conceito chave ao longo da história da disciplina, mas tem, até recentemente, permanecido sem um exame crítico. Mesmo assim, a sua proliferação nos escritos antropológicos contemporâneos é verdadeiramente notável. Com efeito, experiência se tornou um construto central para um número de perspectivas divergentes na Antropologia, incluindo a teoria feminista, antropologia fenomenológica, antropologia psicológica, antropologia médica e etnografia crítica. Em todas essas abordagens, enquanto a importância e a centralidade da experiência são evidentes, a definição e propriedades operacionais do construto permanecem evasivas (THROOP, 2003, p. 219, tradução livre).

É agarrado à minha experiência e aos conhecimentos compartilhados em sala de aula do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS, que disserto sobre a organização local e internacional das/os catadoras/es. Grande parte desse processo de organização, eu experienciei presencialmente, sendo parte pulsante daquilo que estava ocorrendo, como na catação nas ruas de Porto Alegre, na organização da Cooperativa ASCAT, nos encontros estaduais, nacionais e internacionais de catadoras/es. Para exemplificar o experienciar, descrevo uma citação minha, feita no Congresso de Direito Ambiental, ocorrido em São Paulo, citação que ficou como parte do Filme Catador@s de História, vencedor de três prêmios nacionais, incluindo melhor longa-metragem, no Festival de Cinema de Brasília no ano de 2016. Na ocasião, eu ainda estudava no sexto ano do Ensino Fundamental de Educação de Jovens e Adultos, na escola Neuza Goulart, localizada na Vila Cai Cai, a poucos metros da minha casa. A citação virá em meio a explicação para melhor situar a/o leitora/r do que eu estava falando:

- “Há 14 anos atrás, os catadores estariam lá fora aonde ninguém olhava, ninguém nos via e passaram para parte da frente [...]”, referindo-me à organização do MNCR, o qual proporcionou que pudéssemos estar à frente, neste caso, literalmente a frente, em cima do palco onde eu estava falando para juízas/es, promotoras/es, procuradoras/es, defensoras/es, advogadas/os e estudantes de direito;

- “[...] eu mesmo nasci num carrinho, minha avó catadora minha mãe catadora, eu ainda nasci catador [...]”, referindo diretamente às minhas origens, como terceira geração de catadoras/es;

- “[...] não consegui nem concluir o primeiro grau, mas voltei pro supletivo agora logo, né? E agora a gente tá nessa nova etapa da vida, né? [...]”, informando que eu havia retornado aos estudos;

- “[...] porque a gente realmente entendeu que a gente além de ser um cidadão, nós também sabemos a contribuição que nós vamos dar para o nosso país e para o nosso planeta, nós conseguimos entender primeiro quem, somos nós, qual é o sujeito? [...]”, referindo-me a construção e fortalecimento da nossa identidade, do sujeito catador;

- “[...] Nós conseguimos entender qual que é o agente social disso tudo [...]”, entendendo, conforme nossa formação no MNCR, que sujeito é o indivíduo, agente é o coletivo de indivíduos ou quem representa ou manda nos indivíduos, neste caso, as empresas privadas e, claro, a organização coletiva do MNCR;

- “[...] porque sozinho a gente sabe o que acontece lá na rua, é um mundo selvagem, é o capital selvagem que persegue, mata e destrói tudo que quer se construir de forma diferente do Capital selvagem [...]”, referindo-me às dificuldades, invisibilidades, ou até mesmo perseguição em relação ao tratamento que as prefeituras e empresas dispensam à nossa categoria, nossa organização enquanto cooperativas, as quais não são empresas privadas. Os gestores públicos tratam as cooperativas de forma diferente em relação às empresas privadas, essa explicação está mais explícita nesta dissertação;

- “[...] e a gente se organizando de forma coletiva [...]” em cooperativas e no MNCR;

- “[...] a gente consegue dar uma resposta a isso, muito mais difícil tá caminhando junto [...]”, referindo-me à construção coletiva, à participação, à democracia do MNCR, mas que fizemos questão de praticar, como princípios da organização;

- “[...] principalmente juntando pessoas que nunca tiveram nada, e a gente tem que responder à pergunta do porquê então estamos se juntando, se nós não temos nada, o que nós vamos ganhar com isso? [...]”, essas são perguntas iniciais por parte de algumas/ns catadoras/es quando nos conhecem, quando iniciam na formação, principalmente aquelas/es que trabalham nas ruas e lixões, questionando sobre o que vão ganhar se organizando, mas com a formação;

- “[...] e aos poucos a gente mudando a nossa própria história, nossa própria realidade e se transformando em sujeito, se transformando em agente [...]”, que é a

organização do sujeito, a/o catadora/r individual para a organização coletiva, o agente MNCR;

- “[...] quando a gente consegue organizar, o movimento é o setor que gira mais de 250 milhões de reais mensais e a mudança que os catadores proporcionaram se organizando se mobilizando se formando [...]”, referindo-me à cadeia produtiva da reciclagem, onde somos a base do trabalho, mas que as riquezas se concentram na pré-indústria e indústria final;

- “[...]; fazendo essa luta com a sociedade, de dizer que o que nós fizemos é um trabalho e esse trabalho tem que ser valorizado [...]”, referindo-me à educação ambiental, à coleta seletiva solidária;

“[...] Principalmente quando a sociedade nos diz para nós ir procurar o emprego, para nós se capacitar e virar pedreiro, aí para as mulheres virarem costureira, virarem babás, porque é o que o mercado precisa [...]”, referindo-me ao preconceito que parte da sociedade tem em relação à nossa categoria, a qual pensa que somos vagabundos. Eu mesmo já escutei “vai trabalhar vagabundo”, sendo que eu estava puxando com carrinho cheio de materiais recicláveis. Estas pessoas preconceituosas só querem que nós – catadoras/es – façamos serviços de serventia a elas/es;

- “[...] e não olham realmente o que que nós enquanto sociedade, enquanto o povo precisamos para continuar a sobreviver ao nosso planeta e principalmente a garantia da nossa existência ao longo dos anos daqui para frente [...]”, referindo-me ao importante trabalho de reciclagem e proteção ambiental, um trabalho necessário e importante que garante vida ao planeta além de ser o trabalho que nos sustenta;

- “[...] que nós somos pobres, mas nós sabemos pensar e a gente vive, nós sabemos que nós queremos”, referindo-me ao fato de que não somos ignorantes, que sabemos pensar, planejar, que sabemos aquilo que queremos para nós. (CARDOSO, 2015)

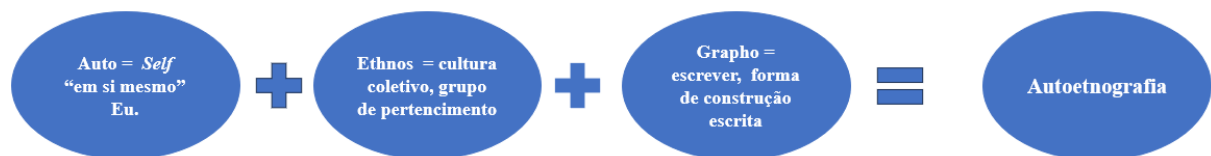
Descrevo este trabalho utilizando metodologia de autoetnografia, ou seja, auto(eu) e etno(coletivo) e grafia(escrita), recorrendo fortemente à minha experiência, a qual Throop (2003) afirma ser um conceito “fundamental para a construção de edifícios teóricos”, ou seja, a flexibilidade enquanto *insider* através do *self*, pois sou catador de materiais recicláveis muito antes de tornar-me pesquisador, ocupando espaços de decisões nessas organizações, desde a local até a internacional, sendo que em alguns momentos me referencio diretamente, escrevendo em primeira

pessoa, o eu catador escrevendo, e, em outros momentos, escrevendo coletivamente, o nós representando o movimento, a academia, a sociedade.

Antes de ser campo, este local de pesquisa é minha vivência, local onde aprendi coletivamente com outras/os catadoras/es a tornar-me o intelectual (sujeito que pensa) que sou, claro, com apoio e fortalecimento da academia, minhas/eus professoras/es e colegas. Desta forma, sou “pesquisador que vem de dentro” (Cardoso, 2022), conceito que desenvolvi no meu trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais e que de certa forma me coloca como um pesquisador privilegiado pela posição em campo, mas que, ao mesmo tempo, me obriga a ter grande responsabilidade de escrita comprometida.

Como uso a metodologia de autoetnografia, busco aqui explicar o que significa a etimologia da palavra e não descrever isoladamente o que é e o que significa, pensando em contribuir justamente para que minhas/eus leitores possam conhecer melhor e, quem sabe, aventurarem-se como eu com este delicioso desafio de escrita que parte do indivíduo para o coletivo e usa um self bem posicionado em campo (Figura 4). Para começar, a autoetnografia é uma palavra grega e significa:

Figura 4 – O que é autoetnografia



Fonte: Elaboração do autor

Desta forma, a autoetnografia como ato de escrita parte do *self*, catador, com a perspectiva de compreender e estudar as experiências do próprio pesquisador, ou seja, do indivíduo para o coletivo (organização), demarcando posição.

Para Denzin, é importante posicionar-se, pois a ideia de neutralidade é uma posição, entretanto do mais forte, daquele que leva vantagens sobre aquilo que estamos discorrendo, mesmo sabendo que, às vezes, não existem dois lados, mas que, neste caso, em se tratar também do sofrimento social (Das, 1995), do racismo ambiental (Herculano, 2008; Filgueira, 2021) e, em especial, da luta e da organização das/os catadoras/es de materiais recicláveis, descrita por um pesquisador de dentro do movimento (Cardoso, 2022), um catador participante e comprometido, várias vezes sendo protagonista em campo, podendo utilizar de sua posição para descrever em

riqueza de detalhes aquilo que quer revelar e ampliar em vozes e visibilidade; portanto, a posição está dada desde o sempre. Nas palavras de Denzin,

Para isso, devemos criar nossos próprios padrões de avaliação, nossas próprias medidas de qualidade, influência, excelência e impacto de justiça social. Estes são critérios morais. Eles celebram resistência, experimentação e empoderamento. Eles honram o trabalho partidário que oferece críticas baseadas no conhecimento das configurações sociais e das instituições. Eles promovem a dignidade humana, direitos humanos e sociedades justas em todo o mundo. Esses discursos serão sempre sobre o local, sobre a justiça humana nas vidas vividas sob o neoliberalismo. O foco será nos seres humanos enquanto indivíduos singulares universais e nos grupos que universalizam, em suas singularidades, as experiências de vida transformadoras de seu momento histórico (Denzin, p. 107, 2018).

Assim sendo, este trabalho foi um grande/bom desafio, ou seja, descrever de forma a deixar claro o ponto de vista do pesquisador, neste caso, por ser também catador e, claro, por estar completamente envolvido com o campo muito antes de ser um campo de pesquisa, pois, neste caso específico, minha atuação é anterior ao ser pesquisador, tornando-me, assim, um pesquisador com passagem aberta pelo campo, sem necessidade de formalidades como, por exemplo, a criação de uma rede de colaboradoras/es, uma vez que estas/es são, antes de mais nada, companheiras/es de profissão.

Logo, a atuação em campo dá-se sem menosprezar ou diminuir a presença e importância das/os interlocutores, as/os catadoras/es de materiais recicláveis e lideranças, coautoras/es desta dissertação, construída a várias mãos, ou melhor, com a ajuda das variadas e complexas ideias das/os catadoras/es de materiais recicláveis, cabendo a mim a doce tarefa da escrita, a qual executo com muita honra e orgulho, principalmente por compreender a importância da ciência, em especial das Ciências Sociais, e que trabalhos como estes têm de levar e disseminar conhecimentos para dentro da academia, bem como para toda a sociedade, além de desvendar problemas e apontar possíveis soluções reais de pessoas reais que podem mudar o curso do (seu) mundo.

Neste caso, as/os “nativas/os” (Viveiros de Castro, 2002) são igualmente centrais para mim, neste trabalho, diferentemente de outras/os pesquisadoras/es, as/os quais possivelmente seriam, completamente diferentes, posto que precisariam de chaves para compreenderem a codificação de campo, tempo e espaços para conhecerem os saberes encarnados, já culturais desta distinta sociedade. Não me refiro a ser o dono da verdade ou ainda a ser o único com capacidade de construir

este olhar de dentro, mas, com certeza, contribuo, no mínimo, com uma etnografia diferenciada. Conforme Viveiros de Castro,

O que faz do nativo um nativo é a pressuposição, por parte do antropólogo, de que a relação do primeiro com a sua cultura é natural, isto é, intrínseca e espontânea, e, se possível, não reflexiva; melhor ainda se for inconsciente. O nativo exprime sua cultura em seu discurso; o antropólogo também, mas se ele pretende ser outra coisa que um nativo, deve poder exprimir sua cultura culturalmente, isto é, reflexiva, condicional e conscientemente. Sua cultura se acha contida, nas duas acepções da palavra, na relação de sentido que seu discurso estabelece com o discurso nativo. Já o discurso do nativo, este está contido univocamente, encerrado em sua própria cultura. O antropólogo usa necessariamente sua cultura; o nativo é suficientemente usado pela sua (Viveiros de Castro, 2002, p. 114).

Nem eu, nem qualquer outra/o pesquisadora/or é o dono da verdade, da ciência, pois esta está sempre em (des)construção, ganhando novos capítulos e novas verdades, novas discussões, pontos de vista, avanços e até retrocessos; a ciência é ciência por estar sempre aberta às mudanças ou confirmações, às críticas. Na verdade, a ciência só é ciência porque conseguimos explicar a partir de fórmulas e conceitos que mostram o caminho para chegarmos a nossas conclusões. A isso damos o nome de método, logo, outras fórmulas, caminhos, métodos, podem levar a conclusões distintas. Assim, ser contestado nas Ciências Sociais não é um desagrado, ao contrário, podemos considerar como uma honra, pois aquilo em que nos focamos, deu resultados.

Assim sendo, cada discussão, crítica ou ainda disseminação de conhecimentos, podem levar a caminhos diferentes no andar da construção de saberes, construindo um verdadeiro mosaico de conhecimentos que, juntos, formam o mundo e as coisas como são, com todas suas certezas e dúvidas, (in)verdades e contradições. Vale muito a pena fazer parte desta construção, infelizmente ainda é um privilégio de poucas/os pesquisadoras/es, estudantes, que podem dedicar suas vidas para estes objetivos tão importantes. É preciso ter honra na escrita, não apenas na pesquisa, pois cada palavra, cada artigo, podem afetar pessoas e as coisas.

Neste meu caso específico de pesquisador e catador, penso que não poderia ser outro método, principalmente na escrita, tinha que ser a autoetnografia, a qual, além de destacar o olhar do etnógrafo, aqui ampliada por ser de dentro, se fortalece para muito além da escrita, pois nos exige um posicionamento dentro/fora do campo e uma argumentação forte e reflexiva, expondo realmente quem somos, inclusive nossas origens e perspectivas daquilo que desejamos, e uma articulação dos

conceitos de *insider/outsider*, bem como da nossa relação e argumentações plausíveis e até indiscutíveis, colocando em nossas mãos um bastião que exige ética e responsabilidade sobre o que escrevemos.

Concordando profundamente e plenamente com Paulo Freire (1977), o qual dizia que se “não há educação neutra” a escrita tão pouco é ou deve ser, estando então bem posicionada, pois, neste caso, a neutralidade também é uma posição. Como protagonista nesta luta, com certeza, a posição é uma das diferenciações que leitoras/es encontrarão neste trabalho, e a autoetnografia me ajudou a me posicionar desta forma, dado que ela tem um contexto real em que a teoria está baseada na prática de vivência e ciência do etnógrafo, algo que nenhuma outra metodologia jamais terá.

Fazer autoetnografia é uma atividade complexa ao mesmo tempo que incerta, dado que ela envolve uma série de desafios; entre eles, alguns que vão na contramão dos métodos convencionais de pesquisa, onde majoritariamente a/o pesquisadora/r é neutra/o, desprovida/o de posição, inclusive afastada/o do campo de pesquisa e suas/eus interlocutoras/es são apenas fonte, pessoas e coisas que dão informações para sua pesquisa; colocar uma perspectiva fora do comum é uma forma de ampliar conhecimentos, de alargar a academia para que aprenda mais, que mostre que não devemos apenas olhar para o convencional, aquilo que já está dado. Logo é uma gostosa travessura, um prazer, aventurar-se por este (novo) mundo.

Por isso, o gostoso desafio de aplicar a autoetnografia justifica-se pela importância de explorá-la e potencializá-la, dar vida a trabalhos que, como este, devem desvendar pontos de vistas que podem contribuir para as ciências e, quem sabe, serem bases para a construção de políticas públicas que podem transformar a vida das/os interlocutoras/es, (co)autoras/es do trabalho, ou ainda, animar a outras/os pesquisadoras/es para que se aventurem nesta modalidade de fazer ciência.

O esforço é sair da comodidade acadêmica baseada em autores e conceitos já formulados e construir fluxos de discussões que envolvam tanto as/os acadêmicas/os quanto os povos que, a partir destes trabalhos, ganham vozes. As escolhas feitas devem olhar o que deve ser potencializado, ao mesmo tempo em que pode se invisibilizar aquilo que pode causar mais problemas do que aqueles já existentes, principalmente quando a/o pesquisadora/r é de dentro.

Na verdade, tanto para mim quanto para outras/os pesquisadoras/es, as escolhas começaram desde quando elegi(emos) o problema de pesquisa as

perguntas antropológicas que busco(amos) responder – o ponto reflexivo de partida –, e quais os grandes temas e conceitos que são mobilizados, quais as hipóteses formuladas bem como quais outras/os autoras/es são escutadas/os, consultados, no meu caso, buscando ampliar vozes.

Goldman (1999, p. 78) descreve “que o trabalho antropológico é frequentemente assimilado a uma forma de tradução cultural”, expandindo sua própria cultura, neste caso, dando voz à fortaleza que podemos ter ao ver a consolidação da organização internacional de catadoras/es de forma aprofundada, “expandindo e enriquecendo nossa própria cultura ao trazer à luz variáveis que certamente estão presentes aqui, mas que quase não aparecem, seja porque estão ocultas ou reprimidas, seja porque nos encontramos em uma posição que não nos permite enxergá-las” (Goldman, 1999, p. 78) coletivamente e que, de alguma forma, precisam de teoria para serem desvendadas.

Este trabalho implicou e somente pode ser realizado a partir do engajamento autorreflexivo (Ellis, 2004), uma das principais características da autoetnografia “em que o autoetnógrafo se distancia das narrativas e começa a fazer perguntas para ajudar a refletir sobre as narrativas e a experiência da escrita” (O’Connell, 2017, p. 301), estando familiarizado com os problemas, discussões e encaminhamento no campo. Estas perguntas são a chave para abrir as portas para o conhecimento e para a ciência, utilizando-se de conceitos como ferramentas para explicar aquilo que parece normal para mim enquanto pesquisador, mas que pode não ser para a academia e suas/seus pesquisadoras/es.

Aqui encontramos uma importante evidência da relevância desta dissertação, uma escrita engajada, bem posicionada, de um pesquisador distinto, que busca mostrar um caminho para que outras/os pesquisadoras/es possam aventurar-se em suas pesquisas e escritas em torno da autoetnografia, ampliando conhecimentos e principalmente criando um caminho para esta escrita reflexiva, posicionada, baseada na experiência e nos saberes acadêmicos.

Esta posição de catador e pesquisador, coloca-me numa posição cumulativa (Versiani, 2005, p. 182) de antropólogo/nativo com todas as minhas “ambivalências e contradições” (Motzafi-Haller, 1997, p. 215) que estão umbilicalmente ligadas “nas intrincadas relações entre história pessoal e produção teórica, entre as reflexões sobre sua própria experiência e os insights analíticos que essa experiência produz (Versiani, 2005, p. 182), potencializando o conhecimento produzido de modo dualista.

O próprio processo de construção de autoetnografias implica desafiar categorias dualistas como sujeito produtor do conhecimento e objeto de pesquisa, observador e observado, *outsider* e *insider*, dentre outros, o que nos leva a pensar sobre o lugar da subjetividade na teoria antropológica e a legitimidade das práticas antropológicas contemporâneas com a entrada na academia de membros oriundos de “grupos minoritários”, também chamados “nativos” ou “subalternos” (Mello, 2022).

As dificuldades das/os catadoras/es de materiais recicláveis, no mínimo as mais visíveis, são vistas a olhos nu, isto é, sem o olhar da/o atento e treinado da/o cientista/antropóloga/o, está a vista de qualquer pessoa que vê uma/m catadora/or nas ruas da cidade, puxando carrinho, em cima de uma carroça, mergulhando em contêineres atrás de uma garrafa PET, inclusive a precificação, reciclabilidade e políticas públicas de reciclagem de resíduos, algo extremamente importante que garante que a garrafa de plástico seja reciclada após seu descarte.

Com este olhar nu, não enxergamos os grandes investimentos que as cidades têm no gerenciamento de resíduos, nem tampouco conseguimos dimensionar o custo de fabricação de embalagens ou de *marketing* verde das empresas privadas, ou ainda o deslocamento dos resíduos dos bairros nobres das cidades onde residem pessoas com mais poder aquisitivo, portanto, as maiores geradoras de resíduos, para as periferias, onde residem majoritariamente as/os catadoras/es de materiais recicláveis. Sobre esse aspecto pretendo trabalhar fortemente, relacionando-o ao conceito de racismo ambiental com base em Herculano (2008):

O conceito (racismo ambiental) diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas etc. – que têm se defrontado com a ‘chegada do estranho’, isto é, de grandes empreendimentos desenvolvimentistas – barragens, projetos de monocultura, carnicultura, maricultura, hidrovias e rodovias – que os expõem de seus territórios e desorganizam suas culturas, seja empurrando-os para as favelas das periferias urbanas, seja forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida. Se tais populações não-urbanas enfrentam tal chegada do estranho, outras, nas cidades, habitam as zonas de sacrifício, próximas às indústrias poluentes e aos sítios de despejos químicos que, por serem sintéticos, não são metabolizados pela natureza e, portanto, se acumulam (Herculano, 2008, p. 16).

O conceito de racismo ambiental nasce nos Estados Unidos da América (EUA), a partir da segunda metade do século XX, através das lutas dos movimentos negro e de justiça ambiental, e que vem, desde então, mobilizando ativistas e pesquisadoras/es das mais diversas áreas do conhecimento, principalmente das Ciências Humanas e Ambientais. De acordo com Aguiar e Souza (2019) e Filgueira (2021), foi nesse período que as comunidades negras, afro-norte-americanas, guiadas por Martin Luther King, lutavam por direitos civis e passaram a impulsionar a emergência do racismo ambiental.

A luta por direitos civis e ambientais pautou – e ainda pauta – de forma contundente a poluição industrial em territórios ocupados pelos descendentes da diáspora africana, trazendo à tona este debate, embasando as reivindicações “por justiça social, direitos civis, equidade e a contestação às discriminações institucionais (sociais e ambientais, sobretudo as de domínios raciais) praticadas pela sociedade e pelo Estado” (Filgueira, 2021, p. 188).

O movimento questionava a instalação de indústrias pesadas com forte potencial de destruição ambiental e poluição nos territórios ocupados pelas comunidades da diáspora africana; compartilhava-se poluição e seus impactos ambientais territoriais e concentravam-se riquezas.

O problema do racismo ambiental é tão grande que até mesmo a autora Selene Herculano esquece de falar sobre resíduos sólidos e as/os catadoras/es, mesmo sendo uma população imensa no Brasil e no mundo. Conforme o Banco Mundial (2014), conta com um contingente acima de 15 milhões de pessoas, a maioria, 75%, sobrevive de forma insalubre, reside em ruas, ocupações e lixões com moradias precárias.

Buscando explicar e aplicar o conceito de racismo ambiental, usando as informações em torno da gestão e gerenciamento de resíduos, apresento os quadros 1 e 2. No primeiro, coloco as discussões em torno das relações sociais entre geradoras/es de resíduos, prefeitura e catadoras/es de materiais recicláveis na perspectiva do racismo ambiental – de onde vem e para onde vão os resíduos –; no segundo, trago os investimentos e serviços de gerenciamento de resíduos, analisados a partir da cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, no Brasil.

De certo modo, na cidade em que baseio minha pesquisa como local, em Porto Alegre, o racismo ambiental dá-se de quatro outras formas distintas, mas que se complementam e se distribuem entre relações da geografia da cidade, de direito à

cidade, de políticas públicas e econômicas de gerenciamento de resíduos e de profissionais, detalhadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Racismo ambiental na relação social entre catadoras/es, gestoras/es e geradoras/es

1 -	Nas relações da geografia da cidade	As/os geradoras/es que mais geram resíduos, geralmente não convivem com os mesmos, estas/es têm poder de compra, moram em Bairros nobres, consomem e descartam desenfreadamente e não pagam justamente por isso, não tendo responsabilidade além de depositar os resíduos em lixeiras e contêineres, na rua ou no interior de seus condomínios. Para a maioria delas/es, pouco importa o destino dos seus resíduos, o que importa é que saiam da mira de seus olhos. Uma parcela destes resíduos é coletada pelas/os catadoras/es; entretanto, sem nenhum pagamento e, desta forma, os resíduos são deslocados dos bairros nobres para os bairros periféricos – os quais são cada vez mais afastados –, onde geralmente são acondicionados junto às suas habitações. Um trabalho essencialmente braçal, que usa como principal força motriz o corpo das/os catadoras/es.
2 -	Nas relações de acesso e direito à cidade	Relações que estabelecem quem tem acesso e direito à cidade, onde catadoras/es históricas/os na profissão da catação, principalmente condutores de veículos de tração animal (VTA) e humana (VTH), as/os quais são catadoras/es há muitas décadas –por vezes, uma profissão passada por gerações -passada de pai para filho na perspectiva do habitus, ou seja, “sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes (BOURDIEU 2007, p. 41) –, têm seus VTAs proibidos de circularem na cidade para realizarem seu trabalho de coleta seletiva de resíduos de forma gratuita. já que normalmente não recebem valor nenhum por este serviço.
3 -	Nas relações políticas e econômicas	Relações de políticas econômicas entre prefeitura, empresas privadas e organizações coletivas de catadoras/es, no reconhecimento e valorização de agentes de prestação de serviços de gerenciamento de resíduos, onde a parcela organizada em associações e cooperativas recebem valores que mal pagam o seu custo de funcionamento.
4 -	Nas relações profissionais	Relações que desconsideram a catação de materiais recicláveis como profissão; desta forma, não se criam políticas públicas de reconhecimento e valorização, seguido do discurso assistencialista de criação de cursos profissionais para que ingressem no mercado de trabalho.

Fonte: Elaboração do autor

Devemos considerar a cultura social da reciclagem (Cardoso, 2022), a partir da qual busco responder o porquê as/os catadoras/es de materiais recicláveis conseguem coletar e reciclar mais resíduos; na maioria dos casos, sem nenhuma parceria com prefeituras e, às vezes, sendo perseguidos e criminalizados, tendo suas carroças, carrinhos e resíduos apreendidos, com multas que não podem pagar, ou ainda com a apreensão de seus veículos motorizados.

Isso ocorre em Porto Alegre que tem uma lei de proibição da circulação dos veículos de coleta, de tração animal e de tração humana – carroças e carrinhos – das/os catadoras/es, em contraste com a coleta seletiva, realizada por empresas privadas que não operam gratuitamente como as/os catadores, ou seja, recebem recursos a partir de contratos de prestação de serviços de coleta seletiva, e, mesmo

utilizando tecnologias como caminhões automatizados, contêineres, propagandas midiáticas, apoio institucional da prefeitura, contam com baixíssimos percentuais de coleta seletiva (os resíduos recicláveis) em relação à totalidade de resíduos recicláveis produzidos pelas/os catadoras/es. conforme Cardoso,

A cultura social da reciclagem é a conexão entre catadoras/es de materiais recicláveis e geradoras/es de resíduos, mediados pelos materiais recicláveis, conectados pela empatia e a solidariedade, gerando reciclagem dos resíduos e seus imensos benefícios sociais, econômicos, ambientais, culturais e políticos. Geradoras/es que separam seus resíduos e destinam para a reciclagem a partir da ação das/os catadoras/es de materiais recicláveis, crescem a separação em seu cotidiano, criticam quem não faz e majoritariamente são pessoas dotadas de solidariedade, empatia, cuidados com a/o outra/o, com seu meio ambiente e a natureza como um todo (Cardoso, 2022, p. 55-56).

O Brasil é um país racializado, onde não importa qual é a sua cor, se você não for branco, sofrerá as consequências e, desta forma, quanto mais branco for, menor será o racismo. A racialização é ligada à ideia do pensamento em torno do direito; sendo assim, a cada pequena decisão, pesa-se menos para o lado racializado. Claro que existem pessoas brancas catadoras; entretanto, como o trabalho é considerado negro, as ações e decisões passam pela racialização.

No Quadro 2, podemos ver, de forma clara, o racismo ambiental num viés mais econômico, relacionado a desconsideração das/os catadoras/es organizados coletivamente em Associações e Cooperativas na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Mesmo havendo geração de resíduos de forma cada vez mais crescente, isso não se reflete na ampliação do índice de reciclagem, nem na valorização da categoria. Em contrapartida, os investimentos pesados são feitos nas empresas privadas, sendo que o valor considerado pela prefeitura como justo, não paga sequer um administrador para administrar a cooperativa.

Quadro 2 – Racismo ambiental num viés econômico: valores da gestão de resíduos

Tipo de serviços	Quem realiza	Características	(Des)valorização Valor mensal
Coleta convencional	Porto Limp	Coleta de resíduos considerados como rejeitos descartados pelos geradores nas ruas; a empresa privada coleta de 3 a 5 vezes por semana e leva para a estação de transbordo localizado na Lomba do Pinheiro – Porto Alegre, de onde posteriormente são transportados por outra empresa privada, através de outro contrato, para o aterro sanitário localizado na cidade de Minas do Leão, a 120 km de distância de Porto Alegre.	R\$ 47.349.446,80 Prestação de serviços de coleta regular de resíduos sólidos urbanos (domiciliares e públicos) no Município de Porto Alegre, para atender o Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU de 24/08/2022 a 06/11/2023

Coleta containerizada	Consortio Porto Alegre limpa	Coleta de resíduos considerados como rejeitos descartados pelos geradores nos contêineres; a empresa privada coleta de 3 a 5 vezes por semana. Os resíduos são levados para a estação de transbordo localizado na Lomba do Pinheiro – Porto Alegre, de onde são transportados para o aterro sanitário localizado na cidade de Minas do Leão, a 120 km de distância de Porto Alegre.	R\$ 46.038.372,48 Prestação de serviços de coleta automatizada de resíduos sólidos urbanos no Município de Porto Alegre, para atender o Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU de 31/03/2022 a 13/07/2024.
Coleta seletiva	Cooperativa Cootravipa	Coleta de resíduos recicláveis descartados pelos geradores nas ruas; a Cootravipa coleta de 2 a 5 vezes por semana e leva para as unidades de triagem de Porto Alegre, onde são triados e encaminhados para a reciclagem evitando os custos de transporte e aterro.	RS 899,211,37 mensais Contrato atual não está disponível no Portal da Transparência. (contrato vencido, ano 2021).
Coleta seletiva solidária	Catadoras/es individuais e organizações coletivas	Coleta de resíduos recicláveis descartados pelos geradores; as cooperativas e associações de catadores coletam diariamente, principalmente em grandes geradores, levando para suas unidades de triagem de Porto Alegre, onde são triados e encaminhados para a reciclagem evitando custos de transporte e aterro.	R\$ 00,00 A prefeitura de Porto Alegre não paga nenhum real para as/os catadores individuais e nem para as cooperativas e associações realizarem a coleta.
Triagem dos resíduos	Cooperativa Ascet	Uma das 19 unidades de triagem contratadas pela prefeitura para a realização da triagem dos resíduos advindos da coleta seletiva evitando custos de transporte e aterro	R\$ 61.907,37 Contrato 41/2019, referente à prestação de Serviço de Triagem, classificação, beneficiamento e comercialização de resíduos sólidos recicláveis da ASCAT, pelo período de 12 (doze) meses, de 14/02/2022 a 13/02/2023.
Transporte	Empresa privada JSL S/A	Transporte dos rejeitos da estação Lomba do Pinheiro para o Aterro Sanitário em Minas do Leão.	R\$ 30.139.388,56 Reajuste do Contrato 26/2019 referente à prestação de serviço de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU). Vigência: 31/08/2023 a 31/08/2024
Aterro	Empresa privada – Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos – CRVR	Aterro de rejeitos na cidade de Minas do Leão.	R\$ 271.867.440,00 O objeto deste contrato é a disposição final de resíduos no aterro sanitário firmado com a empresa CRVR, e a apresentação de garantia contratual. Vigência: 03/04/2023 a 31/03/2028.

Fonte: Portal Transparência 2023

O universo da catação e da reciclagem em Porto Alegre tem muitas distinções e assimetrias, marcados pelo processo de sofrimento social (Kleinman; Das; Lock; 1987) e pelo racismo ambiental que marca profundamente a vida de suas/seus principais protagonistas, as/os catadoras/es, responsáveis por 89% do trabalho da cadeia produtiva da reciclagem e que recebem em troca apenas 11% das riquezas geradas (MNCR, 2022). Logo, sem elas/es, a reciclagem teria índices desconsideráveis. Apesar da categoria realizar este trabalho extremamente importante, acaba por ser imensamente desvalorizada, sendo altamente explorada

pelas indústrias recicladoras e, em muitos casos, tendo renda inferior ao salário-mínimo (Cardoso, 2022).

Das (1995) ainda conceitua como sofrimento social algo sentido coletivamente por uma determinada população frente a outras. Nas palavras da minha Professora Ceres Víctora, “o sofrimento, como um evento que acompanha o homem desde a sua mais remota existência, é um processo complexo e multifacetado que tem sido debatido nas diferentes áreas de conhecimento” (Víctora, 2011). E assim como a riqueza é hereditária, a pobreza e o sofrimento social também são.

Pelo simples fato de nascer num país estruturado pelo patriarcado e pelo racismo, mulheres e homens não brancos sofrem mais, pois toda ação do estado, sejam políticas públicas de desenvolvimento, segurança, valorização e reconhecimento de direitos, é marcado profundamente por estes conceitos estruturais, ou seja, estão sob a base da construção do sentido de nação.

O sofrimento social das/os catadoras/es é visível, o trabalho é extremamente pesado, seja correndo para realizar a coleta dos resíduos, puxando um carrinho que, por vezes, pesa mais de trezentos quilos, seja por ter de entrar num contêiner para extrair os recicláveis do meio dos rejeitos ou ainda pela maximização da exploração, já que o trabalho é invisibilizado e desvalorizado, deixando as empresas privadas praticarem preços abusivos.

Conforme o MNCR (2022), “89% do trabalho de produção da matéria prima que vai para a indústria é feita” pelas/os catadoras/es, utilizando seus corpos como principal força motriz, um trabalho invisibilizado pelo poder público, que deveria contratar a categoria para a execução da coleta seletiva solidária, mesmo depois 15 anos da Política Nacional de Saneamento Básico, Lei 11445-07 (BRASIL, 2007), e de 12 anos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12305-10 (BRASIL, 2010), as quais obrigam que todos os municípios implantem a coleta seletiva com priorização da contratação de organizações de catadoras/es para a realização deste serviço e proíbe a destinação dos resíduos sólidos em lixões a céu aberto ou aterros controlados.

No ano de 2013, foi publicado um estudo detalhado sobre os catadores no Brasil, com informações coletadas a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no qual os pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Sandro Pereira Silva, Fernanda Lira Goes e Albino Rodriguez Alvarez, “apresentaram um quadro mais completo sobre os

catadores no Brasil em Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável – Brasil.” (IPEA, 2013).

Mesmo diante de um quadro tão adverso, a categoria se organiza em associações e cooperativas locais e movimentos nacionais e internacionais, buscando construir políticas públicas e projetos que possam diminuir o sofrimento social (DAS, 1995) da categoria, bem como ampliar a reciclagem de resíduos e diminuir o impacto ambiental dos resíduos sobre o meio ambiente, principalmente os oceanos.

Para dar base a escrita sobre a organização social da categoria, principalmente no nível internacional, na Red Lacre, busquei apoiar-me no trabalho de Merting (2018), filha de uma catadora de materiais recicláveis da cidade de Foz do Iguaçu, estado do Paraná, pessoa da minha familiaridade e a qual apoiei na sua escrita com informações através de diálogos e entrevistas.

Este trabalho busca dar atenção também aos aspectos legais, leis de gerenciamento de resíduos, algumas das quais reconhecem a categoria a exemplo da PNRS (Brasil, 2010) e PNSB (Brasil, 2007), mas outras leis, a exemplo da lei 10531, de proibição da circulação de carrinhos e carroças (Porto Alegre, 2008), são barreiras para a construção de políticas públicas para catadoras/es, dadas as condições de indigentes ou seres não humanos em que a maioria da categoria está enquadrada – quando não se tem política pública que reconheça e valorize a categoria, gera-se, então, uma profunda exclusão social que beira ao não reconhecimento de sua humanidade.

A minha escrita não é apenas pela obtenção do título acadêmico, apesar de ser este um dos importantes objetivos, nem tampouco para comprovar minha capacidade, pois todas/os temos distintas capacidades e elas vêm das nossas capacitações, de nossos aprendizados. Minha escrita é, acima de tudo ou na mesma medida, para descrever as situações de injustiças sociais, ambientais e econômicas em que minha categoria está imersa; logo, é para que minha categoria também possa ler, compreender, bem como outras/os atores da sociedade, como empresas e gestores públicos e, claro, para deixar as descobertas evidentes.

No dito popular, quando descrevemos alguma situação óbvia, como é o caso dessa dissertação, e a pessoa não entende, respondemos: “Quer que eu desenhe?” Pois é isso que fiz, ao trazer variadas figuras, imagens, esquemas, para buscar apresentar para outras/os que precisam que as informações estejam, de certa forma, desenhadas.

Outra ação, tomada como parte do trabalho, é a utilização da cor vermelha, que, na simbologia mais importante do MNCR, a bandeira, tem na sua parte central, como mais importante, é a referência a uma/um catadora/r de materiais recicláveis. Assim, as imagens, figuras e esquemas tem esta cor predominante para demonstrar a centralidade deste trabalho, como algo a ser lembrado, a ser honrado. Vermelho são nossos corpos por dentro, onde somos iguais, é o nosso sangue e simboliza nossa luta.

Por fim, este trabalho busca destacar a organização local e internacional da categoria, a qual luta cotidianamente pelo seu trabalho, pela defesa da natureza e por um mundo melhor, onde mulher/homem e natureza sejam integradas e onde os resíduos sólidos sejam reciclados, gerando renda, inclusão social e oportunidades para a construção de lindos mosaicos sociais.

Boa leitura!

1 #VAITERCATADOR DOUTOR

Figura 5 - Ilustração do Alex estudando e puxando um carrinho com materiais recicláveis



Fonte: Rafa, 2022

Figura 6 - Foto original que deu origem à ilustração anterior



Fonte: Arquivo pessoal

Quem sou Eu?
 Sou @alexcatador,
 aquele que nasceu num carrinho,
 cresceu com o saco nas costas
 e na cooperativa fiz meu ninho.
 Da partilha, me fiz solidário,
 um ser coletivo e nunca solitário,
 com bandeira no alto
 e computador nas mãos,
 aprendendo com os mais excluídos
 a mais bela lição,
 compartilhar é um dos principais atos de amar.
 Sou o catador que voltou a estudar,
 do iletrado esculpir-se doutor,
 não reciclando apenas resíduos,
 reciclando consciências do saber,

transformando em belo
a arte de aprender,
vinda de lugares que ninguém queria saber,
é nessa fonte que vou bebendo,
aprendendo e ensinando a viver.
- Alexandre Cardoso (2022)

Esta hashtag é baseada no título do primeiro texto que escrevi depois de saber que estava aprovado no vestibular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no ano de 2018; escrevi contando a boa notícia, para compartilhar com todas/os a alegria que eu estava sentindo. Logo, o jornalista Luís Eduardo Gomes (Gomes, 2018) escreve um artigo na página do Jornal Sul21, sob o título 'Vai ter catador doutor, sim senhor': como Alex chegou à UFRGS depois de 20 anos sem estudar. Baseado no meu texto e numa entrevista que fizemos por telefone, ele dá vida e divulgação a essa história.

Escrevo então um pequeno capítulo com este tema nesta dissertação porque acho importante a/o leitora/r saber quem sou eu e o que me motiva a continuar está caminhada de estudar, a qual é contada em detalhes nos livros Do Lixo a Bixo a Cultura dos Estudos e o Tripé de Sustentação da Vida (Cardoso, 2021) e O Eu Catador Reciclando Dignidade (Cardoso, 2022). Encontrei uma forma de entrega e partilha daquilo que vou aprendendo na academia, sem esquecer quem sou, de onde venho e para onde quero ir. Tornar-se doutor como um título fortalecedor da minha profissão de catador de materiais recicláveis.

Claro que é um grande desafio, um catador retornar aos estudos depois de duas décadas, ingressar na quinta série do ensino fundamental e, 9 anos depois, estar escrevendo sua dissertação de mestrado e já aprovado para reingressar no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social para seu doutoramento. Desafio que não se vence só, aliás, a vitória sozinha significa a derrota de muitos; portanto, além de compreender a coletividade, sou apoiado enormemente por equipes diferentes de apoiadoras/es que vão desde a vila, o galpão, o movimento, até a universidade, colegas e professoras/es e até mesmo o Estado. Eu não teria condições de estudos, se não houvesse as cotas sociais, se não houvesse a universidade pública e gratuita e, claro, se não houvessem bolsas para estudantes de pós-graduação. Esta é a diferença que marca profundamente nossas vidas, pois consigo compreender que é mais difícil puxar um carrinho cheio estando com a barriga vazia, do que escrever uma dissertação de mestrado.

Eu poderia parar agora. Simplesmente não escrever mais nada, poderia nem ter feito o projeto, que é obrigatório apresentar no “meu” programa de pós-graduação para que ser apreciado e para que fiquem cientes e aproveem a pesquisa, nem precisaria dar conta do título da dissertação, bibliografia, prazos de pesquisa, escrita, convocação da banca, envio do trabalho e mesmo, definir o mês em que pretendo defender a dissertação e de desenvolver uma série de informações importantes e obrigatórias para demonstrar meu desenvolvimento, capacidade e principalmente a relevância da minha pesquisa.

Claro, precisei comunicar e combinar com meu professor orientador, para que o mesmo estivesse à par e pudesse contribuir nessa boa jornada que é a dissertação de mestrado. Para além da burocracia exigida, todas/os as/os pesquisadoras/es devem fazer seu projeto, pois ele é, de certa forma, seu horizonte, seu planejamento, a estrela guia de sua pesquisa até a defesa da dissertação.

Eu poderia parar agora, apenas dizer para mim mesmo, maior interessado na caminhada de estudar, o protagonista dessa história, que cheguei aonde poucas pessoas chegaram, pessoas que caminharam em caminhos semelhantes ao meu, que sentiram de certa forma, o aperto do sapato, quando felizmente tinha um para calçar, ou ainda, a dor de andar descalço, mas nunca sem rumo. Se eu parasse agora não seria nenhuma vergonha, nenhuma preguiça, nenhuma forma de fraqueza, pois chegar aonde eu cheguei, infelizmente, ainda é para poucas/os, ainda mais para pessoas com minha trajetória.

Isso já seria uma grande vitória, mas não vou parar, pois, diferente de outras/os pesquisadoras/es, não penso que estudar é difícil se comparado com o ato de puxar um carrinho de recicláveis cheio estando com a barriga vazia, e se eu venci lá, aqui também vou vencer e, claro, esse é um dos objetivos dessa dissertação, contar essa história, correr atrás – não só caminhar – daquilo que desejo e mostrar este caminho do possível para que outras/os possam também caminhar por estes caminhos.

Contar a história do catador de materiais recicláveis, filho de um Brasil desigual, portanto, irmão da maioria das brasileiras e brasileiros, a terceira geração nesta importante e (in)visível ocupação; escrevo invisível entre parênteses, em relação a antinomia que essa palavra significa para nossa categoria, principalmente em relação ao estado e suas instituições. Isso porque o olhar, quando somos visíveis, vai variar sobre o ver ou não ver, justamente porque existimos; somos invisíveis quando a maioria de nós não tem nenhum reconhecimento e valorização e, às vezes, como no

caso de Porto Alegre, a categoria ainda é perseguida e criminalizada, e somos visíveis, quando estamos sendo valorizados pelo estado, o que dificilmente ocorre. Essa discussão sobre a importância e (in)visibilidade também é um objetivo desta dissertação.

Meu desejo, digo, nosso desejo, posto que desde que comecei a caminhar, animei e sou animado por outras pessoas, as quais me apoiam diretamente nos meus estudos, inclusive algumas fazem parte de grupos de trabalho que vou organizando para discutir alguns conteúdos que, ao longo da formação, vou compartilhando. O meu objetivo por enquanto é avançar e concluir o doutorado, dentro de uma hashtag que criei, #vaitercatadordoutor. Essa hashtag é parte da minha caminhada.

Não desisto porque acredito no esperar (Freire, 1992), um conceito que aceitei como um presente de Paulo Freire, pois parece que foi criado para fortalecer histórias como a minha. Afinal, o que me levaria a seguir se teria todos os argumentos e a razão para desistir? Sigo essa ideia de esperar também porque quero desmistificar a ideia da meritocracia, de que basta se esforçar para conseguir. É necessário que sejam criadas oportunidades, estruturas, processos em que as pessoas possam acreditar nelas mesmas, nas capacidades que envolvem suas vidas. Assim, um dos objetivos desta dissertação de mestrado é seguir trilhando e iluminando esse caminho para mostrar a pessoas como eu que elas podem avançar em seus sonhos e (re)conquistar sua esperança por um mundo melhor.

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperar é se levantar, esperar é ir atrás, esperar é construir, esperar é não desistir! Esperar é levar adiante, esperar é juntar-se com outros para fazer de outro modo [...] (Freire, 1992)

Essa vivência, potencializada pelas Ciências Sociais, me credencia a descrever de forma mais intensa e íntima, próximo ao campo de pesquisa – onde também resido, compartilho, vivo e faço viver –, uma metodologia a qual chamo de “pesquisador de dentro” (Cardoso, 2022). Nessa perspectiva busco, num desafio gostosamente imposto a mim mesmo, a partir da autoetnografia procuro contribuir para a academia com saberes e conteúdo que apenas eu mesmo tenho a capacidade e condições de buscar e descrever, sem menosprezar outras/os pesquisadoras/es, mas pelo simples fato de ter a vida interligada ao campo, de forma que poucas/os pesquisadoras/es poderiam.

Outro objetivo é, em torno dessa possibilidade de descrever densamente a organização social e a importância do trabalho das/os catadoras/es de materiais recicláveis, dar luz às suas significativas contribuições para a transformação desse mundo social, da rua, para ajudar aquelas/es que estão ainda desenvolvendo seu trabalho de forma individual e que são a maior parte da categoria e a base da reciclagem. Sabemos que, no Brasil, conforme a International Solid Waste Association (Iswa), o índice de reciclagem de todos os resíduos é de apenas 4% (ISWA, 2022). É uma conta que não fecha, pois conforme o Compromisso Empresarial Para a Reciclagem (Cempre, 2022), o vidro tem um índice de 25,8% de reciclagem; o plástico 23,1%; as latas de aço, 47,1%; o papel, 66,9%; as embalagens de longa vida, 35,9% e a campeã de reciclagem no mundo, a latinha de alumínio, que chega a 99%.

Vou ainda discorrer sobre aquelas/es que trabalham coletivamente em associações e cooperativas solidárias, demonstrando uma outra forma de produção, sem exploração e concorrência e com premissas de inclusão social de trabalhadoras/es que já não concorrem por empregos formais de trabalho e que são considerados excluídos, vulneráveis e abandonados pelas políticas públicas de estado.

Em âmbito nacional, relato a organização MNCR, sua simbologia e importância para a construção de políticas públicas para a categoria e sua luta pela defesa da natureza e por outra economia, internacionalmente, a atuação da Red Lacre e da IAWP, contribuindo fortemente para ampliar a visibilidade da luta da categoria.

No Brasil, as catadoras e catadores de materiais recicláveis são responsáveis por 90% do trabalho, recebendo em troca apenas 10% das riquezas da cadeia produtiva da reciclagem. Elas/es utilizam seus corpos como principal força motriz de trabalho, enquanto atravessadores e indústrias recicladoras utilizam de tecnologias que facilitam e aceleram o trabalho. Uma das estratégias para a conquista do reconhecimento e a valorização da categoria é a organização coletiva nos níveis local, nacional e internacional.

A partir do meu protagonismo em agendas internacionais como representante da categoria, utilizo (já estou em pesquisa) estes espaços como campo, ou seja, encontros de catadoras/es no Brasil e na América Latina, onde tenho participação, bem como as reuniões on-line e outros espaços virtuais de discussão e de decisões, para, a partir de métodos qualitativos e técnicas de pesquisas, realizar entrevistas semiestruturadas com lideranças e apoiadoras/es de catadoras/es de países do

continente latino-americano e em outros continentes, caso necessário, , além da vivência, algo que eu tenho chamado de pesquisador de dentro, termo sobre o qual discorri num dos capítulos do meu TCC.

Olhando para meu interior, sei que sou diferente em relação à formação, pois aprendi a ler desde muito pequeno. Antes mesmo de entrar na escola meu pai, Alceu Cardoso, ensinou-me a ler, ele trazia giz branco escolar não sei de onde e fazia do nosso pequeno armário de guardar louças um pequeno quadro improvisado. Sentávamo-nos à frente, eu e meu irmão André, apenas um ano mais velho que eu, e aos poucos tomávamos lições de leitura e escrita. Foi algo maravilhoso, que me acompanha até os dias de hoje; não posso ler e escrever sem trazer à memória o meu velho pai.

Infelizmente, nem todas/os as/os catadoras/es tiveram pais que lhes ensinassem a ler, já que uma boa parte descende de pais analfabetos, e esse percentual é muito maior entre catadoras/es, sendo este inclusive meu caso, há dez anos, quando eu tinha apenas a quinta série do ensino fundamental. Logo, muitas/os catadoras/es infelizmente não sabem ler, ou leem pouco e compreendem menos ainda aquilo que leram. Nesses casos, uma das alternativas é o uso de imagens; por isso, esta dissertação contém uma quantidade de imagens para contribuir na leitura, buscando ampliar o conhecimento para a categoria.

Na fase de finalização de escrita deste trabalho, recebi um convite do Núcleo de Antropologia Visual (Navisual), que faz parte do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, para fazer parte de um projeto que consistia na visita ao galpão de reciclagem da cooperativa ASCAT e em uma entrevista gravada. Aceitei o convite de imediato. Recebi a equipe do Navisual na cooperativa com muita alegria, mostrei a cooperativa, depois concedi a entrevista e, para minha alegria, isso tudo se tornou um curta documentário.

Quando recebi o filme para avaliar e propor mudanças – se precisasse –, assisti com muita atenção e, de certa forma, percebi que ele sintetiza parte do desenvolvimento dos conhecimentos articulado neste trabalho. E, claro, fiz de imediato uma discussão com a equipe Navisual para que ele fizesse parte deste trabalho, pois ele é uma boa oportunidade para quem não sabe ler, ou ainda, para quem não conhece uma cooperativa de reciclagem, poder conhecer um pouco sobre essa realidade.

Em conversas pelo aplicativo WhatsApp com Alexânder Nakaóka Elias (2023), que além de compor a equipe Navisual, foi câmera, fotógrafo e editor do filme, solicitei que me encaminhassem um pequeno informativo sobre o filme:

Em 1992, a professora Cornelia Eckert, ao retornar de seu doutorado na França, assumiu a coordenação do Núcleo de Antropologia Visual (Navisual), junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS. O núcleo, desde a sua fundação até o presente momento, segue muito ativo, realizando reuniões semanais presenciais (e, após a pandemia, também em formato híbrido) todas às terças-feiras, entre às 14 e 17 horas, com o intuito de estimular a pesquisa em Antropologia Visual bem como dar subsídios teóricos, metodológicos e práticos para estudantes e professores/as interessados/as na área.

Com o foco no tripé da educação (ensino, pesquisa e extensão), o Navisual historicamente volta-se para a formação de alunos/as de graduação, mestrado e doutorado, mas também para a direção de fazer circular suas atividades e produções a um público amplo, a partir da organização de oficinas, encontros, debates, seminários, cursos, disciplinas, além da produção de vídeos e filmes etnográficos e a montagem de mostras audiovisuais e exposições fotográficas individuais e coletivas.

Como focos de pesquisas e produções, o Navisual, seguindo as linhas de pesquisa centrais de sua fundadora, atua principalmente nas intersecções entre as Antropologias Audiovisual e Urbana, tendo como foco a cidade e as pessoas de Porto Alegre (RS), embora exista, sempre, o acolhimento de quaisquer temáticas de pesquisa relevantes para o campo antropológico.

Este filme, intitulado “Práticas e saberes da coleta de resíduos sólidos: etnobiografia de Alexandro Cardoso” (2023, 16`03”), por exemplo, foi produzido coletivamente por Cornelia Eckert (PPGAS/UFRGS, fundadora e coordenadora do núcleo); seu pós-doutorado Alexsânder Nakaóka Elias (PPGAS/UFRGS); Rumi Regina Kubo (PGDR/UFRGS) e Simone Portela de Azambuja (Agapan), em parceria com nosso interlocutor privilegiado, Alexandro Cardoso.

O intuito da obra fílmica é dá a ver a etnobiografia de Cardoso, atualmente mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do PPGAS/UFRGS e importante liderança dentro do movimento nacional de catadores e das causas ambientalistas, que abre as portas e nos apresenta, de forma muito generosa, a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis da Cavahada (ASCAT-Porto Alegre/RS).

A partir das narrativas de suas estórias de vida, o que confere ao filme um caráter biográfico, Alex Cardoso expande suas reflexões para temas coletivos fundamentais não somente para a Antropologia Social. Nos mostra, dessa forma, as etapas do trabalho dos/as catadores/as, enfatizando os aspectos comunitários da cooperativa, refletindo criticamente sobre a necessidade de políticas públicas muito mais eficazes no campo da coleta, para que os/as trabalhadores/as sejam melhor remunerados/as e possam viver e realizar suas atividades com dignidade e respeito. Ressalta, ainda, a importância desses coletivos para preservar os recursos naturais, proteger o meio ambiente e tornar as cidades melhor habitáveis.

Para ter acesso ao filme, basta apontar a câmera do seu celular para este QR code e assistir ao documentário. Figura 7, QR code do documentário Práticas e saberes da coleta de resíduos sólidos: etnobiografia de Alexandro Cardoso.

Figura 7 - QRCode para acessar o documentário



Fonte: Elaboração própria

Por fim, conforme a catadora de materiais recicláveis, doutora e escritora Carolina Maria de Jesus (1960), “A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças”, eu infelizmente aprendi com esta mesma professora, inclusive com este mesmo trabalho, a catação, e, por isso, busco tornar as coisas coletivas, contribuir com o próximo, fazer a diferença. O mundo precisa de mais Carolinas, Alexandros, para lutar contra a fome da barriga e a fome do saber.

2 CATAR, RESISTIR, SE ORGANIZAR

Música PASSANDO A RASTEIRA NOS ÔME
 Tamo cansado dessa vida de amargura, ferro-velho e prefeitura querendo nos dominar, levando fardo de cem quilos nas paletas, e o doutor com as suas canetas com mais leis pra nos ferrar. O catador sabe que tem um movimento, que prepara o enfrentamento para o poder popular, auto-gestão da cadeia produtiva, ação direta todo dia pro socialismo alcançar. Vem catador, pro movimento organizado, pois unidos ficamos fortes e não seremos mais explorados, vem catador, recuperar a dignidade, lutando pra construir o socialismo com liberdade! Sou catador e sempre vivo num sufoco, quando chove como pouco e no verão só passo mal, mas eu me ligo prefeitura e ferro-velho, nos querem num cemitério ou numa cama de hospital, separo tudo que encontro na minha mesa, eu reciclo a natureza sem patrão pra nos mandar, organizado eu tempero a rebeldia e quando eu vejo a burguesia sei que é hora de lutar.
 - Ministro e Jesuri, Rap do MNCR (2005)

As/os catadoras/es de materiais recicláveis são trabalhadoras/es organizados! Por que inicio com esta afirmação? Porque é extremamente importante fazer esta afirmação para desmistificar a ideia do desorganizado, daquele que nada sabe fazer ou ainda de parecer que qualquer um (o mais letrado, o governante, o gerador de resíduos) pode fazer ou fazer melhor que a/o catadora/r de materiais recicláveis. Também para desmistificar a ideia de pobreza associada à burrice e à ignorância, pois a situação em que a/o catadora/r se encontra é por causa das injustiças sociais e econômicas, onde quem mais trabalha na reciclagem, é quem menos recebe as riquezas geradas.

Inicio assim para discutir e desfazer a pseudo afirmação de que o pobre é pobre somente porque quer ou porque não é suficientemente inteligente para melhorar sua situação econômica e social. Logo, respondo para desmontar e desmistificar a ideia da/o catadora/r desorganizada/o ou do ser pobre porque quer ou porque é burro.

Mas Alex, por que não estão numa cooperativa, associados, organizados com outras pessoas? Como se fosse fácil organizar-se coletivamente, como se fosse somente querer, para isso acontecer, ou que bastaria apenas estar organizado coletivamente em associação ou cooperativa para que seus problemas acabassem, passando da exclusão social e desvalorização econômica para a inclusão social e valorização econômica. A situação econômica e social da/o catadora/r não é causada por ela/e mesma/o; ela é o reflexo da parceria que ela/e tem com a prefeitura e sua comunidade, estando organizado individualmente ou coletivamente.

Bem, busco contribuir na resposta a estas questões com este trabalho. Portanto, não é uma resposta simples nem fácil; é necessário aprofundar-se no mundo

da reciclagem e suas relações econômicas e sociais, onde, com toda certeza, mesmo diante de dificuldades, é importante que a/o catadora/r esteja organizada coletivamente para que possa cooperar, ser solidário, compartilhar conhecimentos, recursos e receber tudo de volta.

Para começar, as/os catadoras/es individuais são organizadas/os, uma vez que, para a realização deste trabalho, é necessária uma “arqueologia do saber” (Foucault, 2005), que envolve, para além dos discursos, o conhecimento do território, seus habitantes e a geração de resíduos. Isso é definidor para a conquista dos objetivos da/o trabalhadora/r, ou seja, uma série de conhecimentos que orientam desde sua conduta na rua, até mesmo nas relações sociais com a comunidade em que trabalha. É necessário, por exemplo, saber quais os resíduos são recicláveis, quais são os preços, os locais de comércio, de geração e coleta, bem como onde fazer a separação, entre outros saberes.

O saber não está investido somente em demonstrações, pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas [...]. A prática discursiva não coincide com a elaboração científica a que pode dar lugar; o saber que ela forma não é nem o esboço rigoroso nem o subproduto cotidiano de uma ciência constituída. As ciências pouco importam no momento a diferença entre os discursos que têm uma presunção ou um estatuto de cientificidade e os que não apresentam realmente seus critérios formais aparecem no elemento de uma formação discursiva e tendo o saber como fundo (Foucault, 1969, p. 222).

Neste saber das/os catadoras/es, não me refiro apenas ao discurso, ao poder da palavra que cada uma/m tem para usar em seu benefício, pois há casos, e esse é emblemático, em que os corpos falam, emanam informações subjetivas sem a necessidade de abrir a boca e proferir palavras. A imagem de uma/o catadora/r reflete informações básicas para quem a/o está vendo. A principal delas é que ela/e trabalha com resíduos recicláveis e, portanto, não tem a necessidade de falar, apesar de ser extremamente importante, pois sua imagem já fala claramente seus principais objetivos.

é por isso que uma das bandeiras de luta do MNCR é a realização da coleta seletiva solidária, pois coloca a categoria na rua, organizada coletivamente, uniformizada, em evidência, o que é, certamente, uma ação concreta direta contra a invisibilidade. Governos municipais que insistem em implantar a coleta seletiva privada, com empresas nas ruas e unidades de triagem de resíduos nas periferias da cidade, mesmo não sendo seu objetivo, atuam em favor da invisibilidade da categoria, já diz o dito popular: “Quem não é visto, não é lembrado”.

A coleta seletiva solidária é a modalidade de coleta seletiva exercida pelas/os catadoras/es, através de seus veículos motorizados, de tração humana ou animal, mediados pela cultura social da reciclagem (Cardoso, 2022), estando ou não, contratados pela prefeitura municipal ou pelas geradoras/es de resíduos. Nas discussões que o MNCR realiza com expertas/os da educação ambiental, estas/es afirmam que a/o catadora/r é a/o melhor educadora/r ambiental, pois seu discurso é evidente para além de suas palavras, está também em seu corpo. Conforme Cardoso,

A cultura social da reciclagem é a conexão entre catadoras/es de materiais recicláveis e geradoras/es de resíduos, mediados pelos materiais recicláveis, conectados pela empatia e a solidariedade, gerando reciclagem dos resíduos e seus imensos benefícios sociais, econômicos, ambientais, culturais e políticos. Geradoras/es que separam seus resíduos e destinam para a reciclagem a partir da ação das/os catadoras/es de materiais recicláveis, crescem a separação em seu cotidiano, criticam quem não faz e majoritariamente são pessoas dotadas de solidariedade, empatia, cuidados com a/o outra/o, com seu meio ambiente e a natureza como um todo (Cardoso, 2022, p. 113).

A diferença entre a coleta seletiva e a coleta seletiva solidária é que esta última é realizada pela própria categoria, a qual enxerga os resíduos como um bem, gerador de renda e promotor de cidadania (Brasil, 2010), e que não visa apenas os recursos pagos pela prefeitura pela prestação do serviço; o lucro e a acumulação de riquezas são ações principais da empresa privada.

A/o catadora/r não sai em qualquer horário, não anda em qualquer direção na rua, não realiza a coleta em todas as lixeiras, pois isso seria um imenso desperdício de tempo, recursos e ela/e não conseguiria atingir seus objetivos. Isso pode acontecer quando estiver iniciando no trabalho, reorganizando seu sistema de coleta e, mesmo assim, logo que tivesse descobrimento destes saberes, passaria a organizar o trabalho, as relações sociais, o conjunto de informações que contribuem para que realize o seu trabalho de modo a conquistar seus objetivos num menor espaço de tempo, com menos esforço e maior renda, para sustento de si e também, no caso de haver, sua família.

Para a realização da coleta seletiva solidária, é necessário planejamento sobre o trabalho, conhecimento sobre as rotas, horários em que os resíduos recicláveis estão dispostos nas ruas, além de ter conhecimento e parceria com as pessoas que gerenciam os resíduos no local de geração, em empresas ou casas, uma vez que é preciso estabelecer parceria com geradoras/es para que separem os resíduos

recicláveis dos não recicláveis, armazenem e destinem seus resíduos recicláveis para a/o catadora/r.

Mais além e fundamental, é saber separar adequadamente cada material reciclável do não reciclável, já que um pode ser impureza para o outro. Recentemente, estive numa aula aberta para estudantes da pós-graduação da Universidade do Sul Catarinense – UNESC –localizada em Criciúma, Estado de Santa Catarina. Um dia antes de dar esta aula, visitei as duas Associações de catadoras e catadores da cidade, onde fui conversar sobre o MNCR e também convidar para participarem da aula, pois, no meu ponto de vista, era o público principal da aula. No dia da aula, por vários motivos que eu poderia aqui discorrer, somente uma catadora esteve presente e num dado momento, perguntamos a ela:

- Quantos tipos de materiais recicláveis você separa no galpão? Ela então respondeu:

- Dez.

- Indaguei, apenas dez?

O fato é que nossos conhecimentos funcionam, entre outras ações, em pensar, observar, planejar, testar, aprender, armazenar, replicar. A cada conhecimento novo, não perdemos aquilo que temos, ou seja, acumulamos conhecimentos. Vários deles, pela repetição, acabam sendo realizados espontaneamente, sem a necessidade de pensar, planejar, como por exemplo, dirigir um carro.

Nos primeiros dias de autoescola, é difícil conciliar todas as informações para colocar o carro em movimento; são várias ações necessárias para isso, como olhar nos espelhos, ajustá-los, ligar o carro, pisar na embreagem, engatar a primeira marcha, soltar a embreagem ao ponto, acelerar leve, dar sinal de pisca, entre outras ações.

Com o passar do tempo, a repetição das ações vai fortalecendo nossas experiências, as quais vão se acumulando e fortalecendo nossos conhecimentos. Assim, aquilo que inicialmente –dirigir um carro – nos era muito difícil, passa a ser executado com muita facilidade e não sabemos quantas ações de fato temos que fazer, se dez ou oitenta para executá-la.

No caso da catadora, ela respondeu dez, e perguntei a ela se, no grupo, separam os metais. Ela balançou a cabeça positivamente, respondendo que sim. Perguntei então, e ela respondendo balançando a cabeça;

- Vocês separam cobre, alumínio duro, alumínio panela, alumínio perfil, alumínio chaparia, metal, latinhas de alumínio, inox, antimônio, ferro?

Ela respondeu a tudo balançando a cabeça, respondendo sim, ao mesmo tempo em que se dava conta de que separava muitos materiais recicláveis no galpão. Na discussão fui perguntando sobre alguns materiais, e ela ia respondendo que separava. Atualmente, as organizações de catadoras/es separam em torno de 80 tipos de materiais recicláveis, seja pela composição química, seja pela textura, cor, peso, densidade. Por exemplo, as garrafas plásticas de polietileno tereftalato, as famosas PETs, que embalam principalmente refrigerantes, são separadas em 5 ou mais tipos: PET cristal, transparente, branca; PET verde; PET azul; PET Azeite; PET marrom.

Além destas embalagens PET recicláveis, tem outras que são rejeitos, como aquelas brancas de shampoo e condicionadores que não são transparentes, embalagens como as bandejas transparentes. E cada dia são lançadas novas embalagens em que a/o catadora/r vai aprendendo a reconhecer e a separar; vai se especializando, sendo altamente treinada/o na separação dos materiais recicláveis.

A reciclagem dos resíduos é alinhada com a reciclabilidade, ou seja, a viabilidade econômica, logística, e a qualidade dos resíduos. Se os resíduos estão num lixão com muitas impurezas ou numa ilha oceânica, o valor dos resíduos não paga os custos dos serviços. Um exemplo clássico é o isopor, um material plástico reciclável, mas por causa de seu peso, o seu volume é grande, o que torna muito cara a sua logística, sendo que o preço de venda não paga o serviço; por isso, as/os catadoras/es não coletam.

Outro resíduo reciclável, o vidro, o único 100% reciclável, ou seja, com uma garrafa, pode-se fazer outra exatamente do mesmo tamanho, sem nenhuma perda de matéria, sendo possível repetir esta operação infinitamente. Entretanto, o seu peso, aliado ao seu baixo valor, atualmente entre R\$ 0,05 a 0,10 centavos de real o quilo, faria que uma/m catadora/r tivesse que coletar e carregar entre 200 a 400 quilos para obter uma renda de R\$20,00 reais.

Na prática, são muitos materiais recicláveis que não tem reciclabilidade, isso faz com que a categoria na hora de realizar a coleta, tenha que abrir cada saco/sacola, para extrair os recicláveis de dentro. É necessário ter o conhecimento das classificações de todos os resíduos que podem e que não podem ser reciclados, os quais são divididos em principais 4 grandes grupos (Quadro 3).

Além destes grandes grupos, tem materiais recicláveis que são os reutilizáveis, ou seja, não precisam ser reciclados e podem ser usados como o mesmo produto, a exemplo dos cartuchos de impressoras, embalagens de vidro de vinhos, uísques, sucos, placas de computadores, entre outros. No quadro 3, apresento a classificação dos materiais recicláveis.

Quadro 3 - Classificação de materiais recicláveis

Papéis	Papel branco, papel colorido, revistas, jornais, embalagens longa vida, papelão marrom, papelão colorido e outros		
Plásticos	Designação do composto polimérico	Cores das embalagens	Tipos de utilizações e usos
	Poliétilenos tereftalatos (PET)	Cristal, brancos, transparentes,	Garrafas plásticas, embalagens de refrigerantes e de cola, água mineral
		Verde	Garrafas plásticas, embalagens de refrigerantes de limão, guaraná
		Azul	Garrafas plásticas, embalagens de água e alguns refrigerantes
		Marrom	Garrafas plásticas, embalagens de medicamentos
		Azeite-branca, verde, marrom	Garrafas plásticas, embalagens de óleo de soja, girassol e outros
	Designação do composto polimérico	Cores das embalagens	Tipos de utilizações e usos
	Poliétilenos de Alta Densidade (PEAD)	Leitoso	Garrafas plásticas, embalagens de iogurte, shampoo, condicionador –, são embalagens que não se pode ver dentro.
		Transparentes	Mesmo tipo de embalagens; entretanto, a camada é mais fina e pode-se ver o produto dentro da garrafa
		Filmes	Principalmente sacolas plásticas, brancas e transparentes
		Filmes transparentes stretch	Embalagens plásticas que esticam, servem para embalar carnes, proteger as frutas abertas, saladas
	Poliétileno de Baixa Densidade (PEBD)	Filmes coloridos	Embalagens plásticas, sacos de arroz, feijão
	Poliétilenos de Alta Densidade (PEAD)	Filmes transparentes	Embalagens plásticas transparentes, saquinhos de frutas, embalagens para folhas de ofício

Metais	Cobre com capa, cobre sem capa, alumínio duro, alumínio panela, alumínio perfil, alumínio chaparia, metal, latinhas de alumínio, inox ferroso e não ferroso, antimônio, ferro, latas ferrosas
Vidros	Embalagens de vidro em geral

Fonte: Elaboração própria

Discorri acima sobre a classificação dos resíduos para demonstrar o conhecimento necessário que cada catadora/r tem em relação ao seu trabalho, isto é, a necessidade de ter conhecimentos e usá-los para conquistar o pouco de recursos que recebem pela sua prestação de serviços. Portanto, é necessário um processo de formação, o qual se dá geralmente com o apoio de outra/o catadora/r mais experiente, principalmente da família, ou, quando se inicia solo, começa a coletar e separar aqueles resíduos que são mais fáceis de reconhecer, a exemplo da latinha, das garrafas PET e do papelão – principais resíduos coletados pelas/os catadoras/es de rua, pelo seu preço e pouca necessidade de conhecimento técnico.

Outro fator extremamente importante para a/o catadora/r é a parceria com a/o geradora/r de resíduos, sendo está uma das bases mais fortes da reciclagem. Havendo uma boa separação de resíduos, em dois ou mais grupos de resíduos, mais fácil ficará o trabalho de triagem (separação) dos resíduos, sendo os principais os resíduos recicláveis secos, de um lado, e os resíduos orgânicos, de outro. Esta parceria estabelecida entre geradora/r e catadora/r, eu denomino “cultura social da reciclagem”.

As/os catadoras/es são as/os protagonistas na função da reciclagem, no trabalho existente para que os resíduos sejam reciclados. Um processo que abrange a educação ambiental – além do discurso, seus corpos falam –, a coleta seletiva solidária – seja contratada ou não pela prefeitura municipal –, a triagem e a transformação dos resíduos em materiais recicláveis, matéria-prima da cadeia produtiva da reciclagem, pois, antes dos materiais recicláveis transformarem-se em matéria prima, são apenas resíduos sólidos ou rejeitos. É pelas mãos das/os catadoras/es que esta transformação acontece.

Entretanto este protagonismo não se reflete na valorização da categoria. Ela realiza o trabalho, mas não fica com as riquezas geradas por ele, pois vive um modelo de exploração, onde tanto as/os geradores de resíduos, quanto o estado e as empresas privadas fabricantes de resíduos, não pagam pelo trabalho, sendo a única

entrada – o pagamento ao catador – é pela venda do material e pela qual recebe apenas 10% do valor total dos resíduos (MNCR, 2022).

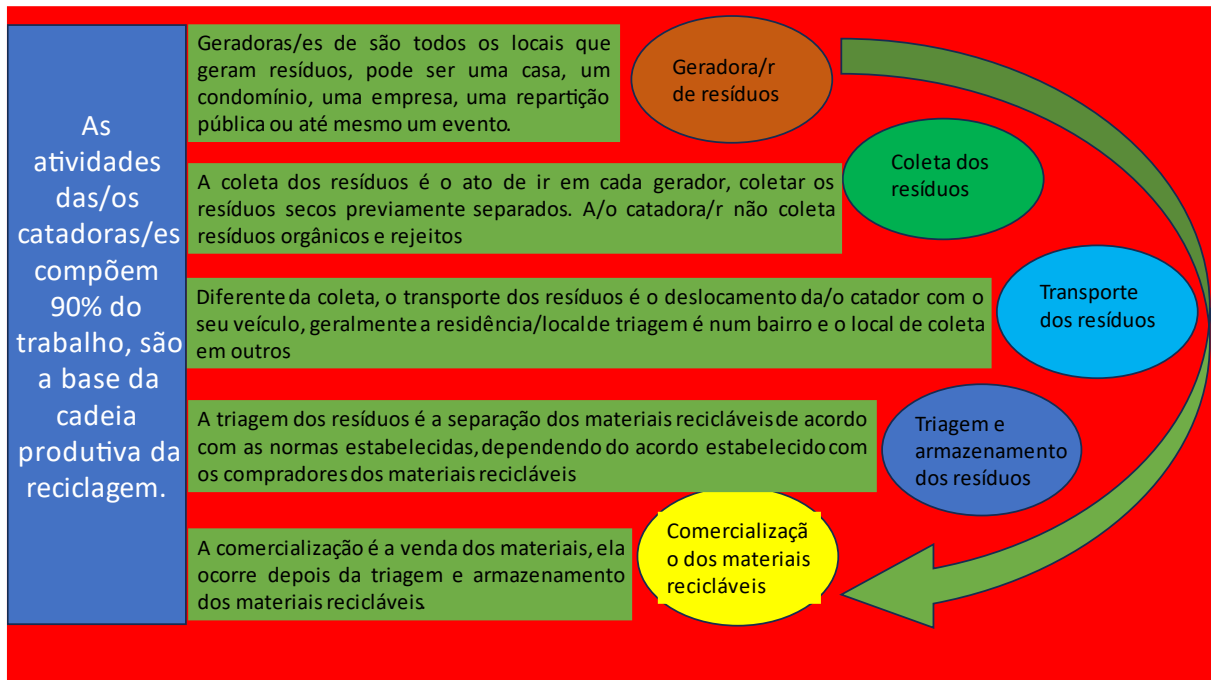
O não reconhecimento e a desvalorização do trabalho que a categoria sofre é o principal fator que coloca a categoria imersa numa pobreza extrema, tendo que sobreviver com menos de um salário-mínimo mensal (ASCAT, 2023). E, mais do que isso, imersa na invisibilidade, pois para o Estado não reconhece e não valoriza o trabalho exercido pelas/os catadoras/es; é necessário também não ver, desconsiderar e, claro, invisibilizar.

A categoria organiza-se individualmente, já que é a maneira que encontraram para continuar a trabalhar para sustentar suas famílias. O trabalho de catação de materiais recicláveis não é fácil e tampouco leve, é um fardo muito pesado carregar resíduos pela cidade, conviver em meio ao trânsito caótico de veículos e pessoas, conviver com as intempéries climáticas que quem está na rua está sujeito a sentir, ou seja, uma série de desafios são necessários de serem superados para a reciclagem acontecer.

Na atuação das/os catadoras/es de rua, os materiais coletados são levados para suas casas, praças ou galpões improvisados, onde são armazenados em local específico para serem separados e armazenados em sacos ou fardos e, posteriormente, serem comercializados. O processo ocorre em menos de dois dias, ou seja, sempre estão chegando e saindo materiais recicláveis, não havendo sua acumulação por muito tempo.

O esquema da figura 8 ilustra as atividades desenvolvidas pelas/os catadoras/es, desde a/o geradora/r que precisa de educação ambiental para aprender a separar os resíduos, passando pela coleta, o transporte, a triagem – onde ocorre a conversão dos resíduos para materiais recicláveis – até a comercialização. Estas atividades compõem 90% do trabalho da cadeia produtiva da reciclagem (MNCR, 2023). Podemos perceber que no início deste ciclo produtivo, as/os geradoras/es geram resíduos e no final, as/os catadoras/es comercializam materiais recicláveis.

Figura 8 - Esquema de atividades – base da cadeia produtiva da reciclagem



Fonte: Elaboração própria

A quantidade de materiais é uma das definidoras do seu preço; assim, quem faz a coleta, transporte, triagem e comercialização no mesmo dia tende a ter uma quantidade menor de materiais recicláveis e, portanto, um preço também mais baixo. Havendo maior quantidade de resíduos, os preços aumentam. Desse modo, o preço dos materiais recicláveis comercializados por uma cooperativa, ou seja, por catadoras/es organizadas/os coletivamente, é maior do que o de uma/m catadora/r individual, podendo chegar a ser o mesmo que o ferro velho consegue vender.

Logo, a cooperativa tem o mesmo nível de organização do ferro velho, com a diferença de que aquelas organizações são legalizadas com nome, endereço, registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), há a distribuição de todos os capitais gerados, seja das riquezas ou dos conhecimentos e atua-se na inclusão das/os catadoras/es as/os, que definem coletivamente os rumos do trabalho e das ações deliberadas, sendo os meios de produção são coletivos e compartilhados.

Já o ferro velho normalmente não é uma empresa legalizada, tem endereço, nome, mas não tem registro de CNPJ; entretanto, funciona com as principais características de uma empresa privada, possui alta concentração de riquezas geradas, centralidade nas decisões, isto é, o dono é dono de tudo, inclusive dos meios de produção, é ele quem negocia e coloca valor no trabalho de cada material; geralmente, possui uma equipe de trabalhadores empregados sem direitos, que

ganham apenas uma diária, com valor definido em acordo com a proposta do dono do ferro velho por cada dia de trabalho.

O atravessador funciona na mesma lógica do ferro velho, com a diferença de que se constitui obrigatoriamente como uma empresa legalizada, com sede, CNPJ, empregados formalizados e legalizados com a carteira de trabalho assinada em regime de Contrato Individual de Trabalho (CLT). A partir deste momento, os resíduos passam a ser valorizados, já que a riqueza da cadeia produtiva é dividida entre os empresários, sendo que os atravessadores são a base deste sistema de exploração (Figura 9).

Figura 9 - Esquema de organização e comercialização de materiais recicláveis



Fonte: Elaboração própria

O sistema de comercialização não é legalizado, não tem regras específicas, tabela de preços, nem valor mínimo legal a ser pago; portanto, o sistema é um capitalismo mais selvagem, que explora até a última gota, sendo que os preços vêm de cima para baixo. Nessa cadeia produtiva da reciclagem (ciclo da cadeia produtiva), quem mais concentra riqueza é quem mais tem equipamentos, capital e que é também quem define o preço para que a cadeia funcione e se possa maximizar ao máximo seus lucros.

Nas atividades que realizamos com instituições sociais – palestras, aulas abertas e outras atividades em que as/os catadoras/es são convidadas/os a participar – uma das discussões trazidas para explicar os preços dos materiais recicláveis é a

metáfora da compra do pão: imagine que você está na padaria comprando pão e, ao falar com o padeiro, você pergunta quanto custa cada pão, ao que ele responde que custa quatro reais cada um; e você responde que vai pagar apenas um real cada um.

Neste caso, será que o padeiro te venderia pães por apenas 25% do valor que ele vale? É lógico que não, provavelmente, tu irias passar fome neste dia. No nosso caso, quem coloca o preço dos materiais recicláveis é o comprador e tem fatores que até explicam a alta e baixa dos preços, mas nenhum justifica o porquê de o valor ser tão baixo, a não ser pela propriedade dos meios de produção e da tecnologia, associada à ganância e à superexploração por parte de alguns compradores.

Para termos um exemplo, segue aqui o valor do quilo de dois materiais recicláveis – o papel jornal e a garrafa PET cristal, branca –, comercializados pela cooperativa no mês de agosto de 2023 até o valor final do produto reciclado novo, comercializado pelas empresas.

O primeiro produto é o papel jornal, cujo valor foi de R\$0,40, pagos pelo comprador de papel à Cooperativa ASCAT; o segundo valor equivale a comercialização de jornal usado para uso de animais de estimação, que atinge valor de comercialização quase 10 vezes o valor pago à cooperativa, ou seja, R\$7,89, sendo que este produto, não sofreu nenhuma alteração, apenas está bem preservado; já o terceiro valor é do produto bobina de jornal reciclado, com o valor de comercialização de R\$ 18,96, que chega a quase 50 vezes o valor pago pelo comprador na cooperativa. Os últimos valores estão disponíveis na plataforma Mercado Livre (2023).

O segundo produto é a garrafa plástica de PET cristal, branca, transparente, que teve o valor pago pelo comprador de plástico à Cooperativa ASCAT de R\$1,90; o segundo valor de R\$7,40, equivale ao flake de pet – garrafas pet moídas e limpas –, pago por uma empresa gaúcha que não quis se identificar um valor quase 4 vezes maior em relação ao valor pago na cooperativa; já o terceiro produto, uma garrafa PET, tem valor de R\$59,00, comercializado pela empresa Greenco (2023).

Segundo a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB, 2023) para a fabricação de uma camiseta de PET são necessárias apenas duas garrafas e, segundo a empresa Ambiente Brasil (2023), “1 kg de garrafas PET equivale: 16 garrafas de 2.5 litros ou 20 garrafas de 2.0 litros ou 24 garrafas de 1.5 litros ou 26 garrafas de 1.0 litro ou 36 garrafas de 600 ml”, ou seja, valores que podem ultrapassar

mais de 100 vezes o valor pago na cooperativa. O quadro 5 mostra os preços dos recicláveis e dos produtos reciclados.

Figura 10 - Precificação dos recicláveis e dos produtos reciclados



Fonte: Elaboração do autor. Fontes Foto 1: jornal enfardado, fonte: Techgene; Fotos 2 e 3: jornal usado e bobina de papel jornal, fonte: Mercado Livre; Foto 4, garrafa pet cristal, fonte: O autor. Foto 5, flake PET cristal, fonte: Sulpet. Foto 6, camiseta de PET, Fonte: Greenco.

Outro fator importante a considerar em relação aos preços, é a relação com a alta e a baixa dos preços se que segue a mesma lógica de outros produtos, para os quais uma das bases da precificação é a oferta e procura. Entretanto, como o mercado dos recicláveis não é regulado oficialmente, ou seja, não há uma tabela de preços mínimos ou máximos, os preços, como já informei anteriormente, vêm de cima para baixo, com controle direto de quem mais tem em relação a quem menos tem.

Uma conta que fecha perfeitamente na lógica da concentração de riquezas, dado que quanto mais se tem, mais se ganha e mais se investe e se ganha mais ainda. O valor dos materiais recicláveis pode variar de acordo com a quantidade de resíduos, quanto maior a quantia de resíduos, maior o controle da precificação da cadeia produtiva. Nessa lógica, as cooperativas e associações, os ferros velhos e as/os catadoras/es individuais não têm estrutura, tecnologia nem capital para estocar para negociar preços e aqui está uma das grandes bases do porquê a categoria ganha tão pouco.

Quando há uma previsão de queda, ela é imediatamente repassada, e os preços caem para as/os catadoras/es, ou seja, para essa categoria, caem os preços antes que em qualquer outro lugar na cadeia produtiva. Explico: a partir da fase do ciclo produtivo, onde as empresas são legalizadas – ou seja, sem o primeiro atravessador, o ferro velho –, estas acompanham a evolução e queda dos preços, realizando previsões conforme as demandas do mercado; é uma inteligência, já que a indústria da reciclagem é milionária; logo, quando há uma ameaça de queda, já baixam os preços para as/os catadoras/es para que os mesmos possam comprar e estocar os resíduos, a fim de regular o mercado. Já quando os preços sobem, estes demoram a chegar nas/os catadoras/es, pois antes de realizarem a compra de fora, os atravessadores comercializam os resíduos estocados, numa espécie de banco de resíduos, onde os empresários buscam lucrar sem correr riscos, repassando os prejuízos para a parte de baixo da cadeia produtiva.

Por isso a cadeia produtiva da reciclagem precisa ter um processo de regulamentação, a qual precisa partir da diferença entre trabalho e capital, reconhecendo e trazendo justiça social e econômica para as/os catadoras/es, realizando inclusive, reparos de injustiças históricas da categoria explorada pelas empresas privadas, as quais controlam o preço a sua revelia, subindo e baixando os valores sem afetar seus lucros, enquanto que para a categoria, a cada queda de preço, a aproxima ainda mais da insegurança alimentar e da completa exclusão econômica.

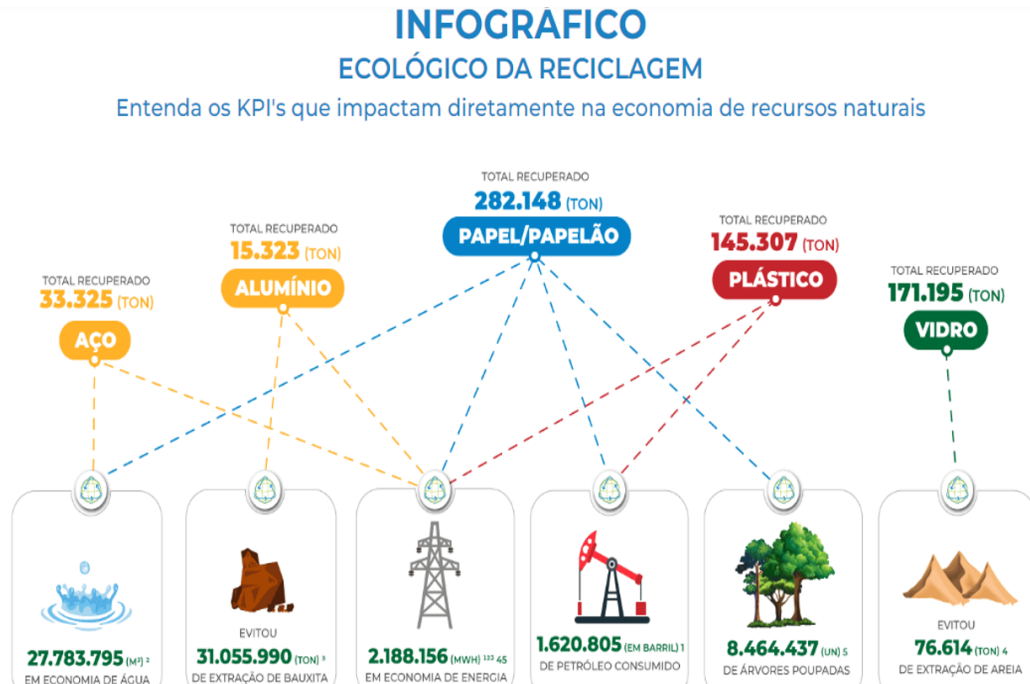
Percebemos que não somente os resíduos são desvalorizados, mas as pessoas também, já que são tratadas como resíduos humanos, numa simetria de uso, exploração e descarte social. As/os catadoras/es individuais sofrem ainda mais com a exploração, pois eles recebem normalmente, a metade, senão menos, do valor oferecido à cooperativa, ou seja, R\$0,20 por quilo de papel jornal e R\$0,95 por cada quilo de garrafa plástica de PET cristal, branca, transparente.

Além da exploração na comercialização dos materiais recicláveis, a categoria ainda é explorada pelos serviços ambientais que realiza, dado que cada tonelada de resíduo encaminhado para a reciclagem, significa toneladas de matérias-primas que deixam de ser extraídas da natureza e transformadas em produtos, além de evitar que os resíduos sejam destinados aos aterros sanitários, lixões e oceanos.

No último Atlas da Reciclagem (2022), organizado pela Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT), em que foram

pesquisadas 168 organizações coletivas de catadoras/es, as Associações e Cooperativas (ACs), uma das informações destacadas, denominada como Infográfico Ecológico da Reciclagem, aponta a economia de recursos naturais que as/os catadoras/es evitam de serem extraídas da natureza, conforme mostrado na Figura 11.

Figura 11 - Infográfico da reciclagem



Fonte: ANCAT (2022)

Cada tonelada, metro cúbico, kilowatt, barril, unidade de natureza preservada tem um custo economizado, um valor ambiental que deveria ser pago pelo serviço realizado pelas/os catadoras/es; o não reconhecimento e valorização por este serviço ambiental, também se configura como uma exploração.

Dessas 168 organizações coletivas que ofereceram informações para o Atlas, a maioria, 79%, não conta com equipamentos básicos para a realização do trabalho. Isso significa que se tivessem parceria com as prefeituras localmente, se tivessem equipamentos e investimentos para a realização deste serviço, a quantidade de recursos preservados seria muito maior. Conforme indicado no Atlas,

Das ACs registradas no banco de dados do ATLAS, entre as ACs que forneceram esta informação (168), 52% possuem galpões próprios ou em cessão de longo prazo para trabalhar, mas apenas 36% têm à disposição os equipamentos básicos para uma maior produtividade. Somente 21% das ACs atendem a estas duas condições de funcionamento básicas, possuem galpão e equipamentos básicos para o pré-beneficiamento dos materiais recicláveis.

Entre as que não atendem às duas condições de funcionamento básicas, 48% não possuem galpão próprio ou cedido, 64% não possuem kit básico de equipamentos e 79% não possuem galpão próprio ou cedido e kit básico de equipamentos. (Atlas da Reciclagem, 2022, p.34)

A evidente importância das/os catadoras/es para a economia, ao reinserem os resíduos e alimentarem a cadeia produtiva da reciclagem –, para o meio ambiente, ao preservarem os recursos públicos, para a sociedade, ao gerarem ocupação para pessoas que não concorrem mais pelos empregos formais, novos negócios e oportunidades para a vida, é algo que deveria ser valorizado em nossa sociedade, que tem uma conta histórica com esta categoria.

A autora Trombeta (2012, p.57) escreve sobre a importância da organização da categoria e diz: “por isso, é importante que esses trabalhadores se organizem e criem uma identidade de catador de material de reciclável, para assim, agregar sua força de trabalho e saírem dessa condição de marginalizados na cadeia produtiva dos resíduos sólidos urbanos”, para lutar pelos direitos, desde a existência até o reconhecimento e valorização deste trabalho tão importante. Uma categoria que, mesmo estando muitas vezes em níveis de exploração econômica tão absurdas, não desiste de trabalhar, se organizar e ser feliz, realizando um trabalho extremamente importante, não reconhecido e não valorizado.

Pelo que podemos perceber, toda a sociedade, de uma maneira ou outra, explora as/os catadoras/es, seja na produção de resíduos sem o pagamento para que sejam reciclados, seja na fabricação de resíduos que serão poluidores se não tiver a ação da categoria, seja o estado, quando não reconhece nem valoriza a prestação de serviços, seja ainda o simples fato de a categoria exercer um serviço essencial para a vida, tendo apenas as receitas advindas da superexploração da cadeia produtiva da reciclagem.

2.1 CACOS DE AREIA, ÁRVORES DE PAPEL, METAIS DE TERRA E PLÁSTICO DE PETRÓLEO

Eco lógico

Se aos pássaros perguntares. Quem polui os nossos ares, onde os pulmões se consomem, o eco, lógico, responde: ... homem... homem... homem...

E o húmus de nosso chão, que resta pro nosso pão logo após uma queimada? O eco, lógico, responde: ... quase nada... quase nada...

O que era o Saara? A Amazônia o que será? Um futuro muito incerto? O eco, lógico, responde: ... só deserto... só deserto...

O que resta, desmatando, o que sobra, devastando, ao homem depredador? O eco, lógico, responde: ... só a dor... a dor... a dor...

Que precisa a natureza pra manter sua beleza e amainar a sua dor? O eco, lógico, responde: ... mais amor... amor... amor... (Autor Desconhecido)

Neste capítulo, busco fazer a reflexão sobre as formas de transformação da natureza que ocorrem através da exploração do trabalho humano e que geram, além de produtos e mercadorias, a concentração de riquezas, a exclusão social e a própria destruição da natureza. Todos os recursos usados, de uma forma ou outra, já foram recursos naturais, os quais são compreendidos como sendo a própria natureza; após a transformação, há um processo de dissociação do que é natureza, daquilo que é natural, passando a ser então algo estranho, alheio a ela; o próprio produto ou mercadoria sofre um deslocamento da natureza.

Esse deslocamento é sentido pelos seres humanos, geradores de resíduos, sendo que uma parte se utiliza das benesses do processo. Uma garrafa plástica contendo água é um objeto a ser mostrado, gera status social a quem segura, demonstra que a pessoa tem recursos para sua compra, tem poder. Entretanto, logo após o consumo da água, a garrafa desloca-se imediatamente para seu oposto, ao invés de um produto que gera status, passa a gerar contra status, passa a ser considerada um resíduo a ser o mais rápido possível descartado. Aqui reside um dos problemas em relação aos resíduos, o seu completo deslocamento de bem e mal, de limpo e sujo, de status e contra status.

O gerador de resíduos, que na prática é o poluidor, fica com o status, a o bem, o poder em relação a geração de uma garrafa plástica, ao passo que a/o catadora/r de materiais recicláveis, ficará com a carga negativa, mesmo sendo ela/e a/o principal agente de reciclagem.

A destruição da natureza não é um mal completo, pois há quem se beneficie no processo e quem, claro, não quer perder seus privilégios. Logo, luta contra as políticas de proteção ambiental, de distribuição de riquezas, bem como de inclusão social. A engenharia de proteção ambiental é complexa, vai desde a mudança de hábitos dos seres humanos, passa pela mudança na matriz de produção dos produtos, pelo design até seu retorno para a cadeia produtiva. É evidente que as mudanças acarretariam também mudanças sistêmicas na educação, economia e política, precisando quase transformar-nos em outros seres humanos, ou seja, uma mudança cultural dos seres humanos em relação a natureza e os resíduos.

Os produtos vêm da natureza, das coisas materiais e imateriais, muitos inclusive do campo das ideias. Todos os produtos, assim como os meios de produção,

inclusive os seres humanos, podemos ser compreendidos como natureza. Dela extraímos tudo para viver. E o que devolvemos? Resíduos, rejeitos, todo tipo de poluição. Em algum momento da história, passado, presente ou futuro, toda a transformação deixará de servir seu objetivo na história e passará, então, a ser descartada, rejeitada, passando a ser resíduo que, ao invés de ser um bem, gerador de vida, conforto, prazer, passará imediatamente a ser um mal, poluidor, destruidor, gerador de morte, baseado em alto nível de abstração, dissociada simbolicamente da natureza natural.

Cada vez mais, mergulhamos numa infinidade de produtos e novos produtos, precisamos deles para trabalhar, dormir, estudar, viajar, para nossa alimentação, diversão, comunicação etc. Os produtos acabam sendo fundamentais dentro deste arranjo social em que vivemos, sendo impossível viver sem eles. São milhares e todos os dias somos bombardeados de propagandas: compre, compre, compre. Sempre produtos cada vez mais essenciais para podermos viver.

Os produtos têm grande importância em nossas vidas e por vezes, nos perguntamos: Como vivíamos sem estes produtos? Smartphone, sacola plástica, máquina de lavar? Numa lógica de transformação do habitus ou capital cultural incorporado – termos bourdieusianos do sociólogo Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 2011) –, que refletem nossa realidade vivida, nosso sentido e objetivos, mudando nossa forma de pensar.

A exploração da natureza se acentua com o passar dos séculos, desde as grandes navegações e a dominação violenta dos povos, que foram escravizados e colonizados, se ampliando ainda mais com a passagem do feudalismo para o capitalismo e, em seguida, com a revolução industrial – industrialismo e as grandes guerras. O mundo passou a se interligar a partir das mercadorias, tornando as relações sociais meramente comerciais: rasgou-se o véu de sentimentos e emoções existentes nas relações, coisificando-se (Marx, 2013) seres humanos e não-humanos, passando as mesmas a serem geradas a partir da exploração das trabalhadoras e trabalhadores no ato de transformar a natureza em produtos, mercadorias, e estas acompanhadas de suas embalagens descartáveis.

Cada vez mais estamos imersos num mundo de embalagens que são mais rapidamente descartáveis, muitas delas de uso único e que têm um tempo de uso cada vez menor, mas um alto poder de poluição e degradação ambiental, principalmente os resíduos plásticos. Conforme notícia publicada no jornal britânico

The Guardian, “em apenas um minuto a população mundial usa um milhão de garrafas plásticas”, desse total apenas 07% são destinadas à reciclagem, o restante vai principalmente para lixões, terrenos baldios e oceanos (Barbosa, 2017).

Associada às poluições, queimadas, uso de venenos na agricultura, combustíveis fósseis e outras degradações, com esta forma de exploração, amplia-se o aquecimento global e coloca à tona a crise ambiental. Assim, a natureza se aproxima cada vez mais de um catastrófico colapso, pois, ao mesmo tempo em que aumenta o uso de recursos naturais para fabricação de embalagens, as mesmas não são destinadas à reciclagem, percorrendo um caminho de ampla poluição e de degradação do meio ambiente.

O autor Ulrich Beck (1944) em uma de suas obras, *La Sociedad del Riesgo: hacia una nueva modernidad*, declara que as sociedades mais pobres, principalmente as do Hemisfério Sul, sofrem mais em relação ao Hemisfério Norte, deixando evidente que a sociedade de riscos gera muito mais problemas aos mais pobres, desde a macro geografia, entre os hemisférios, mas também localmente, o que é de fácil observação e compreensão, dado que são situações comuns no dia a dia. Convido vocês a olharem onde se localiza o aterro sanitário ou lixão na sua cidade. Com certeza, não é em nenhum bairro nobre. Convido a pensarem em quantas vezes a rua de um bairro nobre é varrida (no caso de Porto Alegre, algumas ruas são variadas mais de três vezes ao dia) em comparação com um bairro de periferia (na vila onde eu moro, a varrição é de seis em seis meses).

Esta forma de exploração da natureza e das/os trabalhadoras/es objetiva principalmente o aumento da concentração de riquezas, poder, status social, privilégios, entre outras vantagens, caracterizando-se como a base daquilo que se configura como sistema capitalista. Segundo o relatório elaborado pela Oxfam, “De toda a riqueza gerada no mundo em 2017, 82% foi parar nas mãos do 1% mais rico do planeta”, enquanto que “metade da população global, 3,7 bilhões de pessoas, não ficou com nada” (Oxfam, 2019).

Desta forma, subjetivamente, os resíduos passam a ser jogados fora. Entretanto, a frase de autor desconhecido que diz: “Do ponto de vista do planeta, não existe jogar lixo fora: porque não existe fora”, nos faz perceber a ideia planetária. A destinação dos resíduos ocorre dentro do próprio planeta. O pensador Fabricio Favoretto (S/D) destaca: “O homem não vive sem a natureza, mas a natureza vive sem o homem”. E se tudo faz parte da natureza, inclui-se também os resíduos da

transformação da natureza, as próprias mercadorias e suas embalagens depois de seu uso.

Em muitos países, principalmente europeus e norte-americanos, têm políticas de tratamento de resíduos; no Brasil temos a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12305/10), que estabelece normas e diretrizes para o gerenciamento e gestão de resíduos sólidos, garantindo “o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania”. Assim, traz uma perspectiva ocular, diferenciando o lócus sobre os resíduos, estabelecendo também uma hierarquia de gestão que deve seguir estas prioridades: “não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos” (Brasil, 2010).

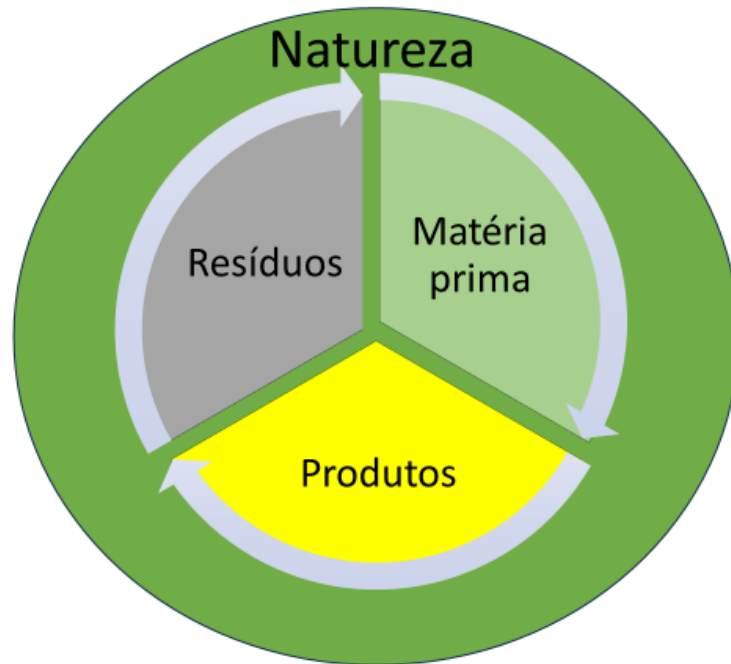
Exatamente aqui, quero argumentar e propor, de forma direta, a compreensão de que os resíduos também fazem parte da natureza, senão a própria natureza transformada; portanto, mesmo desnaturalizada, não natural, são parte intrínseca e, conseqüentemente, perdemos, e muito, quando pensamos os resíduos dissociados da natureza. Para melhor compreender e assim contribuir para vencer o processo de dissociação, proponho o lócus da natureza em três estágios: a primeira natureza sendo a matéria virgem, natural; a segunda natureza, matéria prima virgem e natural, transformada em produtos; e a terceira natureza, matéria virgem, natural transformada em produtos e, depois de seu uso, descartada enquanto resíduos. Temos então:

- Primeira natureza: considera como natureza virgem e natural tudo aquilo e aquela que ainda não foi transformada pela ação do trabalho e que principalmente não teve interferência ou ação humana, ou seja, o petróleo, as águas, as florestas, o solo, os animais.

- Segunda natureza: natureza transformada que já inclui os processos de transformação pela ação da mulher e do homem através do trabalho, da tecnologia e o uso da capacidade humana de transformar a primeira natureza num bem de uso, um produto, uma mercadoria.

Terceira natureza: os resíduos desta transformação, a mudança de estágio da primeira para a segunda natureza, aquilo tudo que foi rejeitado nesta transformação. Neste estágio, podemos compreender também a segunda natureza depois de ter seu uso, quando descartada. A segunda natureza mais cedo ou mais tarde transforma-se em terceira.

Figura 12 - Esquema Natureza



Fonte: Elaboração própria

Resíduos e natureza são parte um do outro, ou seja, os resíduos são derivados de matérias-primas extraídas da natureza, sendo que o vidro é derivado principalmente da areia, os papéis vêm de árvores e, no Brasil, conforme a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa, s/p, 2023), “as árvores mais utilizadas para produção de papel são o eucalipto e o pinus. Essas árvores são de crescimento rápido, e o Brasil é hoje um dos líderes mundiais na produção de papel e de celulose, principalmente acácia, pinus e eucalipto”.

O resíduo papel é advindo então, daquilo que os movimentos sociais e ambientalistas chamam de deserto verde, principalmente o Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que luta contra os sistemas de plantação de monoculturas, pois o mesmo afeta a diversidade ambiental e seus ecossistemas, gerando impactos ambientais irreversíveis, além de ser a base dos latifúndios – grandes extensões de terras com mais de mil hectares no Brasil –, e de terras improdutivas que deveriam ser transformadas a partir da reforma agrária. Nas palavras do jornalista e apoiador do MST Leonardo Fernandes (2017).

A expressão usada para denominar a monocultura de eucalipto não poderia ser mais adequada: deserto verde. Isso porque entre os mais variados e agravados impactos socioambientais dessa prática, está o rápido desaparecimento de fontes de água nas regiões de plantio. Brasil afora, o MST vem travando grandes batalhas contra a ação predatória das empresas de celulose, responsáveis pela monocultura. (Fernandes, s/p, 2017).

Figura 13 - Plantação de eucalipto no sul da Bahia



Fonte: Coletivo de Comunicação do MST na Bahia (2023)

Já os metais, “são rochas que possuem valor econômico, que por sua vez serão explorados visando a comercialização. Portanto, destas rochas pode-se extrair diversos metais e atualmente o minério mais utilizado no mundo em larga escala é o minério de ferro” (Rocha, 2021, p.186); são montanhas cobertas por árvores e animais, rodeados de lagos e até mesmo contam com a presença de comunidades, que se tornam rapidamente num grande buraco no solo. A figura 9 ilustra o processo de extração de minérios na cidade de Nova Lima, região metropolitana de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, onde podemos perceber o tamanho do impacto ambiental que é causado em sua extração.

Não podemos esquecer jamais, dos crimes ambientais ocorridos em duas cidades mineiras, quando, no dia 5 de novembro de 2015, rompe a barragem de detritos e rejeitos da mineração da empresa Samarco em Mariana-MG e, em 25 de janeiro de 2019, a Barragem do córrego do Feijão da Empresa Vale S.A. Duas tragédias que marcaram o cenário brasileiro em torno da extração de minérios (Figura 14), bem como da destruição ambiental que é causada.

Figura 14 - Extração de minérios em Nova Lima - MG



Fonte: Reprodução Vallourec (2023)

Os resíduos plásticos são advindos principalmente do petróleo, a partir de um processo de refinamento (elevação da temperatura), onde é extraída a nafta, produto base para fabricação de materiais plásticos. O petróleo ainda é a principal fonte de energia do planeta; portanto, uma das principais matérias-primas em disputa no planeta, inclusive como combustível de guerras, como no Golfo Pérsico, em 1931, e no Iraque, em 2003; guerras geradas “em defesa dos interesses petrolíferos estadunidenses” (Zarpelão, 2011, p. 1). A figura 10 ilustra os produtos derivados de petróleo.

Figura 15 - Produtos derivados do refino de petróleo



Fonte: Edukatu, 2023

Os resíduos são recursos naturais, a natureza transformada pela ação do homem e suas tecnologias, através da exploração da força de trabalho de trabalhadoras/es, as/os quais vivem, em sua grande maioria, da venda da sua força de trabalho e, em alguns casos, não conseguem nem mesmo consumir aquilo que produzem. Desta forma, a natureza deixa de ser compartilhada e de ser de acesso universal e transforma-se apenas em mercadoria, lucro e resíduos, disponível e acessível apenas para quem pode pagar. Por um lado, se privatiza a natureza, se concentra suas riquezas através do lucro e da acumulação, mas, por outro, se compartilha a poluição, já que, mais cedo ou mais tarde, aquilo que era natureza, transformada em produto, logo pode transformar-se em resíduo, descartável, poluente.

Nesse ciclo, nós, catadoras/es de materiais recicláveis, somos agentes ambientais, protetoras/es da natureza, anjos da ecologia, médicas/os do planeta, somos aquelas/es que, com nossos corpos, conhecimentos e ação, transformamos aquilo que era um mal ecológico, gerador de custos ambientais, econômicos e sociais, em bens econômicos, ambientais e sociais, ressignificando completamente os resíduos e a própria natureza,

Durante minha vida, aprendi que os resíduos têm em si está antinomia, a dualidade de posição de ponto de vista, algo que está praticamente nos olhos que quem vê, como uma lupa social que enxerga e, mais do que isso, acredita e defende aquilo que vê. Se, por um lado, eles representam a própria poluição, bem como a destruição dos recursos naturais, por outro, são um bem, têm valor e salvam vidas, são algo positivo e importante em nossa vida e organização social, desde que estejam no lugar certo.

O lugar certo é a base da decisão sobre esta antinomia, pois se, por exemplo, os resíduos forem reciclados, além de não poluir, acabam economizando o uso de matérias-primas virgens para a fabricação de produtos. Caso contrário, os resíduos são um grande problema, ambiental, por serem altamente poluentes, social por não gerarem reconhecimento e valorização para aquelas/es que trabalham, ao se transformarem em um desperdício de matéria-prima e econômico, além de não gerarem valores e de acarretarem desperdício de recursos em sua destinação final.

Os resíduos sólidos são, então, parte da natureza, sendo prejudicial e poluidor da primeira natureza quando colocado em local inadequado, sobre o solo, as águas e sem nenhum tratamento. Os resíduos recicláveis, tanto secos quanto orgânicos,

podem e devem ser reciclados para não prejudicarem a primeira natureza. É aqui que entra o trabalho das catadoras e catadores de materiais recicláveis, justamente porque são quem, de fato, realizam a maior parte do ciclo produtivo da reciclagem, utilizando seu corpo como principal tecnologia e força motriz (MNCR, 2008).

Os campos científicos, empresariais, governamentais e até os escolares e comunitários estão dando ênfase e destaque à reciclagem, e governos têm implantado leis e técnicas para a gestão dos resíduos. Meios de comunicação divulgam ações positivas e até mesmo empresas querem associar e divulgar suas marcas e informações vinculadas à reciclagem.

A reciclagem ocorre pelas mãos das/os catadoras/es que, mesmo excluídas/os, criminalizadas/os, perseguidas/os ou simplesmente invisibilizadas/os e desvalorizada/os pelo poder público, seguem superiores como maiores responsáveis pela reciclagem. Com seus carrinhos, carroças e equipamentos precários, conseguem ser mais eficientes do que as tecnologias e investimentos de coleta realizados pelas empresas privadas e prefeituras à sua revelia. A reciclagem, nesses casos em que os governos buscam excluir a categoria, se mostra ineficiente, justamente porque não tem como objetivo a reciclagem, senão o lucro e a acumulação de riquezas.

Mesmo com dificuldades acentuadas, mazelas, estigmas e forte exclusão social em que as/os catadoras/es estão submetidos, contrariando a lógica da violência, seguem trabalhando e se organizando com dignidade, buscando diariamente romper barreiras de exclusão, saindo das margens da sociedade, batalhando pelo seu lugar central na reciclagem, inserindo-se e disputando com empresas, investimentos e tecnologias os nichos de mercado, realizando, na prática, quase a totalidade da reciclagem, vencendo os caminhões cada vez mais tecnológicos das empresas privadas.

Neste lócus reflexivo sobre a transformação da natureza em produtos, realizados pela força de trabalho explorado das trabalhadoras/es, que produzem cada vez mais velozmente, tanto quanto cada vez ficam mais pobres. Analisando o processo de destruição, aniquilação da natureza e sua dissociação natural dos resíduos como natureza, concluo que as sociedades devem pensar os resíduos como natureza, não gerando, mas reaproveitando e reciclando, reconhecendo e valorizando as catadoras/es de materiais recicláveis e suas organizações sociais, compreendendo os resíduos como “um bem gerador de renda e promotor de cidadania” (Brasil, 2010).

2.2 O VELHO DO SACO

INTERTEXTO

Primeiro levaram os negros, mas não me importei com isso, eu não era negro
 Em seguida levaram alguns operários, mas não me importei com isso, eu também não era operário
 Depois prenderam os miseráveis, mas não me importei com isso, porque eu não sou miserável
 Depois agarraram uns desempregados, mas como tenho meu emprego, também não me importei
 Agora estão me levando, mas já é tarde. Como eu não me importei com ninguém, ninguém se importa comigo.
 - Bertolt Brecht (1898-1956)

Figura 16 - O Velho/Homem do Saco



Fonte: Pinterest, SD

Na imagem acima, vemos a ilustração de um homem com um saco nas costas, imagem tão comum e corriqueira, parte do mito de nossas infâncias, contadas como histórias ligadas ao susto, medo e obediência. E, se por acaso, não escutamos de nossos próprios pais, com certeza, escutamos de outros adultos. Esta ilustração é uma imagem de seres humanos que persiste em estar em nossa convivência, tanto no meio rural como urbano, principalmente nas grandes cidades, algo tão comum, que se mistura com ruas, carros, semáforos, prédios, pessoas fazendo parte da cidade e podendo passar despercebido.

Não coloquei foto real de catador, fiz questão de usar ilustração para não trabalhar negativamente com a imagem de nenhum catador, não seria justo com meu companheiro de profissão. Às vezes, são pequenas ações que fazem o todo valer a

pena; eu prefiro assim, quando consigo, cuidar desde os menores detalhes. As palavras, imagens, fazem parte da construção da nossa cosmovisão, daquilo que concebemos como mundo, como coisas e significados e que nos formam enquanto seres humanos.

O velho do saco faz parte daquilo que, na Antropologia, chamamos de mito, entrelaçado na cultura de educação infantil, é uma história de infância – assim se estrutura o mito – passada através de gerações; uma história que nossas mães e pais ou outros adultos contavam-nos para fazer-nos com que os obedecêssem, sempre que discordávamos deles ou por um mau comportamento, uma birra, não querer comer, ou ainda simplesmente querer sair na rua para brincar com nossas/es coleguinhas. No pensamento freudiano, em aproximação com a Antropologia na publicação Totem e Tabu (Freud, 1974), se destaca a magia da palavra na construção do nosso inconsciente e estas em conjunto contam uma história de obrigação e medo – obrigação em fazer o que nos mandaram e usando do medo como pressão.

Além da Psicologia, da formação do nosso inconsciente consciente, outras imagens eram articuladas junto ao homem do saco, retratando como um homem negro, ligada ao racismo no Brasil, que atravessa gerações, desde o Brasil colônia de Portugal. Naquele momento de colônia, teóricos discutiam sistemas com marcadores de diferença, havendo o apartheid como separação; o Brasil de Nina Rodrigues (1988) que, em seu livro Os Africanos no Brasil, destaca já, no primeiro capítulo, que o cruzamento entre negros e brancos “[...] incorporou-se à população local no mais amplo e franco mestiçamento” (Rodrigues, 1988, p.13), havendo então um “racismo à brasileira” (Munanga, 2017; Kon, 2017).

Nossa imagética é construída durante os anos, nossa vida vivida, as coisas que ocorrem conosco desde que somos crianças; é formada por aquilo que escutamos, olhamos e aprendemos, principalmente por pessoas de nossa sociabilidade (Elias, 1993), e que têm contribuição forte para nossa formação, no adulto que seremos. Se aprende com quem está perto, principalmente com pessoas que são referências em nossas vidas, pessoas com quem trocamos muito afeto, amor: nossos pais, familiares e pessoas próximas. É aqui, neste ponto, que começa nossa relação com a sociedade, onde as crianças de antes, tornam-se o adulto de hoje.

Além da sociabilidade, as histórias que compõem o folclore popular e, claro, o racismo e a formação do consciente/inconsciente, são uma das bases daquilo que chamamos de cultura, pois aprendemos com músicas, histórias, imagens, constituídas

como recortes do passado, presentes no presente e que contribuem para a formação do futuro, daquilo que seremos amanhã. A cultura, neste caso, é passada de geração em geração, de boca em boca.

A história em questão nasce dos colonizadores europeus e remete ao tempo em que os portadores de lepra, no imaginário popular, tornavam-se pessoas totalmente desfiguradas, as quais atacavam crianças para comer seu fígado e, desta forma, curarem-se de sua enfermidade. Os pais, então, usando esta história, enganavam seus filhos para que os mesmos lhes obedecessem. Durante muito tempo, os pais “ensinavam”, amedrontavam as crianças, afirmando que o velho do saco iria sequestrá-las para retirar seus fígados e se alimentar deles. Daí surgiu o homem do saco, no termo europeu, o papa-fígado, que foi abreviado para papa-figo.

No passado, as pessoas acreditavam que esta doença, a lepra, era uma doença do sangue sujo ou impuro, e como o sangue é “limpo” pelo fígado, acreditavam que se o doente comece este órgão das crianças, poderiam se curar. "Um fígado doente se trata com um fígado sadio", era o dito popular, afirmado pela forte convicção do senso comum popular dos antigos. Nessa crença, o homem do saco sequestrava as crianças que brincavam na rua, longe dos pais, sem os pais saberem onde estavam, as crianças malcriadas, bagunceiras, respondonas, que não obedeciam a suas mães e pais ou ainda as crianças que aceitassem doces ou conversas com estranhos.

Na história contada no Rio Grande do Sul, na minha infância, o velho do saco era um catador de materiais recicláveis. Entretanto, as mães e pais nos contavam, que se não nos comportássemos, como na história do Papa-figo, seríamos raptadas pelo velho, levadas para longe de nossos pais. Entendo que isso era/é uma violência para com as crianças; imaginem só as crianças dando ouvidos às pessoas em quem elas mais confiam, quem elas mais amam, serem retiradas de perto delas, serem sequestradas e nunca mais poderem ver seus pais?

É esse contexto de violência que se forma a visão sobre as/os catadoras/es, baseada no medo de perder aquilo que mais lhe tinham valor, sua mãe e pai. Algo que na discussão do autor, neurologista e psiquiatra austríaco, Sigmund Freud, pode ser considerado um trauma infantil (Freud, 1980). O autor Dione de Medeiros Lula Zavaroni (2015) destaca que:

Outra noção importante nas discussões sobre o trauma apresenta-se nas elaborações freudianas sobre o estranho. O encontro com situações

potencialmente traumáticas exige do sujeito a operacionalização de uma via no trânsito pulsional que possibilite o escoamento da angústia gerada pelo encontro com o estranho (Unheimlich) (Freud, 1980), que pode ser interpretada como a (re)vivência de sensações primordiais de desamparo, que foram originalmente recalçadas, e que, provavelmente, sobrevêm no psiquismo infantil em forma de um estranhamento inominável (Zavaroni, 2015, p.334).

E nas palavras de Freud (1980),

Entre os exemplos de coisas assustadoras, deve haver uma categoria em que o elemento que amedronta pode mostrar se ser algo reprimido que retorna. Essa categoria de coisas assustadoras constituiria então o estranho [...] Esse estranho não é nada novo ou alheio, porém algo que é familiar e há muito estabelecido na mente, e que somente se alienou desta através do processo da repressão (Freud, 1980, p. 300-301).

Desta forma, podemos explicar sobre a decisão do uso da força do Estado, principalmente nas periferias, onde existem brancos, mas como estão em território negro, marcado pela racialização e o determinismo geográfico, onde você é, de certa forma, o espaço que você habita. As/os catadoras/es são trabalhadoras/es da periferia, e toda a periferia é tratada como território negro, uma política racializada, marcada também pela economia – tu vales o quanto que tu tens. Desde o passado, homens e mulheres negros/as trabalhavam com a sujeira, o descartado, o sujo, o impuro.

Trabalhar com resíduos, até mesmo com a ideia de limpeza do que é sujo, é um trabalho racializado; mesmo quando não executado por negras/os, é considerado e tratado como serviço negro. Na história brasileira, a retirada de excrementos e dejetos humanos, principalmente fezes e urina das casas de habitantes, principalmente no Rio de Janeiro nos tempos de Brasil Colônia, era executado por homens e mulheres negros/as escravizados/as, chamados de tigres, pois, ao carregar estes excrementos em cestas sobre suas cabeças, o líquido amarelado brilhava sobre a pele com melanina, dando uma proximidade com a pele de um animal, o tigre. Abordo este tema mais adiante, no capítulo Excluídos do lixo, a força pés descalços e mãos calejadas.

O filósofo camaronês Achille Mbembe (2018) descreve as decisões baseadas nos variados racismos e determinismos como necropolítica, como aquelas que definem o direito à vida ou à morte; no caso das/os catadoras/es, uma morte social, que é mais dura do que a morte real, pois somos seres humanos tratados como descartáveis, mortos sociais, marcados pela (in)visibilidade profunda.

E o que tem haver as/os catadoras/es com esta história? Bem, vejamos. A imagética bem como o subconsciente é construído e estruturado entre outras coisas, através do mito, da cultura, daquilo que é vivenciado na infância e que se manifesta nas relações sociais dos adultos que somos. Logo, ao escutar essas histórias e olhando para a figura da/o catadora/r, o nosso inconsciente faz o julgamento sobre o velho do saco e é assim que aprendemos, quando crianças, quem é a/o catadora/r, o velho do saco.

2.3 MINHA “FAMÍLIA” DAS FLORES

“Fé em Deus que ele é justo
 Ei, irmão, nunca se esqueça, na guarda, guerreiro
 Levanta a cabeça truta, onde estiver seja lá como for
 Tenha fé porque até no lixão nasce flor [...]”
 - Mano Brown, Racionais MC's (1994)

O filme *Ilha das Flores* é um curta-metragem brasileiro de 1989, filmado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e tem duração de aproximadamente 13 minutos e 9 segundos. O filme é dirigido por Jorge Furtado, produzido pela Casa de Cinema de Porto Alegre em conjunto com a Kodak do Brasil, Curt-Alex Laboratórios e Álamo Estúdios de Som. Foi filmado em duas regiões da cidade, a Vila Cai Cai e Belém Novo, na Zona Sul de Porto Alegre, e na ilha Grande dos Marinheiros – onde ocorrem as cenas mais chocantes do filme, na região do Arquipélago. Entretanto, o filme traz o nome de outra ilha, a Ilha das Flores, que existe realmente, mas onde não houve gravações.

É um filme muito curto para a quantidade de informações que articula, que vão desde as questões sociais e, claro, a exclusão social de seres humanos, a concentração de riquezas e a referência aos trabalhos desvalorizados, a relação entre a sociedade e o descarte de resíduos, a diferenciação entre seres humanos e animais; trata, de modo geral, com as injustiças.

Em sua sinopse destaca que “Um tomate é plantado, colhido, transportado e vendido num supermercado, mas apodrece e acaba no lixo. O filme segue-o até seu verdadeiro final, tudo para deixar clara a diferença que existe entre tomates, porcos e seres humanos”. O filme *Ilha das Flores* leva este nome, porque foi escolhido como mais vendável, mais emocionante, mais instigante ou, quem sabe ainda, mais revoltante, pois associa flores e rejeitos, coisas com rejeitos humanos. O filme fala de

lixo, aquilo que não serve mais para umas pessoas, mas que pode servir para outras, isso em um local longe de onde ele é gerado. Conforme o filme:

“Lixo é tudo aquilo que é produzido pelos seres humanos numa conjugação de esforços do telencéfalo altamente desenvolvido com o polegar opositor e que segundo o julgamento de um determinado ser humano, não tem condições de virar molho. Uma cidade como Porto Alegre habitada por mais de um milhão de seres humanos produz mais de 500 toneladas de lixo por dia. O lixo atrai todos os tipos de germes e bactérias que por sua vez causam doenças, as doenças prejudicam seriamente [o] bom funcionamento dos seres humanos mesmo quando não provocam a doenças, o aspecto e o aroma do lixo são extremamente desagradáveis, por isso o lixo é levado para determinados lugares bem longe, onde podem livremente sujar, cheirar mal e atrair doenças. Em Porto Alegre, um dos lugares escolhidos onde cheire mal e atraia doenças, chama-se Ilha das Flores [...] Não existem muitas flores na Ilha das Flores” (Ilha das Flores, 1996)

A ideia de produzir em um local e poluir em outro é a materialização do racismo ambiental (Herculano, 2008; Seguel, 2013), conceito criado nos Estados Unidos da América (EUA), segundo Aguiar e Souza (2019, p. 05), nos períodos de lutas contra o preconceito, o racismo e por direitos civis, liderado por Martin Luther King. Isso justamente porque os EUA passavam pelo processo de industrialização e crescimento econômico, sendo que a poluição, os detritos e inclusive os resíduos tóxicos eram depositados em bairros populares negros. O autor Robert Bullard (1996, p. 01) destaca:

Nos Estados Unidos, por exemplo, algumas comunidades são rotineiramente intoxicadas enquanto o governo finge ignorar. A legislação ambiental não tem beneficiado de maneira uniforme todos os segmentos da sociedade. As populações não-brancas (afroamericanos, latinos, asiáticos, povos das ilhas do Pacífico e povos indígenas americanos), têm sofrido, de modo desproporcional, danos causados por toxinas industriais em seus locais de trabalho ou nos bairros onde moram. Estes grupos têm de lutar contra a poluição do ar e da água-subprodutos de aterros sanitários municipais, incineradores, indústrias poluentes, e tratamento, armazenagem e vazadouro de lixo tóxico.

O racismo ambiental é uma prática histórica no mundo, onde há seres humanos com direitos e seres humanos sem direitos. Em Porto Alegre, infelizmente, não foi e nem é diferente, pois o racismo ambiental ocorria antes e ocorre ainda hoje. No passado, os resíduos eram depositados em locais como destacado no filme Ilha das Flores, na Ilha dos Marinheiros, no antigo e já extinto lixão da Zona Norte e na Vila Cai Cai, onde eu morava juntamente com meus familiares. Esses locais em questão não eram apenas locais de descarte de resíduos, mas de trabalho e de residência e,

hoje, são deslocados dos bairros nobres para as periferias. Para Alfredo Seguel (2013, p. 1):

O racismo ambiental é uma violação de direitos humanos e é “uma forma de discriminação causada por governos e políticas do setor privado, práticas, ações ou inações, que intencionalmente ou não, agridem o ambiente, a saúde, a biodiversidade, a economia local, a qualidade de vida e a segurança em comunidades, trabalhadores, grupos e indivíduos baseados em raça, classe, cor, gênero, casta, etnicidade e/ou sua origem nacional (SEGUEL, 2013, p. 1).

Minha família, avó, tias e primos, participaram do filme Ilhas das Flores, eu e meus pais não participamos porque estávamos no centro da cidade realizando a coleta seletiva solidária, com nossos carrinhos (Figura 17). Em conversação com minha mãe sobre este episódio, ela informou que a coisa aconteceu do nada, que era apenas uma filmagem e que ninguém ganhou nada para filmar, e que foi algo que não imaginaria que teria tanta visibilidade.

Figura 17 - Minha "família" faz flores



Fonte: Documentário Ilha das Flores curta-metragem brasileiro de 1989, direção de Jorge Furtado e produção da Casa de Cinema de Porto Alegre

O filme Ilha das Flores não sai da minha cabeça, ele de certa forma lembra-me de minha infância, não exatamente como essa retratada no filme das crianças e famílias buscando alimentos depois dos porcos, mas algo muito parecido, pois sempre vivemos das sobras. A maçã podre de um lado, era só passar na camiseta e comer o outro; a bala no chão era só limpar com saliva, tirar as formigas e chupar o resto; o

meio lanche era só ver se estava com mal cheiro, se não estivesse, ferozmente era devorado.

Esse é o sentido que encontro quando relembro do passado, um passado que, às vezes, é melhor nem ser lembrado, mas que o tempo todo bate na minha porta; esse passado é muito conhecido através deste filme, mas não é ligado a mim. Parece algo que já aconteceu, algo que é tão horrível que merece ser esquecido, isso é o que me vem à cabeça com o filme Ilha das Flores.

Nas palavras de Mano Brown, na música Vida Loka Parte I (1994) do grupo Racionais MC's, "Até no lixão nasce flor" parece que foi feita para mim, jovem negro, semianalfabeto, filho e neto de catadoras/es de materiais recicláveis, que tinha apenas o lixão como experiência e expectativa de vida. Brown dizendo-me para levantar a cabeça, ter fé, mesmo diante do contexto, da falta de recursos e conhecimentos. Cresci escutando Racionais, as letras estavam direcionadas para mim, para os milhares de Alex espalhados e esquecidos nas periferias do Brasil. Levantar a cabeça, manter a guarda protegida, avançar, isso era só o começo.

2.4 SITUAÇÃO DE RUA, CATAÇÃO, SINAL, FLANELA, OUTROS TRABALHOS

Poesias que retratam sentimentos, que traduzem pensamentos. Que transformam sensações do dia-a-dia em um registro de acontecimentos. São versos de inconformidade, de verdade. São versos de aversão e indignação por toda luta, por toda busca por um lugar na sociedade. Por tanta maldade, por ser cidadão. Ao mesmo tempo, são versos que transbordam um carinho por essa cidade, São Paulo e toda sua pluralidade, sua identidade. São versos de amor por todos aqueles que levantam cedo e vão para a rua. São poesias de Rua: O último a dormi, apague a Lua. - Julio Nadim (S/D)

Catadoras/es de materiais recicláveis são parte do povo da rua, embora, em determinados momentos, quando surgem oportunidades, realizam outros trabalhos da rua para complementar a renda, como por exemplo: pedir na sinaleira, guardar carros, limpar pátio, varrer calçadas, transportar entulhos e móveis usados. Enfim, uma variedade de outros trabalhos pode ocupar a vida da categoria. Estar na rua não significa ausência de ocupação, trabalho para geração de renda, significa a desvalorização de seres humanos que exercem esses trabalhos.

Muitas/os catadoras/es de materiais recicláveis são moradoras/es em situação de rua, situação porque não é uma escolha, mas uma forma de continuar a sobreviver. A situação de rua é a expressão da negligência do Estado e suas instituições, é a falha das políticas públicas de geração de trabalho, de saúde, de segurança pública,

de habitação, assistência social. A/o última/o culpada/o, se é que podemos culpá-la/o, é a/o moradora/r em situação de rua, pois os principais problemas que a/o levaram a esta condição estão de alguma forma ligados à negligência ou falha parcial ou total do Estado.

Cada grande problema que levou a criar mais uma/m moradora/r em situação de rua é oriundo da negligência total ou parcial do Estado em seus três níveis, federal, principalmente a partir dos ministérios e da presidência da república; estadual, das secretarias e do governador e municipal, das secretarias municipais e do prefeito. A cada moradora/r em situação de rua que vemos, junto vem o que não vemos, a negligência do Estado. Ninguém quer sobreviver na situação de rua, mas está se torna a melhor alternativa em relação à situação que a/o moradora/r viveu na situação anterior.

A organização coletiva em associações e cooperativas solidárias, garantem, mesmo que para isso seja necessário lutar, maior visibilidade para a/o catadora/r, sendo que, ao trabalhar coletivamente num círculo solidário, o problema da rua tende a ser resolvido coletivamente. Conforme Trombeta, “com isso, a organização destes trabalhadores em cooperativas ou associações, garante melhores formas de organização social e condições de trabalho, além da melhoria da renda e da qualidade de vida” (Trombeta, 2012, p. 56)

O esquema simples da figura 18 elabora um mapa mental que permite ver aquilo que não vemos: a relação do grande problema -, ligado ao Estado como um todo e aos ministérios, secretarias estaduais e municipais, e à falha ou negligência das políticas públicas. Por exemplo: os grandes problemas de alcoolismo, drogadição, violência e direitos humanos são responsabilidades dos ministérios e secretarias de saúde, segurança pública, assim como desemprego e dívidas são ligados aos ministérios e secretarias da fazenda, economia e desenvolvimento.

Figura 18 - Mapa mental das (in)visibilidades das (inter)dependências da rua



Fonte: Elaboração do autor.

Fonte da Foto: divulgação de A Tribuna (2023).

Conforme o monitoramento Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Cidadania (SAGI/MC, 2019), Série relato de caso, elaborado pelo Ministério da Cidadania a partir do Censo Nacional sobre a População em Situação de Rua (Censo Pop Rua), que ouviu um contingente de 31.922 adultos em situação de rua, oriundos de 71 cidades brasileiras, sendo 23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes (SAGI/MC, 2019, p. 05), isso está longe de ser a totalidade da população, é apenas a parcela que foi ouvida durante a pesquisa, apenas maiores de 18 anos participaram. A SAGI/MC elaborou o seguinte conceito para escolher e ouvir esta parcela da população:

São entendidas como população em situação de rua as pessoas que utilizam, em um dado momento, como local de moradia ou pernoite espaços de tipos variados, situados sob pontes, marquises, viadutos, à frente de prédios privados e públicos, em espaços públicos não utilizados à noite, em parques, praças, calçadas, praias, embarcações, estações de trem e rodoviárias, à margem de rodovias, em esconderijos abrigados, dentro de galerias subterrâneas, metrô e outras construções com áreas internas ocupáveis, depósitos e prédios fora de uso e outros locais relativamente protegidos do frio e da exposição à violência. Foram ainda consideradas componentes da população em situação de rua as pessoas que dormem em albergues e abrigos, de forma preferencial ou ocasional, alternando o local de repouso noturno entre estas instituições e os locais de rua. (SAGI/MC, 2019, p. 04).

Os dados desta pesquisa apontam que a população em situação de rua majoritariamente são homens, 82%, e têm baixa escolaridade, sendo que 64% não

concluíram o Ensino Fundamental, 74% sabiam ler e escrever, 17% não sabiam escrever e 8% apenas assinavam o próprio nome. Os dados apontam para uma rua racializada, posto que, de cada 10 pessoas em situação de rua, quase 7, ou seja, 67% das pessoas se declararam pardas ou negras, um dado bem maior do que na população brasileira em 2008 que era de 45%. A maioria, 8 de cada 10 pessoas em situação de rua tem ocupação, ou seja, 78% exercem alguma atividade remunerada e destes, 28% são catadoras/es de materiais recicláveis, 14% são flanelinhas, 6% trabalham na construção civil e 4% na limpeza. Apenas 16% pedem dinheiro como principal atividade (SAGI/MC, 2019, p. 06).

Logo, uma grande quantidade de moradoras/es em situação de rua, atuam como catadoras/es de materiais recicláveis, algo que precisa ser amplamente destacado, justamente porque a reciclagem contribui para a vida das/os seres humanos mais vulneráveis, excluídos e marginalizados.

Além do trabalho da catação, temos ainda uma grande quantidade de flanelinhas que trabalham guardando veículos, bem como a parcela que trabalha na construção civil, sinaleiras, limpeza e outros serviços, o que me permite concluir que o povo da rua é um povo trabalhador, que mesmo estando numa condição em que nem um teto tem sobre suas cabeças, mantém a dignidade de serem trabalhadoras/es.

2.5 OS MINILIXÕES, A INSUSTENTABILIDADE PÚBLICA

LIXÃO ESCATOLÓGICO I

Os urubus e os miseráveis da periferia,
hábeis, disputam monturos nos lixões.
Desfrutam detritos, escolhos, escombros,
entulhos, podridões, bestializados.
Oh pesadelos alados pairando
sobre os dejetos, resíduos abjetos,
fetos abandonados, carniças!
Carradas e camadas soterradas,
ignóbeis vermes decompondo
eternidades.
Nuvens ácidas, químicas, espessas
sobre paisagens desoladas, poluídas
- odores e horrores condensados
a combustar os elementos corrompidos.
Oh sobressaltos notívagos, assaltos,
temores, necessidades inconformadas,
insumos, consumos, exsumos sem remissão.
Ratos e ratos prestos roendo restos
no pasto podre, pestilento; hordas
(des)humanas corroendo e devorando
- um gerúndio insidioso e viscoso,

nefasto infúndio.

II

Suicidas, lacraias, discursos, pneus,
fezes liquefeitas, serpentes voadoras,
brinquedos, prazeres azinhavrados,
desovas de cadáveres, jóias, ossos,
remédios vencidos, versos envenenados.

Jantares deglutidos, vomitados,
resquícios de bodas e de fodas,
livros esquecidos, ininteligíveis,
utensílios inutilizados e até
um poema de Bilac carcomido,
um verbete (corroído) de dicionário
sobre o Santo Sudário

ou sobre a bem-aventurança.

Bonecas decapitadas, lâminas oxidadas,
amantes desesperados, orelhas decepadas,
corpos mutilados, insepultos, intestinos
famélicos, expostos, cancerosos.

III

Buscam no desperdício o seu ofício
- na serventia, insânia, mendicância.

Busca-se não só o alimento mas
também, se possível, o salvamento.

Porém, tudo que é eterno se degrada:
os sonhos, as idéias, os plásticos,
os metais enferrujados, os projetos,
voltam à condição de minerais.

Do alto os urubus-querubins
no festim macabro anunciam
o fim dos tempos e da história

- escória e abandono
ao desamparo de Deus.

- Antonio Miranda (S/D)

Os minilixões estão presentes em muitas cidades brasileiras; tem sido uma prática de destinação de resíduos, são locais que recebem tudo que as pessoas não querem mais, todas as suas sobras, impurezas, rejeitos, aquilo que, de certa forma, não serve mais. Têm um aspecto que retrata a poluição visual das grandes cidades, adequado para sociedades que querem apenas seu bem-estar individual.

Neste local, dentro e, às vezes, ao redor dele, acumulam-se restos de comida, fraldas descartáveis, resíduos de varredura, papel higiênico, sobras de obras, gramas e podas de árvores, papelão, plásticos, jornais, vidros e tudo mais que se possa imaginar, inclusive até cadáveres de animais. Uma situação verdadeiramente deplorável, seja pelo seu aspecto, seja pela acumulação de tantas coisas que não servem mais ou ainda por ser uma coisa que ninguém quer ver.

Este local acaba tornando-se um grande vetor de ratos, baratas para outras pragas, gerando odores desagradáveis, poluição visual; são locais de descarte inapropriado para resíduos, que recebem grandes investimentos de manutenção, mas

não geram trabalho, proteção ambiental e nem mesmo cumprem a lei de resíduos sólidos brasileira. Parece que estou falando dos lixões? Infelizmente não.

Estou me referindo aos contêineres da coleta mecanizada de Porto Alegre, estes verdadeiros minilixões, pois além de serem caros, não tem nenhuma eficiência na gestão de resíduos da cidade, contribuindo enormemente para a diminuição da reciclagem, pois acabam recebendo uma enorme quantidade de resíduos não rejeitos, ou seja, resíduos com alto potencial de reciclagem, como os plásticos, papéis, metais e vidros.

Os minilixões estão associados a uma ideia de eficiência de coleta de resíduos, como se fosse uma grande novidade, uma tecnologia, uma grande maravilha em que as pessoas podem depositar seus resíduos. Entretanto, na prática, há apenas uma substituição das lixeiras coletoras individuais, que ficavam sobre a responsabilidade da/o geradora/r de zelar, cuidar, realizar manutenções ou o simples fato de manter limpo, transferindo esta responsabilidade para a prefeitura, a qual passa a ser responsável pela limpeza e manutenção dos contêineres/minilixões e, dessa forma, o ato de cuidar e preservar, não é mais o mesmo.

Com a transferência, perde-se a responsabilidade de cuidar ou mesmo de cobrar pela qualidade e excelência do serviço, pois, antes, as lixeiras coletoras eram individuais e, agora, passam a ser grandes lixeiras coletivas, ou seja, de ninguém ao mesmo tempo que é de todo mundo e na impossibilidade de descartar dentro, pois este pode – e infelizmente é normal – estar cheio, e o descarte ocorrer ao seu redor, transformando-o realmente num minilixão.

Faz parte do cotidiano de Porto Alegre, a/o porto-alegrense transitar pelas ruas, observando minilixões públicos, os quais geralmente ocupam um local de estacionamento de carros, num trânsito caótico, onde somente se consegue estacionar em estacionamentos privados caros; logo, a proposta de ser uma tecnologia, acaba não sendo tão positiva quanto se apresenta.

Com os minilixões, a/o cidadã/ão geradora/r de resíduos, não tem a preocupação de realizar a separação dos resíduos rejeitos e recicláveis e destinar à reciclagem, descartando todos os resíduos misturados dentro ou fora do minilixão, QUE será coletado por um caminhão automatizado e transportado por 120 quilômetros de Porto Alegre, até a cidade de Minas do Leão para serem aterrados, ou, por sorte, uma/m catadora/r individual pode passar e, no seu ato de resistência de

reciclar, realizar este serviço ambiental, recolhendo os resíduos recicláveis, sem receber nada por isso.

Ato de resistência, pois a cidade de Porto Alegre, desde o ano de 2014, tem uma lei (Porto Alegre, lei 10.531/2008) de proibição da circulação de veículos de tração animal (VTAs) as chamadas e conhecidas carroças, bem como a proibição da circulação dos veículos de tração humana (VTHs), os chamados e conhecidos carrinhos. A lei é de 2008, entretanto, a proibição das carroças iniciou apenas em 2014, sendo que os carrinhos ainda podem circular. Logo, para além de resistirem, as/os catadoras/es individuais acabam sendo subversivos, na incansável luta pela reciclagem aliada à sua própria sobrevivência.

Para a realização deste serviço de coleta automatizada, empresas privadas precisam ser contratadas, e acabam lucrando milhões de reais com este (des)serviço, engolindo receitas municipais, gerando uma falsa proteção ao meio ambiente, pois, conforme já afirmei, os resíduos acabam sendo todos misturados –, a exclusão social - posto que a coleta automatizada não gera postos de trabalho (gera apenas um posto, um motorista por caminhão) excluindo, na coleta, três postos de trabalho por caminhão, serviço realizado por garis, além de não contribuir para a reciclagem, que poderia gerar postos de trabalhos e ampliação de renda para catadoras/es das organizações coletivas.

A prefeitura de Porto Alegre insiste em retroceder na política de gestão de resíduos sólidos, descumprindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos e seu próprio plano de gerenciamento de resíduos e decidindo à revelia da população porto-alegrense, ampliando o número de contêineres para 19 bairros da cidade, ao mesmo tempo em que não amplia a coleta seletiva, não implanta planos de educação ambiental. Um verdadeiro desperdício de resíduos e receitas.

Nas 20 organizações coletivas de catadoras/es da cidade, distribuídas em 20 unidades de triagem, somente a metade da capacidade de geração de postos de trabalho estão ocupadas. Essas organizações recebem materiais em abundância, mas com índices de rejeitos altos, o que faz com que se dobre a energia na separação dos resíduos e se diminua a receita pela comercialização dos recicláveis, dado que uma parte do trabalho de triagem é separar os rejeitos dos recicláveis.

O não pagamento adequado pelos serviços das/os catadoras/es é baseado na falta de receita da prefeitura, que atualmente paga aos catadores – no caso da cooperativa ASCAT – a R\$ 61.907,37, pelo contrato número 41/2019, referente à

prestação de serviço de triagem, classificação, beneficiamento e comercialização de resíduos sólidos recicláveis. Esse valor, dividido por 12 meses, fica em R\$ 5.158,94, que não paga sequer o salário de um administrador de cooperativas.

A autora Rosa Maris Rosado (2009) pesquisou sobre o trabalho e território das/os catadoras/es do Loteamento Cavalhada e cooperativa ASCAT, onde eu moro e atuo, e, em sua tese de doutorado, ela apresenta a visão em torno das sobras da cidade, onde cada morador de Porto Alegre, no ano de 2009, quando ela pesquisava, gerava em torno de 1Kg/dia de resíduos. Em suas palavras,

Sobras significam, geralmente, algo desprezível, o lixo do qual queremos nos livrar. Responsabilidade da prefeitura que deverá levá-lo para bem longe e assim nos garantir a agradável sensação de limpeza e bem-estar social. Essa forma simplista de olhar e lidar com os “restos da nossa atitude cotidiana de viver” é resultado de uma visão de gestão de resíduos que trata todos os materiais inservíveis em um determinado contexto como lixo. (Rosado, 2009, p.55).

A autora afirma que há um resumo sobre o olhar aos resíduos, ao mal-estar social em caso de convivência com ele, com algo desprezível. É neste terreno que a coleta mecanizada dos contêineres, os minilixões, acontece; é um terreno fértil para a despreocupação com o bem-estar social do mundo, desde que o seu bem-estar esteja garantido, a preocupação está ligada ao imediato, à sua individualidade em detrimento de sequer preocupar-se com os outros, com a exclusão social ou problemas ambientais.

Esses problemas sociais ligados à exclusão ou ainda os problemas ambientais tornam-se problemas apenas quando batem à sua porta, quando estão visíveis, quando não se pode desviá-los. Assim, há, de certa forma, uma preferência por estes serviços, pois eles tendem a evitar que possamos ficar olhando para nossas próprias sobras, nossos rejeitos. A prática de coleta automatizada tem ganhado espaços em Porto Alegre, nas gestões públicas que são marcadas pela insustentabilidade pública.

O mundo passou a discutir um novo conceito o de sustentabilidade, que é baseado no tripé econômico, ou seja, baixos valores de mercado, principalmente para o consumo industrial e estatal, social, que gere a maior quantidade de postos de trabalho, sejam temporários ou fixos, e oportunidade para desempregados e excluídos economicamente reinserir-se no ciclo econômico de compra e venda, e ambiental, que possam evitar a degradação, poluição ou não cuidado com a natureza, que possa economizar recursos públicos.

A regra, antes deste conceito de sustentabilidade, era utilizar os recursos naturais ao máximo sem se preocupar com a poluição e a degradação ambiental, utilizando tecnologias altamente poluidoras, além de pagar o mínimo pelos serviços de trabalhadoras/es, substituindo-os por tecnologias sempre que houvesse possibilidade e, claro, maximizando o lucro, concentrando as riquezas e distribuindo os problemas ambientais, sociais e econômicos. Essa lógica gerou grandes problemas que ameaçavam e ameaçam diretamente vidas humanas e não-humanas, como no caso ocorrido em Londres, no século passado.

A gênese do conceito de desenvolvimento sustentável está intimamente ligada às décadas posteriores à Revolução Industrial, sobretudo, às primeiras do século passado. É um período marcado não somente por um acentuado crescimento econômico e científico, como também por grandes problemas socioambientais, haja vista o ocorrido em Londres no ano de 1952, que, em aproximadamente três dias, quatro mil pessoas perderam suas vidas em razão de um fenômeno de inversão térmica que impossibilitou a dispersão dos poluentes causados pela combustão de carvão e pela atividade industrial local (Sousa e Magrin, 2022, p. 125).

Embora, novos parâmetros tenham sido definidos para a gestão sustentável, com o avanço de governos despreocupados com a inclusão social, com a preservação ambiental e principalmente com a vida das pessoas, estes travestem seus investimentos como sendo sustentáveis, mas, com um olhar mais atento, podemos perceber a insustentabilidade pública, apresentada como sustentabilidade, porém, invertida.

A insustentabilidade pública é a prática realizada por governos neoliberais, que entregam a concessão de serviços públicos para empresas privadas que utilizam tecnologias excludentes socialmente, ambientalmente perversas e economicamente caras, gerando diferentes prejuízos à sociedade e ao planeta (Figura 19). Este modelo de gestão afasta cada vez mais as/os cidadãs/ãos das políticas públicas, relegando sua participação e controle social.

Figura 19 - Minilixões e a insustentabilidade

Minilixões= Insustentabilidade



Socialmente excludente: A coleta realizada por contêineres ganha o nome de coleta automatizada, pois requer apenas um caminhão com um motorista, dispensando o trabalho de três garis, além de inibir a coleta seletiva realizada por catadoras/es individuais.

Ambientalmente inadequado: Sem educação ambiental, as/os geradoras/es de resíduos descartam tudo misturado, sem a preocupação com o destino dos seus resíduos. Nos contêineres podemos ver que boa parte dos resíduos são recicláveis, os quais acabam sendo encaminhados para o aterro sanitário.





Economicamente caro: Além da coleta automatizada ser mais cara que a coleta convencional, boa parte dos resíduos são recicláveis, os quais acabam depois de coletados, terem mais os serviços de transporte e aterramento no aterro sanitário.

Fonte: Elaboração do autor.

Fonte das fotos 1 e 2: Mário Ricardo Guadagnin.

Fonte da foto 3: Ivo Gonçalves.

No caso dos minilixões, não contribui para uma consciência ecológica que vise a diminuição do consumismo, o uso e descarte desenfreado de recursos naturais, as relações sociais entre sociedade e resíduos, já que os mesmos vão para os minilixões saindo das vistas da/o sua/eu geradora/r, para quem os problemas acabaram, sem a preocupação em saber para onde vão seus resíduos.

O professor, pesquisador e amigo pessoal, Mario Ricardo Guadagnin, em sua recente pesquisa em torno das injustiças na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), base de sua tese de doutorado, dialoga sobre as injustiças na política pública de gerenciamento de resíduos, as quais deveriam incluir as/os catadoras/es, elevar os índices de reciclagem, ampliar a justiça ambiental com controle e participação social, distribuir melhor a economia na cadeia produtiva, mas que, ao contrário, é lida e aplicada junto a uma agenda neoliberal impostas pelas prefeituras, ampliando as injustiças econômica e ambiental. Conforme o autor,

A modernização da gestão de resíduos sólidos é usada como desculpa para excluir catadores ou criminalizar a coleta de resíduos. São ações políticas que não levam em conta a importância dos catadores para o funcionamento do sistema formal de gestão de resíduos sólidos e seu potencial de desviar quantidades substanciais de materiais para valorização e reinserção na cadeia da reciclagem. (Guadagnin, 2022, p. 57)

Quando os resíduos recicláveis estão em um lugar adequado, como por exemplo, a fração dos recicláveis nas mãos das/os catadoras/es e suas cooperativas, seja pela coleta seletiva solidária, seja pela entrega dos geradores em postos de coleta ou ainda nas cooperativas, estes resíduos passam a ser um bem, sendo encaminhados para a reciclagem, gerando postos de trabalho em toda a cadeia produtiva, evitando gastos em transporte e aterramento e auxiliando no uso de recursos naturais para a fabricação de novos produtos.

A implantação de coletas mecanizadas, quando não associadas a outras políticas, principalmente de educação ambiental, inclusão social com geração de postos de trabalho na reciclagem e na compostagem, aliadas à falta de controle e participação social, acaba afastando o/a geradora/r de resíduos da responsabilidade pelo mesmo e pelo meio ambiente e social no qual a política está inserida. No caso de Porto Alegre, a política está ligada à exclusão social das/os catadoras/es de materiais recicláveis, baseadas na lei de proibição da circulação de carroças e carrinhos. Nesse sentido, Cardoso afirma que

Atualmente, mesmo diante de grandes gastos em dinheiro e tecnologia, os investimentos são nas empresas privadas de coleta seletiva, realizando um trabalho mecanizado ou ainda, containerizado, sem a participação das/os catadoras/es e sem o desenvolvimento de ações em educação ambiental, não gerando nenhum compromisso com os geradores de resíduos, os quais tornaram os contêineres mini-lixões, descartando os resíduos quando querem, na hora que quiserem e da forma que desejam, sem nenhuma educação ambiental, reclamação da empresa coletora ou fiscalização pela prefeitura, tornando este serviço um desastre em relação aos dados comparativos com o ano de 2002. (Cardoso, 2022 p. 128)

Retornando à pesquisa de Guadagnin (2022), é importante a discussão sobre desempoderamento que causa sofrimento social (Das, 1995), principalmente para as/os catadoras/es, as/os quais precisam ser vistos para que possam ser mobilizadores de empatia e, assim, gerar sua inclusão social e econômica a partir daquilo que já realiza há muito tempo, a coleta seletiva. Eu, enquanto catador de materiais recicláveis, neto e filho de catadoras, posso afirmar, com toda certeza, que a coleta seletiva é realizada pelas/os catadoras/es, desde muito antes de a prefeitura pensar em implantar este serviço alternativo; portanto, nada mais justo do que incluí-las/os nesta prestação de serviços.

Mesmo diante de tantas perversidades em relação às/aos catadoras/es individuais, estas/es continuam a trabalhar, não podem dar-se ao luxo de parar; elas/es têm que fazer este trabalho, sim, um trabalho que realizam há mais de 30 anos

na cidade de Porto Alegre; elas/es são especialistas, conhecedores de causa, organizadoras/es não oficiais do processo que deu origem à coleta seletiva oficial da cidade. Esta perversidade é a base da exclusão social, pois, ao invés de serem reconhecidos, valorizados, incluídos no sistema oficial da cidade, há um processo que tem como base a falta de empatia e, evidentemente, o racismo ambiental do estado em relação à categoria. Segundo Guadagnin,

O ser excluído, vivência, em sua trajetória, várias situações que o depaupera, (des)potencializa e (des)empodera causando sofrimento. Para entender a exclusão social, é importante que se tenha a sensibilidade de se colocar no lugar de quem vivencia. Além dos fatores econômicos e socioculturais, o fator subjetivo do processo de exclusão é algo muito marcante na vida do sujeito. O processo de subjetivação é algo central na vida das pessoas, pois a constituição do sujeito é histórica e arraigada na percepção que o indivíduo tem de si e do mundo (Guadagnin, 2022, p. 60).

A organização coletiva em associações e cooperativas é uma das formas que a categoria vem encontrando para enfrentar os problemas de exclusão social. Contudo, os problemas relacionados à exploração do trabalho pouco se resolvem, pois não é na cooperativa ou na associação que se concentram as riquezas geradas na cadeia produtiva da reciclagem, mas, sim, nas empresas atravessadoras e recicladoras de materiais recicláveis. Entretanto, há um grande avanço na formação da identidade coletiva e profissional, um aprendizado em torno das relações sociais entre a categoria – de catador para catador –, bem como o aprendizado sobre o fazer coletivo solidário, onde a colaboração, o olhar para o próximo, a distribuição das riquezas e a participação nas decisões fortalecem a construção de uma/m catadora/r que aprofunda o conhecimento de si mesmo e sobre a sociedade.

Por mais exploradas/os, perseguidas/os e marginalizada/os politicamente ou ainda desvalorizadas/os, invisibilizadas/os que sejam as/os catadoras/es; elas/es são as/os principais atores da cadeia produtiva da reciclagem; são as pessoas mais capazes e mais qualificadas para a realização de coleta seletiva, para a promoção da educação ambiental e, conseqüentemente, para a reciclagem como um todo.

Essas/es trabalhadoras/es enfrentam grandes jornadas de trabalho, enfrentam diversos perigos e desafios no ato de desenvolver a reciclagem, mesmo sobrevivendo muitas vezes em condições insalubres, onde muita gente não aguentaria viver. Vivem sem perder a ternura, a alegria; são pessoas extremamente solidárias e fortes, cada uma/m com muitas histórias de vida que fazem seus ouvintes chorarem, histórias

marcadas pela superação, pela resiliência, pelo cuidado de si, sua família e seus animais.

O que falta para as/os catadoras/es é justiça social, econômica e ambiental, pois a alegria de viver, de contribuir para a sociedade, de construir alternativas de vida que preservam outras vidas, de partilhar recursos e saberes, elas/es têm demais e, quem dera, a sociedade pudesse aprender um pouco mais com as/os catadoras/es essas lições. Com certeza, seríamos muito mais felizes e muito menos doentes.

3 A ORGANIZAÇÃO COLETIVA, COOPERATIVA ASCAT

Quem viver verá
 Quando a vida nos consome
 e o pobre só passa fome é hora de se levantar,
 ovo frito e rapadura, na sobra da agricultura
 enquanto o rico a exportar,
 se a pobreza é nossa herança,
 nossa luta é a lança para o povo organizar,
 e assim vamos vivendo, pouco a pouco aprendendo
 a sociedade organizar.
 - Antônio Gringo (2005)

Depois de discutir a atuação das/os catadoras/es individuais, sua organização individual e contribuições para a reciclagem, é a vez de discutir sobre as/os catadoras/es organizadas/es coletivamente e, neste caso, discutir sobre a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis da Cavalhada (ASCAT), a qual administra uma das unidades de triagem (UT) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), realizando a triagem dos materiais recicláveis provenientes da coleta seletiva municipal e da coleta seletiva organizada pela própria cooperativa.

Sou cooperado da cooperativa ASCAT, algo extremamente importante, que me credencia como catador e pesquisador e, claro, por ser parte e estar intimamente envolvido com a cooperativa, bem como com uma escrita – uma etnografia – bem construída, sob responsabilidade de que minha subjetividade é mais coletiva, pois está baseada na minha experiência enquanto catador, cooperado da ASCAT.

Já discuti sobre o catador pesquisador no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Ciências Sociais e no meu livro *O eu Catador Reciclando Humanidades* (2022), lançado pela Editora Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresentando uma ideia de pesquisador que vem de dentro (Cardoso, 2022), onde pesquisa, trabalho e relações sociais – pois moro na comunidade, tenho familiares catadoras/es – são umbilicalmente conectadas. Conforme afirmei,

Pelo fato do meu campo de pesquisa ser interligado à minha vida, além de haver a impossibilidade de afastamento, há também meu forte desejo de não me afastar deste campo, pois acredito que temos que avançar, construir e fortalecer, potencializando a/o pesquisadora/r que vem de dentro, para além de suas pesquisas, mas também para que depois de formado, continuar em seu campo, fortalecendo suas/seus iguais, sendo mais um exemplo a ser visto por seus pares: é possível avançar na conquista de conhecimentos sem se afastar do seio que lhe alimentou, tratando este debate como algo positivo, importante e extremamente necessário, vencendo as barreiras epistemológicas que aparecem dentro da construção destes conhecimentos, evidenciados em suas pesquisas e trabalhos (Cardoso, 2022, p. 59).

Em 1996, em Porto Alegre, Zona Sul de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, a cooperativa é fundada por catadoras/es que trabalhavam individualmente, oriundos da vila Caicai, as/os quais trabalhavam no centro da capital gaúcha, utilizando principalmente VTHs, conhecidos popularmente como carrinhos. No tópico 3.1 apresento a história detalhada da cooperativa, buscando compreender de onde viemos.

Na Cooperativa praticamos os princípios do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), princípios estes que eram praticados na ASCAT muito antes de serem coletivizados, aprovados para serem referência nacional no MNCR. A minha primeira viagem de avião – não sei se vocês esquecem, mas a minha jamais esquecerei – foi em 2003, em direção a São Paulo, para participar do encontro com lideranças catadoras de 80 associações e cooperativas de todo o estado de São Paulo. Fui para fazer formação sobre princípios e objetivos do MNCR.

3.1 HISTÓRICO DA COOPERATIVA ASCAT

O amor é um ato revolucionário
 Quem vive amando, dando amor e sendo amado
 Colhendo o que lhe é oferecido
 E a si mesmo se coloca ofertado
 Se este está nu, veste o manto sagrado
 Que ao que ama o infinito faz vestido
 De Deus e os deuses, sim, é o mais querido
 Mesmo no escuro, seu sentir é iluminado
 - Chico César (2019)

Escrever sobre a história da cooperativa é escrever sobre luta, organização, alegrias, tristezas, luto e comemoração dos novos nascimentos. Busco traduzir em palavras aquilo que vivenciei junto a outras/os catadoras/os que fizeram esta história acontecer. Aqui vou falar do histórico, da organização social, da assembleia e da partilha de informações, do trabalho e dos recursos coletivos, de pessoas que deram literalmente suas vidas para essa vida coletiva que é a cooperativa e vou começar com Dona Eva (Figura 20).

Figura 20 - Dona Eva – Eva de Andrade e Saraiva – catadora histórica, fundadora da cooperativa ASCAT



Fonte: Arquivo pessoal.

Não há homenagens suficientes que possam exemplificar o que Dona Eva foi para mim, uma senhora de um metro e meio de altura, com seus sonhos sempre nas alturas; eu não poderia escrever sobre a cooperativa ASCAT sem falar da dona Eva. Catadora histórica, foi fundadora da cooperativa, nunca faltou a nenhum dia de trabalho, desde a inauguração do galpão até o dia em que foi afastada por estar adoentada, sem forças e aposentada. Dona Eva sempre cumpriu nossos acordos coletivos e seus compromissos para com o grupo, esteve no congresso nacional de fundação do MNCR e estava sempre disposta a participar de reuniões e manifestações da categoria.

Quando saíamos da cooperativa para uma atividade, ela sempre com seu coquinho verde do MNCR, estava sempre atenciosa e quando falava, quase nunca falava abertamente, falava para mim, e eu falava das ideias dela para o conjunto. Era sempre um conselho, um ponto de vista, uma contribuição, e significava muito, sempre. Quando nos encontrávamos na vila ou na casa dela, em lugares que não era o espaço da cooperativa, Dona Eva dizia-me sempre: “Alex, eu sempre estou junto [no movimento], quando precisar é só chamar, tu sabe”. Dona Eva faleceu no dia 22 de junho de 2018, deixando um legado de luta e exemplo para a cooperativa que, em nota, escreveu:

Nota de pesar! Com muita tristeza informamos o falecimento na noite do dia 22/06/2018 de Eva Saraiva, catadora de materiais recicláveis, cooperada da cooperativa Ascat, militante combativa do MNCR, mãe, avó, amiga e companheira. Dona Eva, como era conhecida, atuava na separação dos recicláveis e na educação ambiental, desde o ano de 1996, até sua aposentadoria por idade no ano de 2017, dedicando 21 anos à defesa da natureza com suas próprias mãos. Na educação ambiental, atividade que fazia alegria, recebia escolas, empresas, universidades, grupos de pessoas. Inúmeras foram as entrevistas a meios de comunicação, contando sua história e trajetória de luta e resistência e o apoio aos estudantes em suas pesquisas e atividades acadêmicas. Dona Eva nos deixa grandes histórias e uma memória de fé e perseverança num futuro melhor, que passa por nossas mãos transformadoras. Eva Saraiva presente! (ASCAT, 2018).

Dona Eva, assim como minha avó Lúcia Menezes e meu pai, Alceu Cardoso, o primo, Alexandre Menezes, bem como tantas/os outras/os catadoras/es fazem parte da nossa história, da nossa memória. Na sede da cooperativa, no escritório, temos um quadro de memórias, com os nomes e datas de perda de cada catadora/r que passou pelas nossas vidas, é importante termos essa memória viva, pois somos a sequência daquilo que elas/es construíram ou ajudaram a construir antes de partir.

Butler (2019) discute sobre luto, nos informando sobre sua complexidade de significados para a comunidade; o luto é algo presente e cheio de sentidos, pois pessoas que vieram antes, ou caminharam juntas/os, seguem dando significados para nossa história. Iniciar falando sobre a história da cooperativa ASCAT, é pulsar uma memória de luta de quem contribuiu e contribui na nossa luta, faz parte da nossa história. Seguindo as ideias de Butler,

Muitas pessoas pensam que o luto é privado, que nos isola em uma situação solitária e é, nesse sentido, despolitizado. Acredito, no entanto, que o luto fornece um senso de comunidade política de ordem complexa, primeiramente ao trazer à tona os laços relacionais que têm implicações para teorizar a dependência fundamental e a responsabilidade ética. Se meu destino não é, nem no começo, nem no fim, separável do seu, então o “nós” é atravessado por uma relacionalidade que não podemos facilmente argumentar contra; ou melhor, podemos argumentar contra, mas estaríamos negando algo fundamental sobre as condições sociais da nossa própria formação (Butler, 2019, p. 43).

A nossa cooperativa nasce dentro de uma ocupação, que se iniciou no ano de 1978, a Vila Caicai, localizada na Zona Sul de Porto Alegre. Meus pais estavam já residindo em Porto Alegre e participaram do início desta ocupação. As/os novas/os moradoras/es, a maioria catadoras/es individuais, ou seja, trabalhadoras/es que trabalhavam com VTA, no centro de Porto Alegre; entre elas/eles, estavam Dona Eva,

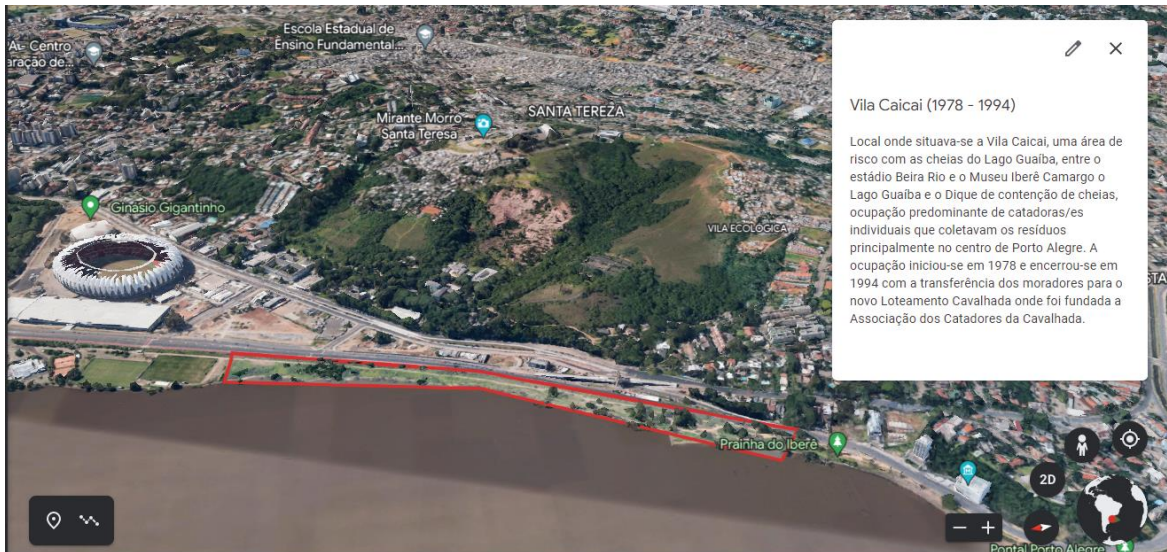
minha avó Lúcia Menezes e meu pai, Alceu Cardoso. A vila Caicai situava-se numa área de risco na Avenida Beira Rio, atrás do estádio de futebol do Sport Club Internacional, entre o dique¹ de contenção e o Lago Guaíba (Figura 21), um verdadeiro local de risco, pois quando chovia, por causa do dique, a inundação no Lago Guaíba não avançava para a cidade, mas destruía nossas habitações, nossos pertences, tanto que, hoje, não tenho nenhuma foto ou outro material de infância.

Na Vila Caicai, a economia girava em torno dos resíduos, era baseada na coleta, triagem e comercialização dos materiais recicláveis. Também havia outros negócios, como circulação de mercadorias e outros serviç os como, por exemplo, o comércio local ou pequenos contratos de prestação de serviç os como limpeza do pátio, carregamento de caminhões, lavação de roupas, cuidado de crianç as. Mas os resíduos eram a fonte principal de recursos que circulava na comunidade.

A coleta ocorria principalmente no centro de Porto Alegre, localizado a dois quil metros da vila. Os resíduos de melhor qualidade e, conseqüente, de preç os, eram principalmente papéis, papelão, jornal e copos descartáveis; às vezes, com sorte, encontrava-se metais, pois estes sempre foram de difícil acesso, por causa de seu preç o mais elevado em relação aos outros recicláveis e, geralmente, quem comercializa esses resíduos são pessoas que não se sustentam dele, apenas usam ele como complemento de renda.

¹ O dique   uma construção de terra, coberta como asfalto, atualmente ele é a Avenida Beira Rio, ele age como barreira física de contenção do avanço das águas na cidade de Porto Alegre quando em tempos de cheia do Lago Guaíba.

Figura 21 - Imagem aérea com delimitação da Vila Caicai, Porto Alegre - RS



Fonte: Google Maps

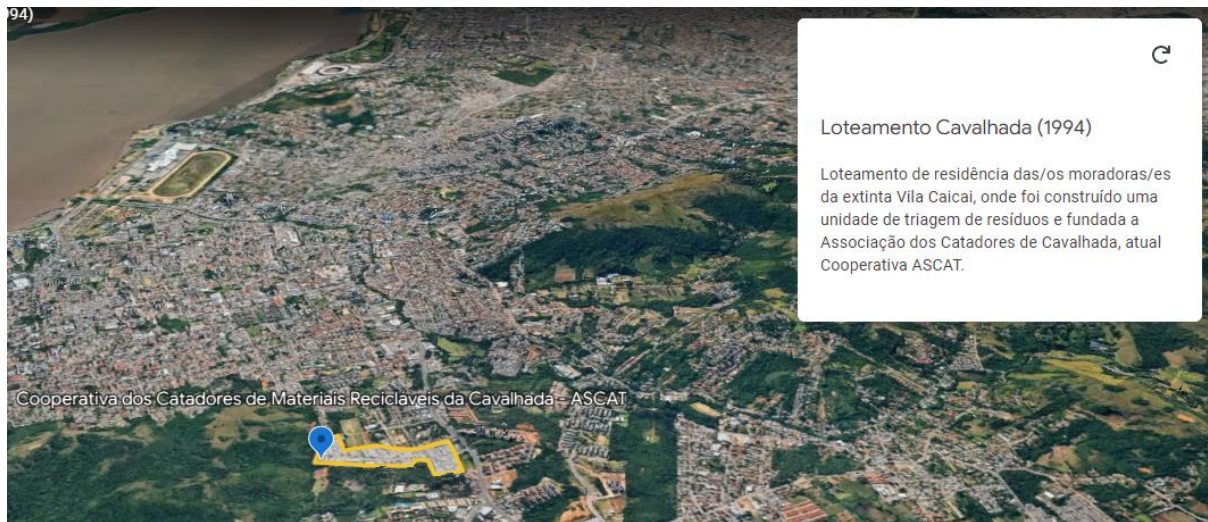
A triagem ocorria nas casas, misturavam-se com a vida e, se tudo dependia dos resíduos, tomo emprestado a discussão que Evans-Pritchard (1940) traz, ao ver que a cosmovisão dos Neurs girava em torno do gado: “Seu idioma social é um idioma bovino” (Evans-Pritchard. 1940. p, 27). No caso das/os catadores, o idioma é o dos resíduos, pois tudo circulava principalmente em torno dos resíduos.

Quando a prefeitura de Porto Alegre incidiu na mudança para um novo loteamento, as negociações ocorreram para além de construir casas, mas também escola, escola infantil comunitária e uma unidade de triagem para as/os catadoras/es trabalharem de forma cooperada. Por um lado, a categoria se organizaria em associação coletiva e, por outro, a prefeitura cederia a unidade de triagem com todos os equipamentos para trabalharem com a reciclagem, a qual seria proibida de ocorrer na comunidade, ocorrendo somente dentro da unidade de triagem. Sobre esse processo, Trombeta afirma que

Neste cenário surgem as cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, que, juntamente, com a implantação bem-sucedida de um programa de coleta seletiva, podem tirar esses trabalhadores do processo de precarização do trabalho informal. No que se refere à implantação de sistemas de coleta seletiva que tragam em seus objetivos ações educativas, é essencial que haja a participação da sociedade em todas as fases de seu desenvolvimento, onde caberá à população separar os resíduos sólidos e os fornecer, voluntariamente, para os trabalhadores que irão recolhê-los dentro do processo do sistema de coleta seletiva. Dessa forma, os materiais recicláveis constituirão a matéria-prima para estes trabalhadores, que dentro de uma lógica de economia solidária, que tem o ser humano como o principal agente da atividade econômica, estarão organizados em Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs), saindo do circuito informal de trabalho e desenvolvendo atividades em grupo (Trombeta, 2012, p. 57).

Esta é a base, a categoria cooperativa é formada exclusivamente por pessoas que já trabalhavam com a catação. De certa forma, somos profissionais com saberes e técnicas que fizeram da nossa cooperativa uma organização exemplar na cidade de Porto Alegre. Na figura 22, está o mapa com a atual localização da cooperativa ASCAT, situada às margens do Parque Ecológico Morro do Osso.

Figura 22 - Imagem aérea com delimitação do Loteamento da Cavalhada, e localização da ASCAT, Porto Alegre - RS



Fonte: Google Maps

No novo loteamento, houve uma grande melhoria da qualidade de vida das/os moradores em geral, pois passaram a ter casas, mesmo que pequenas, com 52 metros quadrados, com apenas um quarto, sala, cozinha, mas havia um banheiro, coisa que na vila Cai Cai não existia; além do mais, nas casas feitas em alvenaria, havia água e luz.

Antes do início do trabalho coletivo na cooperativa, aquelas/es catadoras/es que estavam cadastradas/os receberam uma formação sobre cooperativismo e associativismo, dentro dos princípios da economia solidária, que, nas palavras do Professor Paul Singer, significa:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. Em outras palavras, mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder

público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável. Uma alternativa frequentemente aventada para cumprir essa função é a renda cidadã, uma renda básica igual, entregue a todo e qualquer cidadão pelo Estado, que levantaria o fundo para esta renda mediante um imposto de renda progressivo (Singer, 2002, p. 10 - 11).

A cooperativa Ascat segue um conjunto de acordos coletivos, chamado de Bases de Acordos, definidas coletivamente, e que funcionam como um estatuto ou regimento interno, que inclui os acordos gerais e cuidados umas/ns com as/os outras/os, cuidados a serem tomados pela organização do trabalho, limpeza do prédio, pátio e área externa que circula a cooperativa, a preservação das máquinas e equipamentos, os direitos e deveres de cada uma e cada um.

3.2 CHEGADAS E SAÍDAS, A FORMAÇÃO DAS/OS CATADORAS/ES

A Vida é Desafio
 É necessário sempre acreditar que o sonho é possível
 Que o céu é o limite e você, truta, é imbatível
 Que o tempo ruim vai passar, é só uma fase
 Que o sofrimento alimenta mais a sua coragem
 Que a sua família precisa de você
 Lado a lado se ganhar pra te apoiar se perder
 Falo do amor entre homem, filho e mulher
 A única verdade universal que mantém a fé
 Olhe as crianças que é o futuro e a esperança
 Que ainda não conhece, não sente o que é ódio e ganância
 - Racionais MC's & Afro X (2022)

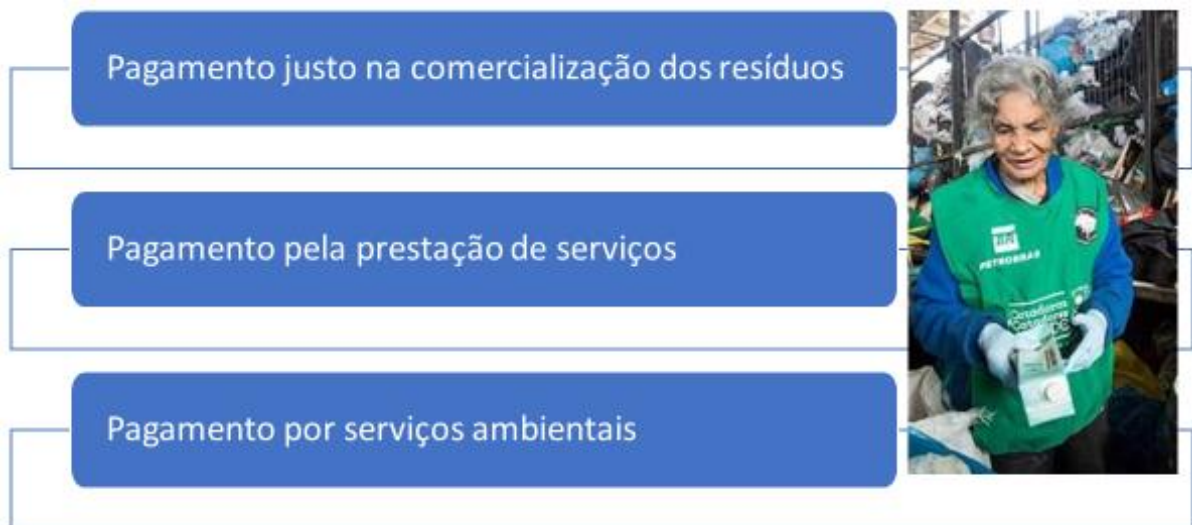
Na cooperativa, coisas e pessoas estão sempre em circulação, seja pela chegada de resíduos, por um lado, e a saída de materiais recicláveis – matéria-prima da reciclagem – por outro, a chegada de novas/os cooperadas/os e a saída de outras/os. A questão parece simples, entretanto, num olhar mais atento, ações e mudanças, deslocamentos, ressignificações acontecem com os resíduos e experiências, novos conhecimentos e práticas de vida ocorrem com as pessoas. Vejamos.

Os resíduos sólidos, ao adentrarem no espaço da cooperativa, chegam ainda como resíduos, os quais precisam de trabalho – neste caso, da cooperativa ASCAT – braçal e intelectual, utilizando como, principais forças motriz, corpos e conhecimentos das/os catadoras/es, que, com sua ação, realizam a operação de transformação dos resíduos sólidos em materiais recicláveis, ganhando reavaliação e passando a ser matéria-prima da reciclagem.

Na prática, todas/os as/os catadoras/es fazem esta operação de transformação. Precisamos lembrar que os resíduos são um grande problema econômico, social e ambiental, considerado um grande mal, e que, nas mãos das/os catadoras/es, tornam-se materiais recicláveis e passam a ser um bem econômico, social e de proteção ambiental (Brasil, 2010).

Esta entrada de resíduos e saída de materiais recicláveis ocorrem de certa forma, com pessoas também. A rotatividade de cooperadas/os tem como principal causa a desvalorização do trabalho da/o catadora/r, pois recebem apenas pela venda dos materiais recicláveis na cadeia produtiva altamente injusta, sem receber pelos serviços ambientais ou pela prestação de serviços para o Estado, e, claro, a situação de pobreza em que a categoria é submetida.

Figura 23 - Quadro da Valorização das catadoras – Dona Eva, Catadora histórica da ASCAT/MNCR – *in memoriam*



Fonte: Elaboração do autor

Buscando aprofundar um pouco mais, no Quadro 4, explico os principais argumentos do porquê a categoria é desvalorizada e deveria receber esses pagamentos. Inclusive, aqui, reside fortemente o racismo ambiental e o sofrimento social em relação à categoria, que caso fosse uma empresa privada, realizando os mesmos serviços, teria seus pagamentos efetivados.

Quadro 4 - Reconhecimento e valorização das catadoras e catadores: pagamentos

	As catadoras e catadores de materiais recicláveis realizam 90% do trabalho empregado na cadeia produtiva da reciclagem, usando seus corpos como principal força motriz, enquanto isso
--	---

Justo na comercialização dos resíduos	recebem apenas 10% do valor empregado na cadeia. É preciso que haja justiça nos preços dos recicláveis.
Pela prestação de serviços	As catadoras e catadores de materiais recicláveis realizam serviços de educação ambiental, coleta seletiva, triagem, destinação adequada de resíduos. Se não houvesse a atuação das/os catadoras/es, empresas privadas teriam que fazer este serviço, cobrando altos valores em contratos públicos, com o trabalho da categoria, se amplia a vida e uso dos aterros sanitários.
Por serviços ambientais	As catadoras e catadores de materiais recicláveis atuam com a reciclagem de resíduos; sem este serviço, a sociedade teria que consumir recursos naturais como água, energia, petróleo, árvores, minérios, areia. Com o trabalho da categoria, evita-se o uso de matéria-prima, reciclando aquilo que já foi gerado e que, se não estiver na reciclagem, estaria poluindo mares e florestas. Logo, tem um valor em economia que a categoria gera, este valor é o serviço ambiental.

Fonte: Elaboração do autor

O não reconhecimento e não valorização da categoria são os principais fatores da alta rotatividade entre as/os catadoras/es, os quais entram na cooperativa, aprendem sobre o trabalho coletivo, a cooperação e a partilha das riquezas, a participarem e decidirem coletivamente suas ações, compreendem a importância do seu trabalho, compreendem o porquê são tão desvalorizadas/os, e esta mistura de experiências, transformada em saberes, são a base da identidade coletiva de catadoras/es de materiais recicláveis.

Estes conhecimentos se dão em pouco tempo na cooperativa, uma vez que há um ritual de acolhimento quando o grupo define pela entrada de uma/m nova/o cooperada/o. Imediatamente, se define quem é a/o catadora/r referência que a/o receberá, acolherá e compartilhará os conhecimentos da cooperativa e do movimento. Este período é de formação e análise – e não passa de duas semanas – de adaptação e aprendizado sobre a cooperativa, o trabalho e suas relações.

Essa formação, tão especial, faz com que a/o catadora/r compreenda rapidamente os sistemas operacionais – do trabalho, pessoais – das relações sociais, políticas – da participação direta na cooperativa, ambientais – a relação dos resíduos com o meio ambiente e, claro, com a economia – como se constitui e quem paga sua renda. Cristiano Benites Oliveira, apoiador orgânico do MNCR, aponta em sua dissertação de mestrado:

A politização no sentido solidário da constituição dos catadores enquanto atores sociais é fundamental para que não sejam reproduzidos os sentidos que obscurecem os atores e as práticas de mercantilização que engessam a ação coletiva dos sujeitos. Ao se constituírem novas ações referendadas por novos sentidos, os atores podem consolidar e disseminar suas demandas pela criação de políticas públicas que apontem para além de iniciativas dispersas e isoladas e transformem os processos de trabalho e de organização dos catadores em vigorosas ações plenas de sentido social e solidário (Oliveira, 2010, p. 152).

O processo de partilha é tão natural, que as/os cooperadas/os referências nem se dão conta do tanto que compartilham, da quantidade e da qualidade de conhecimentos que possuem; é algo maravilhoso acompanhar esses processos. Eu, pessoalmente, recebia as pessoas, as acolhia e compartilhava conhecimentos, mas passei a compreender a riqueza dessas trocas e dessas relações, somente depois de entrar na academia, incluindo este momento de escrita da dissertação.

Assim, as/os novas/os cooperadas/os entram quando saem outras/os, gerando uma rotatividade, onde umas/ns entram e outras/os saem. Contudo, há uma forte demarcação entre saída e entrada, já que a pessoa sai com outros saberes e conhecimentos, os quais leva para sua vida e, claro, se constitui em uma forte identidade em relação a ser catadora/r de materiais recicláveis. Geralmente, conforme já afirmei, a saída e a entrada de uma/m cooperada/o está relacionada ao valor recebido pelo seu trabalho.

É lógico que nem todas as pessoas passam a se identificar enquanto catadoras/es; às vezes, demora algum tempo e, em alguns casos, isso nem acontece. Há casos em que discordam e acham mais justo um sistema de patrão e empregado, ao invés de um sistema cooperado, pois pensam que o seu pagamento está relacionado à falta de produtividade, não conseguindo compreender outros fatores que formam a sua renda.

Há também desentendimentos, pontos de vista contrários, discussões e até xingamentos. Há problemas relacionados à vida particular, que deveriam ser vividas no âmbito particular, mas como as relações são bem claras, elas atravessam o cotidiano da categoria. Trabalhar numa cooperativa de catadoras/es como a ASCAT não é só trabalhar, mas é viver e aprender, compartilhar e expressar-se e, às vezes, as discussões, encaminhamentos e tomadas de decisões não são boas para todo mundo.

Talvez a maior conquista da categoria, ou a fundamental, é ter gerado consciência nas pessoas, que passam, minimamente, a não misturar mais os resíduos

entre recicláveis e rejeitos, passa a compreender e a valorizar o trabalho das/os catadoras/es, a olhar as injustiças econômicas praticadas contra a categoria – seja dos empresários recicladores ou fabricantes de embalagens, seja da prefeitura por não pagar pelos serviços realizados pela categoria ou ainda pelo estado, que não paga pelos serviços ambientais prestados. E isso leitora/r, é fundamental para a luta das/os catadoras/es como um todo, principalmente pelo reconhecimento e valorização.

Logo, cada geradora/r de resíduos que passa um período de trabalho na cooperativa, reeduca-se em relação aos resíduos, aprende e compartilha algo que é fundamental para a reciclagem, a proteção ambiental, as relações sociais e a economia. Se cada geradora/r de resíduos passasse apenas um dia na cooperativa, a vida das/os catadoras/es e as relações sociais da sociedade como um todo seriam muito melhores.

A cooperativa atua nestas operações de transformações, de coisas e pessoas, transformando os resíduos em matéria-prima para a reciclagem e pessoas em seres mais humanos, que compreendem o trabalho das/os catadoras/es e aprendem a importância da reciclagem e seus significados para a vida. E assim sendo, te quero pelo menos um dia experienciando a vida de uma/m catadora/r numa cooperativa.

3.3 A ASSEMBLEIA GERAL E DA ESCADA, A DEMOCRACIA DIRETA DA ASCAT

Democracia direta

É uma forma de organização social, na qual todo e qualquer cidadão pode participar ativamente da tomada de decisões. Pense numa reunião em que todas as pessoas têm direito a se manifestar e votar: isso é uma maneira direta de exercer a democracia.

- Autor desconhecido

A democracia direta é uma “forma de decisão tomada pela participação coletiva e responsável da base. Uma decisão pode ser feita por consenso ou por maioria de votos, mas sempre deve respeitar antes de tudo a exposição das ideias e o debate” (MNCR, 2023). Este é um dos princípios do MNCR e uma das potências da ASCAT, uma forma de fala e escuta, com tomadas de decisões coletivas considerando as variadas posições e pontos de vista de cada uma/m das/os cooperadas/os participantes. É um espaço de trocas, de formação – trocas de saberes para que todas/os aprendam – e de informação – para que a tomada de decisão seja a melhor possível.

A assembleia geral é a instância máxima deliberativa da cooperativa, pois é nela que as/os cooperadas/os participam ativamente das deliberações e, inclusive, decidem seu próprio futuro, tanto a parte produtiva do trabalho, ou seja a economia – por exemplo, os preços e para quem vender os materiais recicláveis, a quantidade de produção, os horários de trabalho, as faltas e justificativas ao trabalho, dentre outras –, enquanto na parte política e social da cooperativa – por exemplo, as atividades de rua, a educação ambiental, as reuniões do comitê regional do MNCR, bem como as reuniões com instituições da sociedade, como outros movimentos sociais, organizações parceiras, governos municipais, estadual, federal e até mesmo com as empresas privadas para firmar novas parcerias.

A assembleia geral, estatutariamente, somente poderia ser chamada por 50% ou mais das/os cooperadas/os; entretanto, pelas deliberações tomadas pelo grupo, qualquer cooperada/o pode convocar uma assembleia, em qualquer momento que desejar. Isso faz com que cada uma/m se sintam e seja parte importante e tenha sua voz ou que, pelo menos, compreenda que a sua voz é um direito igualitário comum umas/uns às/aos outras/os. Isso não significa que ocorrem assembleias o tempo todo, justamente porque as/os catadoras/es preocupam-se com sua produção, seu trabalho e, obviamente, sua renda. Na prática, esta deliberação não fez com que houvesse mais assembleias, mas fez com que as assembleias se tornassem mais importantes. A figura 24, ilustra a realização de uma assembleia.

Figura 24 - Assembleia Geral



Fonte: arquivo pessoal.

Geralmente, as assembleias são marcadas com antecedência para que todas/os as/os cooperadas/os possam se agendar para estarem presentes, porque uma parte das/os cooperadas/os trabalha nas ruas realizando a coleta seletiva solidária, algumas/ns outras/os podem estar em algum outro trabalho ou agenda externa, em reuniões ou outras atividades; por isso, a importância de marcar as assembleias com antecedência, para garantir a presença de todas/os ou pelo menos da maioria.

Nestas assembleias marcadas com antecedência, as discussões – as pautas – já são informadas às/aos cooperadas/os anteriormente, pois isso pode afetar cada uma/m de uma forma diferente e então elas/es já vão pensando nas pautas e, de certa forma, definindo suas posições e tomadas de decisão.

Geralmente, as assembleias gerais ocorrem dentro da sede da cooperativa, embora já ocorreram na escola, por exemplo, mas normalmente é na cooperativa mesmo, no espaço de armazenamento dos materiais ou na parte externa, no pátio, quando em dias em que as condições climáticas favorecem. Em geral, se faz o uso de projetor ou papel pardo – papel em que fazem as anotações ou se explicam melhor as pautas e propostas – para facilitar a compreensão de todas/os.

É imprescindível que todas/os consigam compreender a discussão, e até normal alguém levantar a mão e informar que não está entendendo nada, sendo necessário a retomada do assunto. Isso faz com que a assembleia tenha um tempo maior para sua realização, mas se compreende que isso é necessário. Não tem como existir uma cooperativa sem cooperadas/os que compreendam e deliberem sobre sua própria organização.

Outras assembleias – reuniões com os presentes –, ocorrem e com mais frequência que as assembleias gerais, pois elas são mais para passar informações e para aconselhamento, do que para tomadas de decisões. Estas ocorrem em função de problemas que precisam ser decididos o mais rápido possível, e a coordenação não quer decidir sozinha, mesmo que está fosse uma de suas ações.

Compreendo que as assembleias, reuniões, formações, são uma forma de alargamento da participação e controle social da cooperativa, uma forma de participação direta, onde as/os cooperadas/os possam participar mais ativamente das definições e decisões da sua própria cooperativa, algo que aprofunda o sentimento de pertença à cooperativa, de identidade enquanto catadora/r, bem como a importância

de sua participação não só com os braços, trabalhando, mas com a cabeça, pensando.

Essas reuniões são chamadas de assembleia da escada por ocorrerem realmente numa das escadas da cooperativa, um espaço onde cabem todas/os as/os cooperados, sentadas/os lado a lado, e, na frente da escada, ficam as/os coordenadoras/es da cooperativa, as/os quais conduzirão as discussões. São reuniões onde todas/os ficam próximas/os umas/uns das/os outras/os, onde conseguem se ver e falar baixo e todo mundo escuta e têm como uma de suas características serem rápidas. Às vezes, duram cinco, outras duram dez minutos.

Geralmente, são discussões que precisam ser encaminhadas rápidas, por exemplo: quem pode ir participar de um trabalho externo à cooperativa, se podem mudar o horário para mais ou para menos em determinado dia ou semana, se podem participar de um ato público do MNCR ou outros movimentos sociais da comunidade; enfim, assuntos que são de importância para todas/os e não podem aguardar até que haja uma assembleia geral.

Normalmente, antes desta assembleia, ocorrem reuniões de coordenação no escritório, e cada cooperada/os sabe que a reunião pode ser convocada a qualquer momento. Por acordo coletivo, todas/os devem deixar de lado sua tarefa e se dirigir para a escada onde ocorrerá a reunião, que, naturalmente, umas/uns pressionam as/os outras/os para apressarem-se. A assembleia da escada é um ritual de fortalecimento da democracia direta da cooperativa, uma forma de fortalecer mutuamente a participação de todas/os nas tomadas de decisões.

Geralmente as discussões que ocorrem no escritório, entre a coordenação e algum cooperada/o ou agente público da prefeitura, de uma empresa ou ainda visitantes, chama-se, na sequência, uma assembleia na escada para informar. Isso coloca e dimensiona a importância deste arranjo participativo, alargando ainda mais a democracia interna da cooperativa. A figura 25, ilustra uma reunião da coordenação.

Figura 25 - Reunião de Coordenação



Fonte: Acervo pessoal

Além destes espaços de discussões, a cooperativa atua fortemente no processo de formação política e social da categoria (figura 26) são espaços conduzidos por catadoras/es ou por apoiadoras/es convidadas/os, os quais servem para que a categoria pense sobre sua luta, faça planejamento e delibere sobre ações a serem executadas para a conquista de objetivos da categoria. A formação pessoal de cada indivíduo, para compreender seu trabalho, tomar consciência da luta em que está inserida/o, bem como, se capacitar para tomar as melhores decisões em torno de sua organização e vida. Na cooperativa aprende-se a viver e conviver coletivamente melhor.

Figura 26 - Formação política e social da categoria



Fonte: acervo pessoal

Nestes espaços, se dialoga sobre a organização do MNCR, os projetos com os quais a cooperativa tem parceria, bem como sobre os conhecimentos internos, a exemplo de compreender o que é economia solidária, reciclagem popular, administração da cooperativa, segurança no trabalho, entre outras.

Como vamos querer catadoras/es formadas/os e capacitadas/os se não fizermos isso em nossas próprias organizações coletivas? Por isso, é fundamental que a categoria trabalhe com a cabeça e não apenas com as mãos e, para isso, é necessário dedicar tempo para participação das/os cooperadas/os nas tomadas de decisões e nos espaços de formação, onde se compartilha conhecimentos que servem para compreender a si mesma/o, a reciclagem e suas relações com a sociedade.

3.4 A PARTILHA - QUEM MENOS TEM, MAIS DIVIDE

Posso partilhar tudo, menos o sofrimento.
(Oscar Wilde)

A partilha é a divisão das riquezas produzidas pela ASCAT, realizada de forma proporcional com critérios bem estabelecidos coletivamente, justamente para que ninguém se sinta explorado, enganado ou roubado. A cooperativa funciona dentro do espírito de confiança, pois não se pode praticar a solidariedade e empatia, com desconfiança; são processos que, às vezes, demoram e é necessário estar sempre

cuidando, para que não se percam. Talvez seja uma das coisas mais valiosas que a organização coletiva proporciona.

As/os catadoras/es não iniciaram a ação de reciclar por causa de sua consciência ambiental, porque cria, recria e fortalece a economia solidária ou porque economiza recursos públicos. A maioria iniciou este trabalho por causa da necessidade de sustentar a si e a sua família, de obter recursos para pagar suas contas e poder honrar seus compromissos e sobreviver.

Mas, logo ao adentrar na cooperativa, atraídos pela conquista de dinheiro, mesmo que seja pouco, mas a situação anterior à entrada na cooperativa possivelmente estava pior. Entretanto com a tomada de consciência sobre a importância deste trabalho, mudam, compreendendo que não é somente o dinheiro o principal objetivo de trabalhar na reciclagem, mas sim a proteção da natureza, a educação ambiental com a sociedade e claro, o orgulho em atuar numa ocupação tão importante.

3.5 O FEIO MAIS BELO QUE EXISTE: PARTILHANDO O PÃO

Só temos consciência do belo,
Quando conhecemos o feio.
Só temos consciência do bom,
Quando conhecemos o mau.
Porquanto, o Ser e o Existir,
Se engendram mutuamente.
O fácil e o difícil se completam.
O grande e o pequeno são complementares.
O alto e o baixo formam um todo.
O som e o silêncio formam a harmonia.
O passado e o futuro geram o tempo.
Eis porque o sábio age,
Pelo não-agir.
E ensina sem falar.
Aceita tudo que lhe acontece.
Produz tudo e não fica com nada.
O sábio tudo realiza – e nada considera seu.
Tudo faz – e não se apega à sua obra.
Não se prende aos frutos da sua atividade.
Termina a sua obra,
E está sempre no princípio.
E por isso a sua obra prospera.
- Lao Tsé (604-517 a.C.)

A cooperativa, ao primeiro olhar, se manifesta como um lixão com paredes e telhado, pois não estamos acostumados a ver resíduos para além da nossa própria produção, num caminhão, nas calçadas, quando acumulados ao redor de um minilixão, ou máximo de volume de resíduos no chão no final de uma festa particular.

Ao olhar a cooperativa, um dos primeiros pensamentos é verbalizar que nunca se viu tantos resíduos num único lugar; percebemos, então, o quanto produzimos resíduos coletivamente. A segunda questão a pensar é em relação à organização da cooperativa, uma vez que não sabemos separar todos os resíduos, a primeira percepção é a de que tudo está organizado, precisando de limpeza urgente para que o trabalho aconteça.

Esta percepção não vem das/os catadoras/es, posto que estas/es enxergam os resíduos como oportunidade de trabalho, renda, de manterem-se vivos, mas é o olhar da/os geradora/r de resíduos que visita a cooperativa pela primeira vez. São duas pessoas quando visitam a cooperativa, uma quando entram e tem esta percepção e tornam-se, imediatamente na saída da cooperativa, em outras pessoas, passam a compreender o trabalho, as relações sociais entre as/os catadoras/es da cooperativa, a entender os resíduos como algo bom, uma matéria-prima que nutre e fortalece a categoria, e que sua participação é fundamental para isso acontecer.

Essa minha afirmação está baseada nos mais de 20 anos em que realizo a educação ambiental na cooperativa, recebendo estudantes das variadas escolas e níveis, desde as/s pequenas/os do jardim, até os adultos da academia, empresas, pesquisadoras e outras/os grupos. Por exemplo a foto a seguir (figura 27) é da visita do Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa (NEGA), núcleo de extensão universitária localizado na Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Consigo ver em seus olhos a mudança – a ressignificação dos resíduos – ocorrendo bem ali, diante dos meus olhos atentos, com as minhas palavras. Por isso, todas as pessoas deveriam visitar ao menos uma vez uma cooperativa/associação de catadoras/es.

Figura 27 - Educação ambiental com NEGA



Fonte: Arquivo pessoal

Por este olhar, dá-se então a mudança do feio para o belo; e esta mudança acaba refletindo no cotidiano das/os geradoras/es, que passam a separar adequadamente os resíduos, bem como a valorizar e compreender o trabalho das/os catadoras/es. Isso é fundamental para a reciclagem efetiva e inclusiva.

Nosso olhar enquanto catadoras/es já está ressignificado, pois diferente de visitar, vivenciamos a realidade da cooperativa; suas várias transformações não somente acontecem em nossos olhares, mas com nossas mãos. Somos nós que damos vida aos resíduos, resgatando-os da morte dele e da natureza. Para nós, a cooperativa é um local bem-organizado, e limpo. Por isso é o feio mais belo que existe.

Para esta ressignificação acontecer, é preciso partilhar o trabalho, bem como é preciso partilhar o pão. Assim, não é apenas a organização dos resíduos dentro do galpão que vai fazer esta transformação, mas a organização e participação das/os catadoras/es. Para esta ressignificação, os resíduos passam por processos de trabalho na cooperativa, que vão desde a coleta até a chegada no galpão como resíduos. Estes resíduos são armazenados internamente no cesto, enquanto resíduos sólidos, onde ocorre a triagem, ou seja, a classificação dos resíduos em mais de 80 qualidades/tipos diferentes de materiais recicláveis, havendo a conversão de resíduos para materiais recicláveis. Estes, por sua vez, são armazenados nos boxes até que tenha um volume suficiente para fazer um fardo na prensa. Depois o fardo de materiais

recicláveis é pesado, havendo o registro do peso em planilha – o controle de estoque –, seguindo para o armazenamento de fardos até que tenha uma quantidade de fardos significativas para a comercialização, conforme esquema abaixo.

Figura 28 - Conversão de resíduos em materiais recicláveis feito pela cooperativa ASCAT



Fonte: Elaboração pelo autor (Fotos acervo pessoal).

Depois da coleta seletiva solidária, realizada por nós mesmos ou pela coleta seletiva realizada pelo município, realizada nas ruas, nos locais destinados pelas/os geradores, os resíduos chegam de caminhão na cooperativa ASCAT. O caminhão entra pelo portão dos fundos e é encostado ao lado da parede do galpão. Esta parede tem uma abertura em cima, cerca de dois metros e meio de altura do chão até o início da abertura, que, por sua vez, tem um metro e meio de altura. É por ela que as/os coletoras/es depositam os resíduos no cesto; no lado de dentro do galpão, tem um grande cesto, feito de ferro, madeira e tela de aço galvanizado, que recebe e armazena os resíduos.

A cada chegada de caminhão, uma equipe acompanha o descarregamento dos resíduos no cesto, bem como organiza e faz a limpeza dos resíduos que caem no chão, armazenando-os em *big-bags*, para, posteriormente, depositar no cesto, no mesmo local onde foram armazenados os resíduos do caminhão. O cesto é dividido em seis partes, cada parte recebendo um número de um a seis, e cada uma recebe os caminhões em sequência. Por exemplo: o caminhão descarregou no cesto um, o

próximo caminhão vai descarregar no cesto dois, e os resíduos que caem no pátio e são armazenados no *big-bag* serão depositados no mesmo cesto onde o caminhão descarregou.

Após a separação dos materiais recicláveis uns dos outros, e estes dos rejeitos, eles são depositados em bombonas – grandes tonéis de plástico – com capacidade de 100 a 300 litros. Desta forma a catadora – este trabalho é realizado quase que exclusivamente por mulheres – não necessita sair de seu lugar para esvaziar as bombonas; elas são esvaziadas, ou seja, transportadas por bamboneiros, geralmente homens catadores que realizam este trabalho de depositar os recicláveis no box ou locais adequados.

Cada box é separado um do outro por armações em ferro que sustentam telas de aço galvanizado, com tamanhos, em média, de 5 metros de largura e 4 metros de comprimento, e recebe um material diferente. Como os boxes são rentes uns aos outros, tendo apenas as telas como separação, a impressão é que estão todos os resíduos misturados. Além do armazenamento nesses espaços, há ainda o armazenamento em locais estratégicos de outros materiais recicláveis; por exemplo, sacarias de plásticos filme, aqueles que embalam saquinhos de alimentos como arroz, feijão, sacos de lixo, entre outros.

A organização dá-se assim, por não haver box suficiente para armazenar todos os resíduos e, como a quantidade de classificação de resíduos é alta, alguns materiais têm uma segunda classificação, a exemplo dos plásticos, pois desta forma, há uma classificação mais adequada de materiais recicláveis. Isso faz com que se diminua a quantidade de bombonas ou de materiais a serem separados por cada catadora no cesto, indo estes plásticos, por exemplo, para uma mesa exclusiva de separação de plásticos.

Os materiais recicláveis são armazenados no box ou local adequado até ter volume suficiente para fazer um fardo, o que vale, em média, a 20 bombonas de papéis ou 25 bombonas de plásticos, para fardos de 120 kg de papel ou 90 kg de plásticos. Dependendo da prensa pode aumentar a quantidade de bombonas e, conseqüentemente, o peso dos fardos.

Ao serem feitos fardos, que são nada mais nada menos que os materiais recicláveis pensados em pacotes quadrados, com menor volume e maior peso, se facilita a logística deles até a indústria final. A maioria desses fardos, mesmo passando pelos atravessadores, não sofrerão nenhuma mudança, apenas quando chegarem em

seu destino. Abaixo está a foto de um fardo de sacolinhas (figura 29), que foi exibido na Feira Ecológica do Bom Fim, em Porto Alegre, com o questionamento de que, se os resíduos, neste caso sacolas plásticas, não tivessem passado pelas mãos das/os catadoras/es, estes ficariam por 400 anos poluindo o meio ambiente.

Figura 29 - Fardo PEAD – de sacolinhas plásticas



Fonte: Acervo pessoal

Considerando que para um quilo de sacolinhas é necessário em torno de 130 sacolinhas, este fardo tem aproximadamente 140 quilos. Assim, só nesse fardo, temos 16.800 sacolinhas, sendo que, na cooperativa, são produzidos cerca de 20 fardos de sacolinha por mês, o que dá em torno de 336.000 sacolinhas. Como há aproximadamente 25 catadoras/es trabalhando na cooperativa, cada catadora/r encaminha para a reciclagem em torno de 13.440 sacolinhas por mês para a reciclagem, esses dados são extremamente importantes, e são ainda maiores, já que o mesmo ocorre com as latas de alumínio, outros metais, plásticos, vidros e papéis.

Os resíduos advindos da coleta seletiva privada de Porto Alegre chegam com muito rejeito, o que significa uma quantidade de aproximadamente 30% dos resíduos. Estes, depois de separados dos materiais recicláveis, são depositados num contêiner que fica do lado de fora do galpão, dentro do pátio da cooperativa. Estes rejeitos são

coletados pela prefeitura, transportados até a estação de transbordo e de lá são transportados por outra empresa privada para o aterro sanitário em Minas do Leão, cidade localizada 120 km de Porto Alegre. Conforme vemos no esquema abaixo (figura 30), 70% dos resíduos acabam sendo encaminhados para a reciclagem num ciclo de retorno à cadeia produtiva, enquanto que 30% segue para o aterro sanitário num ciclo linear finito de resíduos.

Figura 30 - Esquema de destinação de resíduos



Fonte: Elaboração pelo autor

O quadro 2, presente neste trabalho, demonstrou os valores investidos em coleta, triagem, transporte e destinação de resíduos, sendo que aqueles resíduos que retornam à cadeia, são os que menos recebem investimentos. Logo, a cidade não investe na reciclagem e tampouco no cooperativismo, pois tem uma política de investimento na iniciativa privada, fortalecendo-a e, ao mesmo tempo, criando sistemas cada vez mais excludentes e destina os resíduos para o aterro sanitário.

Enquanto as/os catadoras/es não recebem nenhum real pela triagem dos resíduos, pois somente recebem pela comercialização dos materiais, ficando com apenas 10% do valor do produto final reciclado, mas fazem 90% do trabalho envolvido na cadeia produtiva, as empresas privadas que trabalham no transporte dos rejeitos da cooperativa até a estação de transbordo recebem, bem como a empresa que transporta da estação de transbordo, e por fim, a empresa que aterra os rejeitos; todas

recebem, num ciclo fechado de privatização, onde todo mundo ganha pela exploração do serviço público, menos as/os catadoras/es que realizam a reciclagem.

Diante dessas condições, a categoria organiza-se em torno de melhores condições de trabalho, da busca de garantia de melhor qualidade de vida e de distribuição do peso, mas também a procura aumentar a renda que conquistam com a comercialização dos materiais recicláveis. A essa renda, a cooperativa dá o nome de partilha, justamente por ser distribuída em partes iguais para cada cooperada/o, mesmo para aquelas/es que têm tarefas administrativas, de coordenação do grupo, aquelas/es que trabalham na limpeza, triagem e enfardamento.

Todas/os as/os cooperadas/os recebem o valor igualmente; isso é uma garantia de circulação de tarefas, em que todas/os acabam aprendendo a técnica do trabalho. A coordenação também é exercida por todas/os, seja nas assembleias, nas diversas formas de participação e, claro, nas eleições da cooperativa, onde se incentiva a entrada de novas/os cooperadas/os para a coordenação.

O valor recebido é pelo dia de trabalho, sendo igual para todas/os. Entretanto, conforme deliberação da assembleia, quem falta ao trabalho, recebe uma falta em dobro. Por exemplo, se alguém faltou um turno, recebe o desconto de um dia inteiro; se faltou um dia, receberá dois dias de descontos e, se faltar 3 dias ou mais, será trancada sua partilha, e a pessoa será afastada da cooperativa naquele mês, pois o valor que receberia seria muito baixo e isso é considerado exploração pela cooperativa.

A falta dobrada é para que as/os cooperadas/os venham para o trabalho. Isso foi definido porque ocorriam muitas faltas e, às vezes, em dias estratégicos, como nas segundas-feiras, dia em que normalmente vem uma quantidade maior de materiais, pois é imediatamente depois do fim de semana, principalmente porque é nesses dias que há limpeza e confraternizações nas casas das/os geradores a mais que entre segunda e sexta.

Havia também propostas de serviços curtos e temporários, que poderiam pagar o dobro pago por um dia na cooperativa; desta forma se executavam estes trabalhos e se deixava a cooperativa sem cooperadas/os para a execução do trabalho de reciclagem. Como o trabalho é coletivo e distribuído em várias fases, a falta de uma/m cooperada/o pode afetar o funcionamento integral da cooperativa.

Portanto, cobrar a falta em dobro, não é uma exploração, visto que todas/os têm direito a atestados médicos e a cumprirem outras agendas como ir na escola da/o

filho, ir numa reunião particular – por exemplo, acompanhamento da assistência social – entre outras. Todos os casos de afastamento para alguma atividade externa individual, os aqui relatados e outros que possam acontecer, devem ser informados com antecedência na cooperativa, pois se forem informados depois, o caso será considerado como falta ao trabalho. Qualquer pessoa pode informar a cooperativa; atualmente, a informação chega através do grupo de WhatsApp da cooperativa, do qual todas/os participam, e quem não tem esta ferramenta, pode informar a/o colega mais próximo e este informa à cooperativa.

Para a realização da partilha, a ASCAT tem uma fórmula conhecida por todas/os as/os cooperadas/os, na qual, depois do pagamento dos custos do trabalho, como p energia, água, internet, telefone, materiais de limpeza, equipamentos de proteção individual, manutenção e combustível para o caminhão, custos de transporte, alimentação e outros das equipes que trabalham fora, bem como outros custos, é feita a partilha. A divisão se inicia pelo número de cooperados, considerando o valor do mês, o qual é dividido pela quantidade de trabalhadoras/es. Este valor é considerado dia, depois multiplicam-se os dias que cada uma/m que faltou para chegar à partilha de cada cooperada/o faltante; o restante é dividido por quem não teve nenhuma falta. Logo, quem não teve nenhuma falta, além de levar o mês cheio, recebe como gratificação, os valores de quem teve falta; a esta parte da renda, damos o nome de racha.

Quando o racha tem valores altos significa que a cooperativa não produziu bem e que o valor mês foi baixo, pois ocorreram muitas faltas no mês; assim sendo, aquelas/es que tiveram faltas no trabalho, recebem menos ainda. Assim, nem mesmo quem ganha racha sai de ganhando alguma coisa; por este motivo, há mobilização para que não haja falta ao trabalho.

Para a gestão da cooperativa, a organização da produção, a comercialização dos materiais recicláveis, ou ainda o conhecimento sobre a separação dos materiais recicláveis, fazem parte do grande conhecimento que as/os catadoras/es necessitam para trabalhar, ainda mais coletivamente, interagindo com a sociedade a partir de suas estruturas jurídicas – a cooperativa ou associação, comprovando que a pobreza da categoria não é nem de longe o não saber, mas sim a exploração e a invisibilidade.

3.6 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM A PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

Nas favelas, no Senado
Sujeira pra todo lado
Ninguém respeita a Constituição
Mas todos acreditam no futuro da nação
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
[...]
- Legião Urbana (1987)

As cooperativas e associações de catadoras/es de Porto Alegre têm contrato de prestação de serviços com o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), órgão municipal responsável pela gestão de resíduos. Entretanto, os valores pagos são extremamente baixos, conforme o quadro 2 deste trabalho, onde a cooperativa acaba assumindo toda a burocracia de gestão de recursos e prestação de contas ao Estado, mas o valor total do contrato, muitas vezes, não paga sequer uma/m administradora/r de cooperativas.

Os contratos públicos com as cooperativas no Brasil (2012) são regidos pela Lei Nº 12.690, de 19 de julho 2012, a qual dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho, garantindo em seu artigo 7º:

Art. 7º A Cooperativa de Trabalho deve garantir aos sócios os seguintes direitos, além de outros que a Assembleia Geral venha a instituir:

I - retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo, calculadas de forma proporcional às horas trabalhadas ou às atividades desenvolvidas;

II - duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto quando a atividade, por sua natureza, demandar a prestação de trabalho por meio de plantões ou escalas, facultada a compensação de horários;

III - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

IV - repouso anual remunerado;

V - retirada para o trabalho noturno superior à do diurno;

VI - adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas;

VII - seguro de acidente de trabalho.

§ 1º Não se aplica o disposto nos incisos III e IV do caput deste artigo nos casos em que as operações entre o sócio e a cooperativa sejam eventuais, salvo decisão assemblear em contrário.

Estes direitos, devem ser garantidos pelo objeto da cooperativa, pelo trabalho exercido, assegurando minimamente que cada cooperado tenha direito a descanso, férias, a um salário-mínimo no mínimo, o que deveria ser garantido pelo contrato de prestação de serviços. Contudo, a prefeitura, através deste contrato de prestação de serviços, entende que o pagamento às/aos catadoras/es, deve ser feito através da comercialização dos materiais recicláveis.

O contrato de prestação de serviços sempre opera com o mínimo de tempo, para ser renovado a cada 12 meses, o que obriga que as cooperativas tenham que estar sempre “correndo atrás”, na gíria das cooperativas de Porto Alegre, para conseguirem assinar novo contrato a cada ano. Há casos em que são estendidos por dois anos.

Para iniciar, a negociação sobre o contrato não existe; a prefeitura simplesmente apresenta seu modelo de contrato, apresenta o documento de interesse do contrato para que a cooperativa assine; depois assina o contrato, sem a escuta da categoria. Já decidimos, por exemplo, não assinar o contrato, mas recebemos ameaças de sermos despejadas/os dos galpões, que são espaços municipais. Há casos em que a prefeitura busca, ardilosamente, negociação individual um por um, plantando ideias de que só você – os grupos/as cooperativas – não assinou, sendo que os outros já assinaram, plantando a ideia de desconfiança geral entre as cooperativas.

No contrato, estabelecem que as cooperativas são responsáveis por todas as sanções, tendo que pagar, na verdade, não receber o contrato, se não cumprir alguma das obrigações; enquanto, para a prefeitura, não tem nenhuma sanção caso não cumpra sua parte. As obrigações da cooperativa são, conforme o contrato de prestação de serviços (Portal Transparência, 2023):

São obrigações da contratada:

- 4.1. Receber e triar os resíduos provenientes da coleta seletiva do DMLU, conforme a programação mensal previamente estabelecida para a Unidade de Triagem, os resíduos recicláveis deverão ser separados segundo as características de sua composição (matéria prima) e outras, de modo a atender as condições do mercado de comercialização;
- 4.2. Beneficiar os resíduos recicláveis através de prensagem, enfardamento e outros processos que se façam necessários às exigências do mercado e valorização do material;

- 4.3. Comprovar a quantidade (em massa) dos resíduos comercializados por meio de nota fiscal;
- 4.4. Os materiais triados, separados por tipo, deverão ser armazenados em local adequado e encaminhados continuamente para a comercialização para garantir a qualidade sanitária do espaço;
- 4.5. Entregar mensalmente ao DMLU todas as planilhas do Anexo II devidamente preenchidas e assinadas pelo seu representante legal;
- 4.6. Adquirir e utilizar os Equipamentos de proteção Coletiva (EPC) e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados para a realização das atividades, de acordo com as normas regulamentadoras pertinentes;
- 4.7. Não permitir a permanência de animais dentro do prédio da Unidade de Triagem, permitido apenas cães em canil;
- 4.8. Não permitir o acesso e permanência de menores na Unidade de Triagem, exceto para fins de educação ambiental, acompanhados dos responsáveis;
- 4.9. Manter atualizada junto ao DMLU toda a documentação da Associação/Cooperativa, em especial ata de eleição dos quadros diretivos e alteração estatutária, quando houver, e as certidões negativas;
- 4.10. Manter a regularidade no recolhimento dos encargos fiscais e tributários previstos na Legislação, arcando com eventuais obrigações trabalhistas e demais encargos sociais decorrentes das atividades desenvolvidas pela Cooperativa;
- 4.11. Zelar pelo bom aspecto, mantendo a conservação e limpeza da Unidade de Triagem e seu entorno;
- 4.12. Zelar pela conservação e funcionamento das máquinas, equipamentos e demais instalações utilizados no processamento dos resíduos;
- 4.13. Proporcionar livre acesso dos representantes do Poder Público para visitas e trabalhos de Educação Ambiental e Sanitária, mantidas e respeitadas às regras internas da Cooperativa/Associação;
- 4.14. Caso haja danos decorrentes de ações dolosas e/ou culposas a Cooperativa/Associação responderá por estes;
- 4.15. Apresentar no prazo de 90 dias após a assinatura do contrato o cronograma de implantação do sistema de câmeras em todos os portões de entrada e saída da unidade. O sistema deverá ser implantado no prazo máximo de 180 dias após a assinatura do contrato, tal sistema deverá ser disponibilizado para acesso ao sistema CEIC da PMPA;
- 4.16. Apresentar o cronograma para o licenciamento ambiental até 180 dias após assinatura do contrato, conforme Anexo IV deste contrato de prestação de serviço.
- 4.17. Assumir responsabilidades legais, administrativas e técnicas pela execução dos serviços.
- 4.18. Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, através do responsável técnico, designado, pelo órgão demandante dos serviços.
- 4.19. Acatar prontamente as exigências e observações da fiscalização do órgão municipal competente.
- 4.20. Prestar as informações solicitadas pelo CONTRATANTE, dentro dos prazos estipulados.
- 4.21. Sanar quaisquer irregularidades comunicadas pela fiscalização do Contrato.
- 4.22. Consultar o órgão fiscalizador, com antecedência, quando houver necessidade de verificação de quaisquer situações, a fim de não causar transtorno ou atraso quanto à prestação de serviço.
- 4.23. Submeter-se às disposições legais em vigor
- 4.24. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas junto aos seus associados/cooperados, bem como obrigações fiscais decorrentes da execução do contrato.
- 4.25. Responsabilizar-se, civil e/ou criminalmente, por todos os atos e omissões que seus associados/cooperados direta ou indiretamente, cometerem na área de fornecimento do objeto contratado, indenizando, se for o caso, a parte prejudicada.

4.26. Manter-se durante toda a execução deste contrato em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação.

Enquanto a prefeitura tem apenas obrigação de entregar os resíduos da coleta seletiva – sem nenhuma preocupação com a qualidade destes resíduos, já que não tem programa de educação ambiental –, fiscalizar os serviços da cooperativa e aplicar as sanções (Portal Transparência, 2023):

“São obrigações do DMLU:

5.1 Acompanhar e fiscalizar as atividades de triagem, classificação, beneficiamento e comercialização dos resíduos recicláveis pela CONTRATADA, a partir dos documentos encaminhados pela CONTRATADA e vistorias efetuadas pelo DMLU;

5.1.1 Monitorar as condições de organização, manutenção dos equipamentos, higiene, uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), extintores e limpeza geral da Unidade de Triagem, expedindo documentos de não conformidade, quando for o caso, utilizando para tal, formulário próprio e orientando sobre o uso de equipamentos de proteção coletiva;

5.2 Coletar os rejeitos de acordo com a programação definida previamente à CONTRATADA;

5.2.1 Receber em devolução todos os resíduos não conformes como os entulhos, podas, madeiras, orgânico, móveis, lâmpadas tubulares, resíduos eletroeletrônicos, medicamentos vencidos, resíduos de serviço saúde, por meio da própria coleta seletiva no momento da descarga;

5.3 Fornecer os modelos de planilhas constantes no Termo de Referência.

5.4. Promover ações educacionais voltadas à sensibilização e a conscientização da população quanto a separação adequada dos resíduos no momento da geração, ao uso correto dos contêineres e similares e à destinação de materiais recicláveis à coleta seletiva do município, de modo que todos os atores envolvidos no processo de gestão de resíduos colaborem para a consequente diminuição de rejeitos.

5.5 Fiscalizar as coletas realizadas de forma irregular, os geradores de resíduos para que a separação seja realizada corretamente.

Hora, se a cooperativa faz a conversão de resíduos para materiais recicláveis, garantindo os benefícios sociais, ambientais e econômicos de reinserção dos materiais recicláveis na cadeia produtiva da reciclagem, ficando com apenas 10% dos valores da cadeia, sendo que os próprios preços dos materiais não é ela quem coloca, e que os resíduos para serem convertidos têm um custeio de coleta, triagem, enfardamento, organização da cooperativa, significa que a conta não fecha.

Logo, o contrato de prestação de serviços que deveria garantir os direitos das/os trabalhadoras/es, cumprir a legislação, principalmente em relação a lei do cooperativismo, acaba descumprindo os direitos e a legislação, tornando o processo altamente injusto, inclusive em relação aos valores empregados nos outros serviços de gerenciamento de resíduos, e em relação à legislação. A cada catadora/r incluído no sistema, na cooperativa, é um custo a mais para a cooperativa, sendo este também

um dos motivos da baixa em relação à quantidade de catadoras/es nas organizações coletivas; dos 700 catadoras/es (Rosado, 2008, p.81), houve redução de 34%, ficando atualmente em 492 (Cardoso, 2022, p. 128) catadoras/es organizados coletivamente.

4 ORGANIZAÇÃO NACIONAL, A IDENTIDADE COLETIVA

Vem catador,
 pro movimento organizado
 pois unidos ficamos fortes
 e não seremos mais explorados
 vem catador
 recuperar a dignidade
 lutando pra construir
 o socialismo com liberdade
 [...]
 - Ministro e Jesuri (2005)

Depois de dissertar sobre a organização individual, pois toda/o catadora/r é organizada/o, e a organização coletiva em associações e cooperativas, tomando como exemplo a organização da ASCAT, situada na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, é chegado o momento de dissertar sobre a organização nacional da categoria, através do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) como representação social, da Associação Nacional dos Catadores – ANCAT – e da União Nacional das Associações e Cooperativas de Catadores – Unicatadores, como braços do MNCR e representações institucionais da categoria.

Para facilitar a discussão, vou apresentar em tópicos, que vão desde o histórico da organização, identidade, princípios, objetivos até as estratégias de organização social e institucional da categoria. Tomei emprestado o conceito de ecologia, das ciências da natureza –empregado pelo biólogo alemão Ernst Haeckel (1866), em seu trabalho intitulado *Generelle Morphologie der Organismen* –, que vem de duas palavras gregas: Oikós, que significa casa, e logos, que significa estudo. Assim sendo, Ecologia significa, literalmente, a Ciência do Hábitat. É, portanto, o estudo das condições de existência e interações dos seres vivos. Apresento, no Quadro 5, uma grade com a ecologia social, econômica e política de organização e interação das/os catadoras/es do Brasil, que tem como instituição principal o MNCR. Chamo de Quadro da ecologia social, econômica e política do MNCR.



O MNCR é uma organização formada exclusivamente por catadoras/as de materiais recicláveis que lutam pela garantia dos direitos da categoria, pela defesa do meio ambiente, pelo fechamento dos lixões, pela inclusão social e econômica das/os catadoras/es, pela implementação de coleta seletiva solidária com contratos que paguem pelos serviços da categoria, pelo pagamento pelos serviços ambientais, pela logística reversa, pela horizontalidade na cadeia produtiva de reciclagem, através da


organização coletiva e autogestionária das/os catadoras em associações e cooperativas solidárias.

Uma das mais importantes ações do MNCR é dar visibilidade ao trabalho da categoria, buscando incorporá-lo na prestação de serviços formais das prefeituras municipais, entidades responsáveis pela gestão de resíduos. Estas ações vão desde a organização coletiva em cooperativas e associações solidárias, bem como na formação técnica e política que visam que cada catadora/r se compreenda a si mesmo enquanto indivíduo, buscando construir a autovalorização, e compreenda-se enquanto coletivo, pertencente a uma categoria de trabalhadoras/es excluída, que necessita de organização e muita luta para garantir o direito de ter direitos.

O MNCR é a maior e principal organização nacional de catadoras/es de materiais recicláveis, presente em todos os estados brasileiros com alta capilaridade nos territórios regionais dos estados, e coordena a ANCAT e a UNICATADORES, sendo a organização que protagoniza a luta e as conquistas da categoria. é orientada por princípios, objetivos e bases de acordo (ver anexo 1) que orienta toda a organização, desde a organização de base, na associação, cooperativa ou comunidade, bem como nas articulações sociais com a sociedade e suas instituições sociais.

Quadro 5 - Ecologia social, econômica e política do MNCR

Instituição	Ano de Fundação	Função
Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis - ANCAT 	2000	A ANCAT tem como principal função a representação institucional do MNCR, sendo a referência técnica para execução de projetos de formação técnica e profissional de catadoras/es, de eventos de catadoras/es, a exemplo da Expocatadores, dos projetos de logística reversa e outros projetos que venham a fortalecer o avanço técnico, científico e operacional das/os catadoras/es.
Movimento Nacional das Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR 	2001	O MNCR tem como principal função a representação social e política das/os catadoras/es, sendo a principal organização nacional da categoria no Brasil. O MNCR tem a função de organizador de eventos, formação política, articulação e representação da categoria junto aos governos, empresas privadas, movimentos sociais e outras organizações sociais. O MNCR é também a instituição que coordena e delibera sobre os projetos e ações da ANCAT e da UNICATADORES; essas organizações servem como braços do MNCR, para cumprir funções institucionais que a figura de movimento social não cumpre.
União Nacional dos	2016	A UNICATADORES tem como função promover atividades de

<p>Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis - UNICATADORES</p> 		<p>relevância pública e social, representar institucionalmente as organizações de catadoras/es, promovendo a sua organização, integração e fortalecimento econômico, social e institucional. Além dos cargos de presidente, vice, finanças e secretaria, tem outras secretarias de fortalecimento da categoria, sendo as secretarias de mulheres, da juventude, de formação e de relações internacionais. É pela UNICATADORES que o MNCR compõe juntamente com a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), com a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL/Brasil) e com a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (CONCRAB) a União Nacional das Cooperativas Solidárias do Brasil (UNICOPAS), entidade de organização, representação e fortalecimento do cooperativismo e da economia solidária no Brasil, bem como representa o MNCR na Aliança Internacional dos Catadores – IAWP, sigla em inglês de International Alliance of Waste Pickers, representação global das/os catadoras/es frente a OIT, ONU, empresas privadas e outras instituições internacionais que promovem a organização, reconhecimento e valorização das/os catadoras/es.</p>
--	--	--

Fonte: Elaboração do autor

Fundado em 2001, na 1ª Marcha Nacional do Povo da Rua, que ocorreu no dia 07 de junho, depois do 1º Congresso Nacional dos Catadores, realizado entre os dias 04 e 06 de junho na Universidade Federal de Brasília (UnB) (figura 31). A partir deste encontro, as/os catadoras/es assumem o protagonismo da categoria, fortalecendo a organização social e a representatividade.

Figura 31 - Cartaz do 1º Congresso Nacional dos Catadores, da 1º Feira de Artesanato da População de Rua e 1º Marcha Nacional da População de Rua



Fonte: arquivo MNCR

A organização social da categoria é baseada no protagonismo, ou seja, as/os próprias/os catadoras/es são coordenadoras/es de suas organizações, desde a base orgânica, passando pela coordenação estadual até a comissão nacional, ficando como apoiadoras/es, aquelas/es que trabalham com catadoras/es, e algumas/ns destas/es recebem a condição de apoio orgânico, podendo participar e contribuir nas definições do movimento.

Aquelas/es apoiadoras/es que são orgânicos, nem mesmo perguntam se são, é uma condição da organização social, da militância, das relações sociais entre as bases orgânicas e as/os apoiadoras/es; no nível nacional e estadual, apenas apoiadores orgânicos participam das reuniões e, claro, estas/es respeitam quando tem uma discussão mais profunda, em que se pede licença para que haja a discussão de catador para catador.

A organização social e a representatividade da categoria no MNCR fizeram com que as/os catadoras/es pudessem sair da invisibilidade extrema e aparecer, inclusive como protagonistas em programas de reciclagem, leis municipais e nacionais. Este processo de organização social se deu pela construção de identidade e memória coletiva, que faz parte do processo de formação do MNCR, onde se partiu das perguntas: de onde viemos? – nosso passado – onde estamos? – nosso presente – e para onde queremos ir: – nosso futuro, colocando as assimetrias entre os indivíduos, os construindo como coletivos.

Figura 32 - Imagem de formação na Cooperativa dos Catadores de Santa Cruz do Sul - RS



Fonte: Foto Adriana Silva

Nas formações, além de trabalhar a identidade e a organização coletiva da categoria, conseguimos planejar coletivamente as ações, desde a educação ambiental até a comercialização dos materiais recicláveis. Este processo envolve a sociedade como um todo; é importante para a organização identificar, aprender e incidir sobre cada agente, seja como geradora/r de resíduos, a quem devemos ensinar a separar adequadamente e a destinar os resíduos recicláveis para nossas organizações, ou como agente que atua no estado, que deve implantar a coleta seletiva nas cidades, apoiar e contratar nossas cooperativas e associações para a prestação de serviços, ou empresas privadas, que devem pagar pelos nossos serviços de coleta, triagem e destinação adequada de suas embalagens para a reciclagem. A formação é a base da organização social do MNCR. Nessa linha, Oliveira afirma,

Já o processo de organização dos catadores enquanto ator é possibilitado pela definição que esses sujeitos fazem de si mesmos e do seu contexto de ação e como essa autodefinição produz sentidos e significações simbólicas que, por sua vez, lhes garantem estabelecer relações solidárias com outros atores. Estas inter-relações constituem o nexo que fortalece os vínculos solidários estabelecidos entre os diferentes atores que se põem em ações coordenadas como forma de encaminhamento da questão social da reciclagem, a qual é tematizada publicamente e ressignificada através do sentido político da solidariedade. Sendo que tal processo de politização da solidariedade remete à transformação do contexto e da realidade da reciclagem, pois dissemina outros sentidos e práticas de natureza reflexiva construídas pelos atores sociais em interação (Oliveira, 2010, p.151 - 152).

Outras formas de organização coletiva são os encontros locais, nacionais e internacionais, onde damos destaques para os encontros nacionais que chamamos de Expocatadores, Natal dos Catadores, Encontros Nacionais de Mulheres Catadoras, e os Encontros Estaduais. Abaixo estão os objetivos gerais de cada um.

A Expocatadores ocorre de dois em dois anos e é o maior evento de reciclagem popular do mundo, com a participação de 2 mil delegados nacionais e internacionais, representantes dos movimentos de catadores da América Latina e de outros continentes, representantes de empresas privadas que fabricam embalagens ou máquinas e equipamentos para a reciclagem, organizações não governamentais, pesquisadoras/es e universidades, agentes de justiça, defensores, promotores e procuradores, representantes do governo federal, ministros, secretários, prefeitos e secretários municipais. O objetivo da Expocatadores é a realização de feira de equipamentos e tecnologias para negócios, além de plenárias sobre reciclagem popular e organização local, nacional e internacional da categoria. A figura 33, mostra a Expocatadores de 2017 em Brasília.

Figura 33 - Expocatadores 2017, ocorrida em Brasília com a presença de Lula



Fonte: Arquivo MNCR

Natal dos Catadores ou Natal com Presidente é um encontro nacional de catadoras/es que ocorre todos os anos, em dezembro desde o ano de 2002, e conta com a participação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que participa como presidente da república ou como amigo das/os catadoras/es (figura 34). No ano de 2019, quando o presidente Lula estava preso injustamente em Curitiba, na sede da Polícia Federal, as/os catadoras/es foram até a frente da Polícia Federal, cárcere de Lula, e realizaram o Natal dos Catadores. O objetivo do Natal dos Catadores é a celebração de Natal, com ceia e trocas de presentes, além da discussão e entrega das reivindicações do MNCR para o presidente e suas/eus ministras/os.

Figura 34 - Natal dos Catadores em São Paulo, 2022, com a presença do presidente eleito Luiz Inacio lula da Silva



Fonte: Foto de Ricardo Stuckert

O Encontro Nacional de Mulheres Catadoras é um encontro nacional de mulheres catadoras, com representação de mulheres catadoras de movimentos sociais de catadoras/es da América Latina; ocorre sempre em Curitiba-PR, com a presença de setecentas a mil mulheres, no evento, não é proibido a participação de homens catadores, sendo que alguns são convidados para contribuir na organização do evento e nas discussões.

O objetivo principal é a formação e o fortalecimento das mulheres catadoras, o que vai desde o cuidado de sua saúde, beleza, até o fortalecimento de mulheres lideranças para assumirem a gestão das cooperativas e associações de catadores, ou ainda, a direção das organizações de apoio a categoria, bem como a liderança do MNCR.

As mulheres catadoras, a partir destes encontros, criaram o slogan, Mulher bonita é mulher que luta, levando as discussões para as cooperativas, onde buscam realizar o empoderamento de cada catadora, para que se fortaleça e junto, fortaleça o MNCR e suas bandeiras de luta. Nos estados tem organização estadual de mulheres catadoras, com coordenações e secretarias, bem como tem, no âmbito nacional, inclusive tendo um espaço institucional de organização, dentro da secretaria de gênero na União Nacional das Associações e Cooperativas e Catadores (UNICATADORES).

Figura 35 - Terceiro encontro nacional de mulheres catadoras



Fonte: Arquivo MNCR

Os Encontros Estaduais são realizados nos estados e dependem da organização local, sendo obrigado a participação de, no mínimo, um representante da comissão nacional do MNCR. Nestes encontros, se discute o planejamento estadual da categoria e escolhe-se a coordenação estadual do MNCR e a formação de lideranças regionais. Também participam convidados que possam contribuir com estes objetivos. A figura acima retrata o último encontro estadual das/os catadoras/es do Rio Grande do Sul realizado em 2022.

Figura 36 - Encontro estadual das/os catadoras/es do Rio Grande do Sul



Fonte: Arquivo MNCR

O MNCR é um grande encontro, pois o fortalecimento individual de cada catadora/r, é o fortalecimento do movimento como um todo, diferente de outras instituições, esse movimento social busca a participação, pois compreende que a luta é coletiva, é necessária e principalmente é para todas/os que sentem e mais do que isso, lutam contra as injustiças da catação.

Como podemos ver, os principais investimentos são nas pessoas, para que participem, se formem, tomem consciência de si e da categoria, para que se formem enquanto seres humanos capazes de liderarem sua jornada na luta pelo reconhecimento, valorização, conquistada a partir da reciclagem popular, principal bandeira de luta do MNCR.

Nos encontros participam outros movimentos sociais, os quais compartilham suas experiências de organização e luta, bem como estudantes e pesquisadoras/es, que compartilham seus conhecimentos e aprofundam a formação no universo da reciclagem, empresários que buscam ou são obrigados a cumprir suas obrigações no gerenciamento de resíduos, governos e técnicos de municípios que compartilham

seus projetos em torno da coleta seletiva solidária e contratos com associações e cooperativas.

O encontro é uma forma de formação geral, onde se aprende as simbologias do movimento, principalmente suas músicas e palavras de ordem, marcadas pela bandeira verde, a qual compreende-se que é uma luta coletiva. O MNCR existe e resiste para o encontro, pois é nestes saberes compartilhados que se fortalecem, as/as catadoras/es bem como o movimento como um todo.

4.1 HISTÓRICO DE ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DAS CATADORAS E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – MNCR

Sepé Tiaraju
 Nas missões de Sete Povos nasceu um dia Sepé
 Trazendo uma cruz na testa cicatriz sinal da fé
 Quando o sol batia nele essa cruz resplandecia
 Por isso lhe deram o nome Tiaraju, a luz do dia
 Quando o exército de Espanha e Portugal, chegou aqui
 Para expulsar dos Sete Povos toda gente Guarani
 Tiaraju que era cacique reuniu os seus guerreiros
 E sem medo dos canhões atacou só com lanceiros.
 Tiaraju morreu peleando no arroio Caiboaté
 Mas depois noutro combate todos viram São Sepé
 Que vinha morrer de novo junto à gente Guarani
 Pra embeber seu sangue todo neste chão onde nasci
 Mais um valente guerreiro a morrer pelo seu pago
 É por isso que seu nome pro Rio Grande é sagrado
 São Sepé subiu pro céu e sua cruz ficou no azul
 Cai a noite ela rebrilha ele é Cruzeiro do Sul.
 SEPÉ TIARAJU SEPÉ TIARAJU.
 Autor desconhecido (S/D)

Em sua página na internet, o MNCR destaca que sua história de organização é anterior ao congresso de fundação, que vem desde Primeiro Encontro Nacional de Catadores de Papel – nome ao qual a categoria era reconhecida principalmente nas regiões sudeste e sul do país – que ocorreu em 1999, em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Nesse encontro, decidiu-se pela organização de um congresso nacional da categoria a ocorrer em Brasília no ano de 2001.

O Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR) surgiu em meados de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, sendo fundado em junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras. No congresso foi lançada a Carta de Brasília, documento que expressa as necessidades do povo que sobrevive da coleta de materiais recicláveis (MNCR, 2023).

No site do MNCR, encontramos a discussão baseada na linha do tempo do MNCR, onde se lê que o Fórum Nacional de Estudos Sobre População de Rua, criado em 1993 por organizações religiosas, serviu como base para a construção do primeiro encontro nacional de catadoras/es.

O Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua criado em 1993 pela Fraternidade das Oblatas de São Bento realizou vários encontros regionais, estaduais e nacionais de catadores nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Com a realização de encontros entre catadores do mesmo estado e de diferentes regiões do país, estimulava-se a troca de experiências e a discussão das diversas realidades locais. Em 1999, foi realizado o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, em Belo Horizonte, no qual foi planejada a realização do 1º Congresso Nacional de Catadores (MNCR, 2023).

Para a realização deste congresso, algumas decisões deveriam ser tomadas, principalmente a articulação e mobilização da categoria no país, num momento em que a organização da categoria em associações e cooperativas era exceção e não a regra, existindo organizações principalmente nas regiões sudeste e sul. Como exemplos temos a primeira cooperativa de catadoras/es do Brasil fundada em 1989, a Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE) em São Paulo, capital; a Associação dos Catadores de Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE), criada em 1990 em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, cooperativas do estado do Rio Grande do Sul, organizadas na já extinta Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul (FARRGS), aliás, esta era a identidade representativa das associações e cooperativas de recicladoras/es no estado, como recicladoras/es, pois passamos a nos chamar de catadoras/es somente depois do congresso.

Outras organizações sociais, principalmente ligadas à Igreja Católica ou prefeituras ligadas aos partidos de esquerda, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT), apoiaram a organização da categoria. Por exemplo, a COOPAMARE era apoiada pela Organização de Auxílio Fraternal, a ASMARE, pela Pastoral de Rua de Belo Horizonte na gestão municipal do prefeito Patrus Ananias e, em Porto Alegre, com as seguidas gestões do PT, iniciada por Olívio Dutra, seguida por Tarso Genro, Raul Pont, que era prefeito naquele momento, ambos incentivadores da coleta seletiva, do orçamento participativo e da organização das/os catadoras/es em associações solidárias. Nas palavras de Pereira e Teixeira,

As primeiras experiências associativas de catadores no Brasil iniciaram-se em São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. Em São Paulo, por meio do trabalho de apoio à população de rua, desenvolvido pela Organização de Auxílio Fraternal (OAF), foi criada a Associação dos Catadores de Papel, em 1986. Mais tarde, em 1989, esta se tornou a Cooperativa dos Catadores de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare). Neste mesmo ano, durante a gestão Luiza Erundina (1989-1992) foi implantado o primeiro programa de coleta seletiva da cidade, no entanto, nas gestões seguintes sofreu várias descontinuidades e retrocessos (JACOBI e VIVEIROS, 2006). Em Porto Alegre, no ano de 1986, foi criada a Associação dos Catadores de Material de Porto Alegre, na Ilha Grande dos Marinheiros, com o apoio do trabalho eclesial de base da Igreja Católica. Em 1990 foi implantada a coleta seletiva no município durante a gestão petista de Olívio Dutra (1989-1992) (MARTINS, 2004). Em Belo Horizonte, depois do trabalho de apoio aos catadores realizado pela Pastoral de Rua, em 1990, foi constituída a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare). Em 1993, foi construído o programa de coleta seletiva de Belo Horizonte em um trabalho conjunto com a Asmare durante a gestão de Patrus Ananias (1993-1996) (PEREIRA, 2011). É interessante observar que as três experiências têm sua origem em trabalhos desenvolvidos por organizações da Igreja Católica, e que nas três cidades os programas de coleta seletiva foram criados durante gestões do Partido dos Trabalhadores (PT). (Pereira e Teixeira, 2011, p.896-897)

O caso de Porto Alegre foi uma das grandes referências para a organização do MNCR, pois a cidade havia fechado o lixão em 1990, implantado o serviço de coleta seletiva na cidade e organizado – nesta década – em 14 associações com 700 catadoras/es associadas/os (Rosado, 2009, p.81). Cada grupo contava com galpão, equipamentos, pagamento dos custos operacionais – energia, água, fitilhos para amarrar fardos, óleo hidráulico para prensas enfardadeiras de materiais recicláveis –, e a definição da construção dos galpões e a compra dos equipamentos dava-se dentro dos espaços deliberativos do orçamento participativo.

Enquanto em Porto Alegre estes problemas sociais estavam sendo resolvidos, no país apenas estavam iniciando a sua identificação e, entre eles, o trabalho infantil era o principal. A estratégia adotada para a solução do problema foi a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), elaborado pelo governo federal e contava com apoio de diversas entidades, como vemos a seguir.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) teve início, em 1996, como ação do Governo Federal, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para combater o trabalho de crianças em carvoarias da região de Três Lagoas (MS). Sua cobertura foi, em seguida, ampliada para alcançar progressivamente todo o país num esforço do Estado Brasileiro para implantação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento do trabalho infantil, atendendo as demandas da sociedade, articuladas pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI). (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023)

Este programa partia da identificação da presença de crianças catadoras/es nos lixões e nas ruas do país, o que evidenciou a pauta das/os catadoras/es como um dos problemas a serem resolvidos para a erradicação do trabalho infantil; afinal, as crianças estarem trabalhando junto com seus pais, não era sua culpa, nem mesmo de seus pais. Para resolver o problema das crianças no lixo, como era a identificação das/os filhas/os das/os catadoras/es, foi lançada uma campanha, no âmbito do programa PETI, chamado de Criança no Lixo, Nunca Mais. Segundo as informações base do programa, no Brasil existem 45 mil crianças e adolescentes trabalhando nos lixões:

Segundo dados do Unicef, há no Brasil 45 mil crianças e adolescentes que trabalham no lixo ajudando seus pais a catar embalagens plásticas, papéis, latinhas de alumínio e outros objetos. O risco para a saúde dessas crianças é grande porque, segundo dados do IBGE, 74% dos municípios brasileiros depositam lixo hospitalar a céu aberto. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2023)

Para resolver a situação das crianças do lixo, era necessário também resolver a situação das/os catadoras/es e, claro, o envolvimento dos estados e prefeituras e todas as instituições que pudessem apoiar essa campanha, seja com recursos, pesquisas e levantamento de informações, seja com a mobilização e organização das/os catadoras/es em associações e cooperativas, ou até mesmo em grupo informais nas ruas, vilas e lixões de todo o País. Aqui, ressaltamos a importância destas três referências de organização de catadoras/es, a COOPAMARE, a ASMARE e a FARRGS, pois todas tinham referências em organização social, apoio institucional e social.

Nessa perspectiva, a cidade de Porto Alegre torna-se uma referência nacional, pois havia encerrado seus lixões, implantado a coleta seletiva, identificado, organizado e incluído as/os catadoras/es no programa de reciclagem da cidade, com um forte destaque ao fortalecimento do protagonismo da categoria, organizada em associações que recebiam apoio direto do município, sendo um dos primeiros a erradicar o trabalho infantil no lixão, funcionando como um modelo para o País.

Nesse cenário, nasce o Fórum Nacional Lixo e Cidadania (FNLC), um fórum nacional em que participava um conjunto de 50 instituições governamentais e não governamentais, criado em 1998 por estímulo e sob a coordenação do UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, visando a erradicação do trabalho infantil no lixo no Brasil. Uma das principais discussões, no âmbito desta articulação

institucional nacional, apontou para a criação do programa PETI. Conforme o guia Lixo e Cidadania, Guia de ações e programas para a gestão de resíduos sólidos (2005), o FNLC operava dentro de três principais objetivos:

- Retirar todas as crianças e adolescentes do trabalho com lixo nos lixões e nas ruas, promovendo sua inclusão educacional;
- Promover a inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis, especialmente por meio de apoio à sua organização e de programas de coleta seletiva;
- Erradicar os lixões, implantando sistemas de gestão integrada e sustentável dos resíduos sólidos, com participação de todos os envolvidos, especialmente os catadores.

Nas palavras de Pereira e Teixeira (2011), o resumo do histórico da criação do FNLC, em que relata a precariedade do trabalho das/os catadoras/es, mas principalmente das crianças do lixo.

Na década de 1990, começou a ganhar repercussão pública a situação precária de milhares de pessoas, inclusive crianças, que sobreviviam da cata de materiais em lixões. Diante dessa situação de calamidade em vários lixões do país, em 1998 foi criado o Fórum Nacional Lixo e Cidadania (FNLC) por uma iniciativa do United Nations Children's Fund (UNICEF) com os seguintes objetivos: erradicar o trabalho de crianças e adolescentes em lixões; estimular a inserção social e econômica de catadores em programas de coleta seletiva; e mudar a forma de destinação do lixo no país, eliminando os lixões e adotando aterros sanitários. O Fórum era coordenado por uma secretaria executiva composta por: representantes do UNICEF, entre eles Heliana Kátia Tavares, que passou a ser gestora do programa após o término do governo Patrus Ananias em 1996; do Ministério do Meio Ambiente; do Ministério Público Federal; da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (SEDU); da Caixa Econômica Federal; da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA); e da ONG Missão Criança. Posteriormente foram criados fóruns estaduais Lixo e Cidadania em 23 estados da federação. Fóruns municipais também foram constituídos e se multiplicaram pelo país. A iniciativa do UNICEF contribuiu para trazer à discussão pública a situação precária daqueles que sobrevivem da cata de recicláveis no lixo. (Pereira e Teixeira, 2011, p. 905)

A campanha Criança no Lixo, Nunca Mais foi criada em 1999, com o propósito de convidar a sociedade a contribuir no enfrentamento deste problema social, principalmente os governadores e prefeitos, para que criassem Fóruns Estaduais, Municipais e implantassem o Programa Lixo e Cidadania.

No Rio Grande do Sul, o Fórum Estadual Lixo e Cidadania era coordenado pela Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN) e reunia diversas secretarias de estado e outras entidades como a Universidade Federal

do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, a FARRGS, entre outras entidades, que se reuniam mensalmente. E era nos estados que as organizações não governamentais (ONGs) participavam de forma voluntária. A seguir, reforço essas ideias com informações trazidas da publicação Lixo e Cidadania.

O Fórum Nacional se articula com uma rede de fóruns estaduais implantados em quase todo o país e com fóruns municipais, que constituem espaços de gestão compartilhada entre os diversos atores do Poder Público e da sociedade civil que atuam em resíduos sólidos e em áreas correlatas no nível local. Em quase seis anos de existência, o Fórum apresenta conquistas importantes, como a distribuição de mais de 45 mil bolsas para a reposição da renda cessante de crianças que trabalhavam com lixo em todo o país, o fortalecimento da organização dos catadores e sua progressiva inclusão social e o início da mudança de padrão na gestão de resíduos sólidos, que pouco a pouco altera o quadro de degradação ambiental provocado de lixões. (Lixo e Cidadania, Guia de ações e programas para a gestão de resíduos sólidos, 2005).

Os diálogos no âmbito do FNLC apontavam para a organização, fortalecimento, valorização e reconhecimento das/os catadoras/es e, junto com isso, a implantação de programas de coleta seletiva, investimentos em construção de galpões com máquinas e equipamentos para a reciclagem, o encerramento dos lixões, buscando-se com isso resolver a questão social das crianças no lixo.

No ano de 1999, ocorreu o encontro nacional de catadores na cidade Belo Horizonte/MG, e representantes dos FNLC estaduais fizeram-se presentes como organizadores do encontro, tendo a participação de catadoras/es representantes da Coopamare, Asmare e da FARRGS. Depois de muitos diálogos, um dos encaminhamentos deste encontro foi a organização do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, a ocorrer na capital política do País, Brasília, dois anos depois, no ano de 2001.

Estas entidades de catadoras/es, com apoio de outras entidades, ficaram responsáveis pela mobilização das/os catadoras/es, pois era necessária uma grande mobilização para fazer chegar as informações nos estados e municípios e para que, localmente, as entidades pudessem apoiar as/os catadoras/es para participarem do congresso.

A FARRGS ficou como entidade responsável pela articulação e mobilização da região sul do Brasil, nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Ocorreram algumas viagens de catadoras/es pelos estados e, em algumas cidades, mas a articulação dava-se principalmente entre as prefeituras, as quais tinham

infraestrutura, principalmente telefone e fax, para receberem e compartilharem as informações.

As prefeituras eram contatadas e questionadas quanto a presença de catadoras/es em suas dependências, se havia alguma organização ou apoio da prefeitura, as quais ficava comprometidas em articular e informar as/os catadoras/es sobre o congresso, comprometendo-se, quando no caso, em contribuir com a presença de catadoras/es no congresso, onde obviamente, quando nestes casos, estavam acompanhados de técnicos do município.

O congresso foi um grande aprendizado para todas/os, sejam as/os catadoras/es, bem como estudantes e técnicos dos municípios, pois este torna-se um divisor de águas, no reconhecimento por parte do estado da categoria, a qual, foi encaminhado pelo congresso e conquistado no ano seguinte, o reconhecimento da profissão catador na Classificação Brasileira de Ocupações, sob o número 5912 (CBO, 2002).

Foram quatro dias de congresso, nos dias 04, 05 e 06 de junho, organizado em mesas, seminários, debates e trabalhos em grupos, e que contou com a presença de 1700 catadoras/es advindos de todos os estados do Brasil. O congresso se encerrou no dia 07 de junho com uma grande marcha de rua, chamada Marcha do Povo da Rua, tendo a participação de 3 mil manifestantes, entre eles, a população em situação de rua.

Eu estive como delegado pela cooperativa ASCAT neste congresso; eu tinha 21 anos na época, e meu desejo em participar era realmente pela viagem, por conhecer Brasília, apesar de sempre ter sido catador, eu nem pensava e jamais imaginava a importância desse encontro. Já escrevi sobre este congresso no *Livro do Lixo a Bixo, a Cultura dos Estudos e o Tripé de Sustentação da Vida* (Cardoso, 2021) em que afirmo:

Fomos de ônibus, uma viagem de quase 40 horas. Do Estado do Rio Grande do Sul, fomos em três ônibus, em torno de 120 catadoras/es. O evento aconteceu numa grande tenda que acomodava 2 mil pessoas sentadas, no pátio da Universidade Federal de Brasília (UnB). Enquanto o encontro acontecia, eu estava passeando pela cidade, registrando fotos, conhecendo os lugares. Sabe aquela pessoa que vai num encontro porque deseja apenas sair da sua difícil rotina, dentre tantas outras, também era eu. Participei de poucas partes do evento em si, fui muito mais ativo na 1ª marcha nacional do povo da rua, que reuniu em torno de 5 mil pessoas entre moradoras/res em situação de rua, catadoras/es e apoiadoras/es. Minhas memórias sobre o evento em si são menores por minha capacidade de observação quanto de participação eram menos que atualmente. Eu tinha 21 anos e estava maravilhado com a possibilidade de conhecer a capital do meu país, era mais

que um sonho. Num dado momento, entrei no Senado Federal, numa audiência que discutiu e foi importante para a aprovação da profissão de catadores de materiais recicláveis, a qual passou a ser reconhecida na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, me maravilhando muito. Foi um dos momentos que mais me senti sendo gente, importante, tanto que guardei o adesivo de visitante por dois anos na minha carteira. Eu estava ali escutando senadores falarem muito bem de nossa categoria, naquele momento minha ideia sobre os políticos era completamente diferente de hoje. (Cardoso, 2021, p. 92 - 93)

Fui para o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e como reciclador e retornei como catador de materiais recicláveis. No congresso, uma das discussões realizadas era em torno da identidade da categoria, a qual era chamada de vários nomes, entre eles papeleiras/os, recicladoras/es; coletivamente definimos por sermos catadoras/es de materiais recicláveis, criando um nome único, unificador, uma identidade coletiva. A figura 37 mostra uma foto do evento.

Figura 37 - Foto do 1º Congresso Nacional dos Catadores, Brasília, DF (2001)



Fonte: Arquivo MNCR

Entendemos que a sociedade deveria nos valorizar por aquilo que escolhemos ser, pela nossa própria identidade e, claro, por compreendermos que o movimento é do povo da rua, que a rua tem muito significado, disputas e, obviamente, poder. O acesso às ruas é o acesso aos materiais recicláveis e aos direitos da categoria.

A/o catadora/r não é o reciclador. Os recicladores ficam com a maior parte das riquezas e são os que menos trabalham, conforme nossos estudos e segundo já afirmamos, 90% das riquezas geradas na cadeia da reciclagem ficam nas mãos dos recicladores e suas indústrias, que usam de tecnologias pesadas e caras, altamente concentradas; apenas 10% do trabalho ficam com as/os catadoras/es. Logo, chamar o catador de reciclador é o mesmo que chamar um bancário de banqueiro ou um sem-

terra de latifundiário. Somos catadoras/es de materiais recicláveis, essa é a identidade que escolhemos, é o que nos identifica, é nossa representação.

Para a organicidade do movimento, definiu-se um organograma com as representações da categoria, que se articula a partir de princípios inegociáveis, pois princípios não se negociam, não se vendem, se defendem. Esses princípios estão estabelecidos no primeiro e um dos mais importantes documentos do MNCR, denominado Carta de Brasília (Anexo 2), de onde são extraídos e definidos os princípios e objetivos que orientam a atuação e organização de todo o movimento, a simbologia em torno da bandeira verde do MNCR, bem como dos materiais recicláveis.

No ano 2005, a comissão nacional do MNCR – mais adiante discutirei seu papel – debatia sobre a data de fundação do movimento, o qual nasce no primeiro congresso nacional, deliberando pelo dia 07 de junho, data da marcha realizada como fechamento do congresso. Avaliamos que os dias anteriores da marcha foram imensamente importantes, pois foi um espaço em que o trabalho não era apenas com os braços, era o pensar e, a partir disso, deste ato de pensar, principalmente sobre si mesmo e enquanto categoria, olhando para uma realidade que não era isolada, que não era somente sua, se deliberou sobre a organização de um movimento social que pudesse formar, fortalecer e representar a categoria.

Assim sendo, desde o ano de 2005, catadoras/es saem as ruas no dia 07 de junho, para lutarem pelos seus direitos, mutas marchas, ocupações, encontros e formações são realizadas, buscando conscientizar a categoria, bem como toda a sociedade sobre a importância do trabalho das/os catadoras/es de materiais recicláveis.

4.2 ORGANICIDADE E CAPILARIZAÇÃO DO MNCR NO BRASIL

Tente outra vez
 Veja!
 Não diga que a canção
 Está perdida
 Tenha fé em Deus
 Tenha fé na vida
 Tente outra vez!

Beba! (Beba!)
 Pois a água viva
 Ainda tá na fonte
 (Tente outra vez!)
 Você tem dois pés

Para cruzar a ponte
Nada acabou!
Não! Não! Não!
[...]
- Raul Seixas (1975)

Na figura 38, organograma de organização do MNCR, o qual conta com um conjunto de cooperativas, associações e até mesmo grupos de catadores em comunidades, inclusive em lixões, como bases orgânicas, indicadas em amarelo no esquema. As bases orgânicas são o movimento, pois toda catadora/r está vinculada/o a uma dessas bases vinculada ao movimento. O MNCR nunca será apenas as lideranças, as coordenações, mas, sim, todas as/os catadoras/es.

É pelas bases orgânicas que estão os principais objetivos do MNCR, podendo ser resumido na conquista da reciclagem popular, que vai desde o controle da gestão de resíduos até a transformação em novos produtos, distribuindo as riquezas e o conhecimento a partir dos resíduos através de uma formação emancipatória, de uma gestão solidária e da democracia direta, em que todas as catadoras e catadores têm vez e voz. Essa forma de organização rompe com a verticalização da cadeia produtiva, reconhece e valoriza a categoria como um todo, gerando maiores índices de reciclagem, economia aos cofres públicos e proteção à natureza pela economia de recursos ambientais e pelo aumento da vida útil dos aterros sanitários.

Com a reciclagem popular, evitamos que outras políticas excludentes sejam implementadas a partir de privatizações e a falta de controle social, ou seja, a ausência de participação da sociedade na gestão da execução dos serviços públicos; buscamos evitar terminantemente os lixões, resíduos que podem ser aproveitados destinados a aterros sanitários, a incineração e outros processos de tratamento térmicos de resíduos como coprocessamento, pirólises, plasma e outras técnicas de combustão de resíduos pela elevação de temperatura e, desta forma, evitamos o envio de milhares de toneladas de matérias persistentes causadoras de efeito estufa e outros, que são as principais causas das mudanças climáticas, principalmente, o aquecimento do planeta.

A reciclagem popular combate diretamente a pobreza e a miséria, distribuindo as riquezas a todas/os as/os trabalhadoras/es envolvidas/os na cadeia produtiva da reciclagem, o que fortalece a economia local, pois a/o catadora/r faz girar seus recursos localmente, no mercadinho da esquina, na lojinha do bairro, na construção e ampliação de suas habitações, na melhoria de sua alimentação.

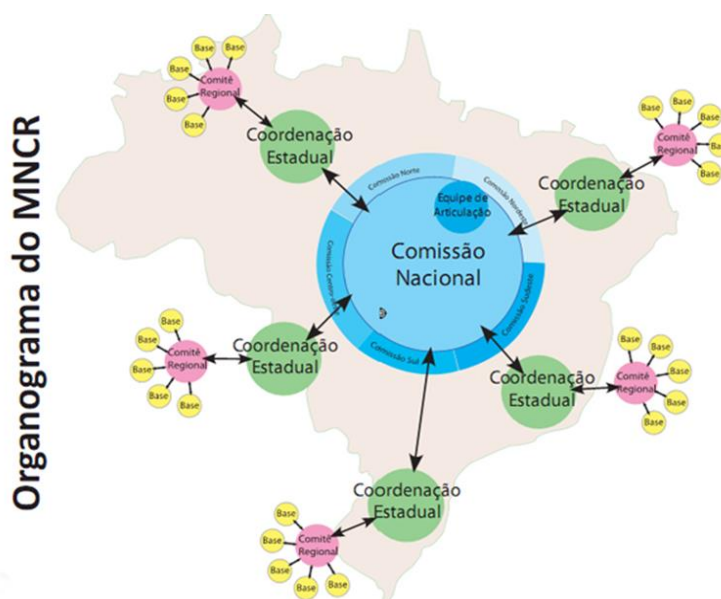
Esse processo, garantido pela luta do MNCR e de suas bases orgânicas, é uma forma concreta de economia circular local, que faz com que os recursos circulem localmente, gerando inclusão social local, postos de trabalhos locais em alternativa à economia linear, que, além de concentrar riquezas, ainda atua na destruição dos resíduos ou na sua destinação para aterros ou lixões a céu aberto.

A organização coletiva da categoria em bases orgânicas é, concretamente, o acesso ao trabalho, a inclusão social e econômica, a reciclagem popular e seus diversos serviços: educação ambiental, coleta seletiva solidária, triagem, gestão de serviços, destinação adequada dos resíduos; assim coletivamente, a categoria ganha em visibilidade, em representatividade, em igualdade umas/uns para com as/os outras/os.

É também na base orgânica que se apresentam os principais desafios da categoria, como falta de infraestrutura, de contratos de prestação de serviços, de formação técnica, política e administrativa, de resíduos com qualidade, ao mesmo tempo em que, pela base orgânica, se exercita a solidariedade, o apoio mútuo, a empatia, o sentido de cooperar, entendendo que a/o outra/o é uma/m igual, merecendo tanto quando você crescer e se desenvolver, sem ninguém à frente, o que significa que outras/os teriam que ficar para trás, como acontece na maioria das empresas privadas.

A base orgânica se sustenta através das assembleias gerais que discutem os problemas do dia a dia e, a partir de sua delegação, se encaminha a discussão para o comitê regional; essa delegação também é responsável por trazer a discussão do comitê regional; é uma via de mão dupla que vai desde a base orgânica até a coordenação estadual e a comissão nacional, criando um fluxo de informações e tomadas de decisões que buscam envolver a categoria como um todo; e é isso que chamamos de democracia direta.

Figura 38 - Organograma holocrático de autogestão do MNCR



Fonte: MNCR, 2022.

A base orgânica – nesta dissertação trabalhei com a cooperativa ASCAT para exemplificar –, é onde o trabalho acontece, é onde a/o catadora/r participa do movimento, é onde ele exercita a solidariedade, o apoio mútuo, a democracia direta, a ação direta, é onde ela/e pratica os princípios do MNCR.

A luta do MNCR é garantir a organização coletiva solidária, sem a competição, que colocaria as/os catadoras/es como concorrentes, como rivais. Este é um dos principais problemas que enfrenta a parcela da categoria que atua individualmente nas ruas e lixões, ou seja, a concorrência entre a própria categoria, o que leva, às vezes, a considerar seu igual como inimigo.

As bases orgânicas organizam-se regionalmente, de acordo com a proximidade e territorialização; com os recursos empregados em transporte, alimentação e hospedagem, catadoras/es reúnem-se em comitês regionais, apresentados em rosa no esquema. Na prática, cada grupo de catadoras/es, associação ou cooperativa, a base orgânica, delibera duas representações, podendo ser uma catadora ou um catador, respeitando a deliberação sobre equidade de gênero, podendo ser duas catadoras, mas jamais dois catadores.

Os comitês regionais são as instâncias regionalizadas no Estado, uma forma de aproximar a categoria, bem como de exercitar os princípios do MNCR, como a solidariedade de classe, o protagonismo, a ação direta, pois geralmente os problemas de um grupo, possivelmente serão problemas de outros ou, em caso de solução de problemas, esta pode ser compartilhada com os outros regionalmente. Desta forma

também se constituem as referências regionais da categoria, quem tem a responsabilidade de esperar, de organizar e de acreditar que a cooperação e a solidariedade são princípios para a vida e que podem melhorar a vida de todas/os.

Cada comitê regional delibera sobre duas representações para a coordenação estadual; esta deliberação precisa, posteriormente, ser acatada, deliberada num congresso estadual, onde as representações das bases apresentam suas propostas de coordenadores estaduais, com discussão regional no comitê, e, estadualmente, se delibera sobre a coordenação estadual. Logo, a coordenação estadual do MNCR é formada por duas representações por região do estado, buscando, assim, a capilarização e regionalização das decisões.

A coordenação estadual, a cor verde no organograma da figura 38, delibera sobre duas representações na comissão nacional, representada pelo azul mais claro, sempre respeitando a equidade de gênero, podendo ser duas mulheres, por ser a categoria formada majoritariamente por mulheres (70%). Portanto, é justo que as mulheres catadoras sejam as coordenações referências do MNCR.

A escolha da delegação da coordenação estadual na comissão nacional dá-se também pelo congresso estadual da categoria, o qual deve obrigatoriamente ter a participação de dois ou mais representantes da comissão nacional de outros estados brasileiros como forma de ampliar o debate, de garantir transparência das definições políticas, além de integrar o movimento como um todo e fortalecer a identidade da categoria.

A comissão nacional é composta por duas representações delegadas de cada estado brasileiro e se reúne, no mínimo, a cada semestre, mas sem haver obrigação de prazo entre uma reunião e outra. No período pós-pandemia tem se reunido, no mínimo, a cada bimestre. Essa comissão delibera sobre a representação da equipe de articulação nacional.

A equipe de articulação nacional conta com duas representações da comissão nacional, representando as 5 regiões do Brasil, e tem como principal função a execução das decisões e deliberações da comissão nacional. É, portanto, uma equipe mais executiva e, pelo caráter de encontros e planejamento de ações, tem também a representação política do MNCR, juntamente com toda a comissão nacional. Essa equipe tem ainda o papel de elaborar, apresentar e coordenar os projetos de fortalecimento do MNCR, que garantem os recursos para as reuniões da comissão nacional, além de propor as pautas e geralmente a coordenação das reuniões.

Todas as representações do movimento precisam estar vinculadas e advindas das bases orgânicas, levando em conta que o movimento tem a prática a democracia direta. Deste modo, as discussões, principalmente quando em tempo, são das bases e, quando necessário, avançam para as discussões do comitê regional e, em alguns casos, para a coordenação estadual, a qual tem a deliberação, sendo a instância máxima no estado.

As pautas que abrangem o estado, bem como os projetos e as lutas regionais, são pautas da coordenação estadual. Esta delibera sobre a articulação e a participação de outros comitês regionais e bases orgânicas como apoio nas lutas locais. Às vezes, são seminários, formações, eventos de variadas naturezas que fazem com que a coordenação estadual circule em todo o estado, criando e referendando, desta forma, as lideranças do movimento.

As pautas de discussão da comissão nacional são demandadas pelas coordenações estaduais, bem como pela equipe de articulação ou ainda por membros da comissão nacional. Na comissão nacional, somente catadoras/es podem deliberar e dependo do assunto. Por exemplo, se for um caso mais jurídico, demanda a participação de técnico jurídico; neste caso, a/o advogada/o que já tem relação estabelecida com o movimento há muito tempo e atuou em outros casos e discussões, para que participe quando sua discussão ocorrerá naquele momento específico da pauta; este, depois de encerrada sua proposição, se retira para que a comissão nacional possa fazer os encaminhamentos e continuidade das outras discussões.

Participação externa, posso citar por exemplo a participação do ex-ministro Chefe da Presidência da República Gilberto Carvalho, que apresentou uma proposta ao movimento num dado ano, ou ainda, técnicos da ANCAT ou da Unicatadores ou outras entidades que sejam parceiras do MNCR que precisa apresentar, discutir ou encaminhar demandas.

Logo, o protagonismo não se reflete apenas na representação, mas nas discussões, nas formas de encaminhar e deliberar sobre as pautas e as ações do movimento como um todo, sem desconsiderar apoiadoras/es, já que entendemos que precisamos caminhar com nossas próprias pernas, com nossa própria cabeça e, principalmente, com nossos corações.

É necessário aprender quando não se sabe, compartilhar aquilo que se sabe, para que todas/os cresçam sem deixar ninguém para trás. Pressupomos que apoiadoras/es entendam isso, e, mais do que isso, possam de fato praticar; logo, não

é nenhum desrespeito solicitar que alguma/m apoiadora/r se retire da sala; ao contrário, esta/e entende que é uma forma de crescimento da categoria, que antes precisava dela/e e agora o movimento pode, enfim, caminhar sozinho.

Entendemos que a/o apoiadora/r, são para apoiar a caminhada; quando tropeçamos, precisamos de um apoio para passar um obstáculo; quando estamos caindo ou desistindo de continuar a caminhada porque não sabemos dar o próximo passo, entra então a/o apoiadora/r, como apoio, para que possamos seguir. Ela/e dá sua contribuição, compartilha seus conhecimentos, recebe os nossos nesta partilha e depois que compreende que estamos caminhando, solta nossas mãos, para que possamos livremente caminhar.

Apoiadora/r não é aquela/e que está à frente, que puxa para andarmos em seu ritmo, no seu caminho, na forma de seu desejo de caminhar, por isso, apoiar a quem define ser protagonista, já é uma grande decisão; são de pessoas assim que precisamos, aquelas/es que compreendem que temos saberes diferentes, justamente porque andamos por caminhos diferentes e que, por isso, somos diferentes, o que não impede que possamos compartilhar e atingir nossos objetivos de sermos pessoas melhores, definindo de forma coletiva os melhores rumos para quem, às vezes, não sabe caminhar.

Essa é a ideia de apoiadora/r do MNCR, ou seja, a de pessoas que tenham capacidade de saber compartilhar, de aprender e deixar-se aprender com saberes que muitas vezes não são valorizados, como o das/os catadoras/es de materiais recicláveis. A força e alegria de uma/m apoiadora/r da-se mais fortemente quando o grupo ou catadoras/es que está/e apoia, consegue caminhar com suas próprias pernas. É de fato a partilha de conhecimentos que liberta as pessoas, as quais passam a andar com suas próprias pernas, bem como tomarem decisões, sem precisar de apoio ou permissão, fortalecendo o protagonismo da categoria.

4.3 SIMBOLOGIA - IDENTIDADE COLETIVA DAS/OS CATADORAS/ES

A individualidade deve existir, pois ela é o alicerce da identidade da personalidade. [...] Não há duas pessoas iguais no universo. Mas o individualismo é prejudicial.

- Augusto Cury (S/D)

Para a construção de um movimento social, é preciso muito mais do que haver problemas sociais para serem resolvidos, objetivos a serem conquistados, ou seja, o movimento social é muito mais do que suas reivindicações sociais e bandeiras de luta;

movimento social é a própria organização social de pessoas que desejam e lutam pela construção de um mundo solidário, sem injustiças ambientais, econômicas e sociais. Assim foi a base de criação do MNCR.

Para a organização social do MNCR, foi necessário a mobilização nacional da categoria, conforme vimos no histórico do movimento. Foi necessário também criar a necessidade de organizar-se para lutar nacionalmente, vencer a barreira das distâncias, bem como criar e fortalecer a representatividade a partir do protagonismo da categoria, a qual tem como lideranças, as/os próprias/os catadoras/es, e, a partir daí, organizar a luta pela conquista dos objetivos.

Foi necessário trabalhar, igualmente, a construção da identidade coletiva, ou seja, nos olharmos como iguais, nos compreendendo desde o passado semelhante, planejando o futuro coletivamente e, para isso, foi fundamental, por um lado, conhecer nossa própria realidade, nossa história comum, de onde viemos, para compreender os problemas comuns e, por outro, trabalhar a nossa representatividade, nossa forma de nos representar coletivamente.

Para isso, além das nossas lideranças, era preciso trabalhar nossas próprias cores, nossas músicas, nossas palavras de ordem, nossa própria bandeira, ou seja, nossa construção simbólica de catadora/r de materiais recicláveis, para, a partir deste conjunto simbólico do eu catador, operarmos na produção do conhecimento para reescrever nossa própria história.

“A nossa bandeira do MNCR é o símbolo de representatividade e de unidade das catadoras e catadores de materiais recicláveis do Brasil, símbolo de resistência, organização e principalmente de defesa de direitos sociais e ambientais” (MNCR, 2023); são pelas cores e os desenhos que, nacionalmente e internacionalmente, a categoria se reconhece. É nosso maior símbolo de unidade nacionalmente.

A bandeira foi criada em 2001, ocupando a primeira marcha nacional do povo da rua, no dia 07 de junho de 2011, momento em que fundamos o MNCR, conforme se lê a seguir.

Desde o ano de 2001, quando a primeira [bandeira] se estendeu nas ruas de Brasília puxando a 1º Marcha Nacional do Povo da Rua com milhares de catadoras e catadores de materiais recicláveis e moradoras e moradores em situação de rua de todos os cantos do País, demonstrou que jamais seria abaixada, que tornaria-se uma das mais importantes ferramentas de organização social nas grandes e pequenas cidades brasileiras, levada e hasteada por milhares de pessoas, conhecida em todos os continentes. (MNCR, 2023, s/p.)

A simbologia central da bandeira já estava criada, foi a base do cartaz do nosso primeiro congresso nacional de catadoras/es em Brasília; entretanto, no congresso, a cor de maior volume, era azul. Em nossas discussões de grupos durante o congresso, entendíamos que a pauta da categoria tinha que se encontrar com a pauta ambiental. Claro que não foi pelo meio ambiente que nos tornamos catadoras/es de materiais recicláveis inicialmente, mas foi principalmente por estarmos desempregadas/es, sem-terra, já que nossas pequenas propriedades foram retiradas pelos bancos ou foram compradas pelo agronegócio, nos anos da ditadura militar.

É daí que começa a criação das favelas e o aumento do contingente de catadoras/es, os quais, sem conseguirem outro trabalho, se ocupavam da catação para sobreviver. No entanto, a pauta social, mesmo sendo a mais difícil à época, na nossa avaliação, só passaria a ser importante se estivesse ligada à pauta ambiental. Por isso, nossa bandeira ficou com a cor verde em sua magnitude, verde folha, para representar a natureza. Abaixo, a explicação de toda a bandeira conforme MNCR (2023):

Com cores fortes, imponentes e vibrantes, cada uma tem representatividade especial, o verde folha é a representação da natureza, nossa principal luta, em seguida o azul, que representa nosso comprometimento com a luta e nossas águas, o amarelo representa as catadoras e catadores de mãos dadas formando o mapa do Brasil, demonstrando nossa maior riqueza, a nossa unidade na luta pela economia solidária, o preto é o carrinho, símbolo de nossas ferramentas de trabalho e uma das provas de que esta economia nos exclui, pois desde a invenção da roda, toda a tecnologia, inteligências artificiais, a riqueza e a “evolução” dos seres humanos, nós puxamos carrinhos e por fim o vermelho, simboliza nossa paixão, nosso amor, nosso sangue que pulsa em nossas veias e corações, simboliza a figura da catadora e catador de materiais recicláveis, principal ator da reciclagem. (MNCR, 2023, s/p.)

Nossa bandeira representa nossos maiores desafios, bem como nossos objetivos, mediados pelos princípios que orientam nossa luta e organização. Sabemos que nunca vamos vencer somente enquanto catadoras/es, mas sim enquanto sociedade, enquanto povo, enquanto classe, não enquanto indivíduos que pensam que os problemas atacam somente a si. Sabemos que os problemas ambientais, sociais e econômicos atingem a sociedade como um todo, deixando apenas alguns privilegiados de fora, os quais concentram as riquezas e compartilham a pobreza, a poluição e as desigualdades sociais. A bandeira representa mais do que somente nossa categoria, ela representa um povo, conforme indicado a seguir.

A bandeira representa a resistência dos humildes, dos pobres e excluídos, mostra a força negra que mesmo depois de escravizada, resiste até hoje contra a exclusão e o racismo. Mostra a força das mulheres, referências em suas famílias, cooperativas e comunidades, sendo a maioria da categoria. Mostra acima de tudo, a coragem de quem ousa se organizar e lutar por um mundo melhor, uma sociedade de justiça social e ambiental, solidária e inclusiva. Nossa bandeira é um símbolo de resistência e combate ao atual sistema político e capitalista vigente, sendo uma forma de denúncia dia a dia de que este sistema de organização social hierárquico e econômico capitalista, são baseadas na destruição da natureza, na exploração o trabalho, exclusão social e são altamente concentradores de riqueza e de poder à poucos, gerando miséria a maioria (MNCR, 2023, s/p.).

A bandeira é o símbolo que prova a possibilidade da organização social, mesmo diante de condições, às vezes quase sub-humanas, onde não há perspectivas, a bandeira mostra esta possibilidade. Nas rodas de formação, nas visitas de lideranças nos grupos, mesmo que seja a primeira vez que as/os catadoras/es visitados tenham o primeiro contato com o MNCR, ele dá-se na roda de conversa, com a bandeira bem no meio, a qual segue como orientadora da possibilidade de avanço. Muitos são os casos de catadoras/es choraram ao verem a bandeira a primeira vez, pois ou não sabiam que de fato existia, ou pensavam que jamais receberiam uma visita do MNCR.

Nossa bandeira prova que é possível uma outra forma de organização social e econômica, baseada numa outra forma de produzir que protege a natureza, que compartilha as riquezas e os conhecimentos produzidos e decide coletivamente os rumos da organização, através de nossas organizações solidárias, bases organizadas do MNCR, ou seja, nossas Associações, Cooperativas e Grupos em Formação formadas exclusivamente de catadoras e catadores de materiais recicláveis (MNCR, 2023, s/p.).

A bandeira também significa o comprometimento com o MNCR e o apoio nas lutas pelos nossos objetivos, uma ação que marca profundamente cada catadora/r que ganha sua bandeira. Deixamos como opção para cada base ou catadora/r fazer a sua bandeira, mas fazemos questão de dar a primeira bandeira, como símbolo de solidariedade, de apoio mútuo, como princípio de auto-organização e autogestão, em que as/os catadoras/es se auto representam, tal como diz o documento do MNCR.

Ao empunharmos e levantarmos nossa bandeira, nos comprometemos com princípios de solidariedade e apoio mútuo, democracia direta, independência de classe, autogestão e auto-organização, nos comprometemos com a luta pela Economia Solidária, pela defesa da natureza e de todos os seres humanos e não humanos, assumindo para nós, a luta pela revolução social e ambiental. A bandeira deve nos acompanhar diariamente, sendo parte de nossa vida militante, bem como deve estar sempre hasteada em local de grande visibilidade em nossas cooperativas, bem como em salas e escritórios onde ocupamos, sendo parte central de nossos encontros e assembleias, sendo parte fundamental de mesas e conversas que organizamos e

participamos com a sociedade. A bandeira do MNCR, nossa luta, nosso símbolo (MNCR, 2023, s/p.).

A maior bandeira do MNCR, chamada de Bandeirão, tem 40 metros de comprimento por 25 de largura, pesa aproximadamente 72 quilos quando seca, chegando a 200 quilos quando molhada. Está presente em nossos grandes eventos, seja nos encontros estaduais, nacionais ou internacionais; eventos com grande representação da categoria, pois é necessário 300 catadoras/es para empunhar coletivamente a bandeira de forma confortável e mais de 600, quando molhada. Além do mais, não é em qualquer parede que ela cabe, logo, nem sempre conseguimos hastear o bandeirão.

Figura 39 - Bandeirão do MNCR com partes enroladas para caber na rua



Fonte: Foto arquivo MNCR

Portanto, a bandeira do MNCR é nosso maior símbolo, representando toda a categoria, bem como todas as pautas nas quais estamos inseridos. A figura 40, foi tirada no ano de 2019, quando estive representando nossa categoria na Organização das Nações Unidas, em Nairobi-Quênia. Seja no lixão, no palácio, nossa bandeira sempre se erguerá do chão.

Figura 40 - Apresentando bandeira na ONU



Fonte do Acervo pessoal

Além da bandeira, temos músicas da categoria que falam da luta, da resistência, da organização da categoria em movimento. Uma das músicas, embala o movimento desde o primeiro congresso nacional e acabou se tornando o hino das/os catadoras/es, cantado de norte a sul e que embalam nossos eventos, nossos encontros e marchas. Aqui está o Xote da marcha do povo, nosso hino.

XOTE DA MARCHA DO POVO (Hino do MNCR)

Quem sabe andar nessa rua vai em frente
 Pois atrás é que vem gente
 Diz o dito popular
 E quem caminha na linha da esperança
 Arrasta o pé Balança a trança
 Na dança de se chegar

Refrão:

Há quem diga Olé olé olé olá

Catador de norte a sul

E de acolá

Nesta marcha sem parar

Caminhar é resistir

E se unir é reciclar

Ninguém segura essa gente que trabalha

Que grita e fala querendo anunciar

Que é possível a luz de um Novo dia

Em que a nossa alegria

Possa se concretizar

Povo da rua não é do mundo da lua

É a vontade nua e crua

É o desejo de um lar

Que assegure vida e dignidade

Rumo à prosperidade

E ao direito de sonhar

(Dimir Viana, 2001)

Outras músicas falam da coleta seletiva, da organização do MNCR; algumas letras são críticas, base de formação política da categoria. Cada música fala um pouco da história formada a partir da organização nacional das/os catadoras/es em movimento, a exemplo desta passagem da música *Nossa Bandeira* :

[...] separo tudo que eu encontro na minha mesa, eu reciclo a natureza sem padrão pra me mandar, organizado eu tempero a rebeldia, e quando vejo a burguesia, sei que é hora de lutar. Vem catador pro movimento organizado, pois unidos seremos fortes e não seremos explorados, vem catador, recuperar a dignidade, lutando pra construir, um socialismo com liberdade. (Ministro e Jesuri, 2004)

Percebemos que a letra é profunda e reflexiva, cheia de conceitos importantes para dialogar com a diferença entre empresa privada, como base do capital, e as cooperativas, como base da economia solidária, e analisando a sociedade e suas desigualdades. A música é um chamamento para a organização da categoria, a qual nos une, e nos faz mais fortes, também apresenta a discussão sobre socialismo e liberdade. A letra em si é uma base para formação política da/o catadora/r.

As palavras de ordem, as quais são cantadas a todos pulmões, acompanham as formações. Elas são unificadoras, pois, quando cantadas, por serem curtas e de muito significado, todas/os acabam participando e levando para si as palavras de ordem e seus significados. Antes de cada palavra de ordem, eu, principalmente, apresento uma história sobre a representação e a simbologia envolvida. Vamos a ela.

A mão esquerda levantada significa que todas as lutas sociais não são pelo eu individual, mas sim pelo coletivo; não são apenas pelas/es catadoras/es, mas em defesa da natureza, do povo brasileiro, das/os trabalhadoras/es do campo e da cidade. Então, a mão esquerda erguida, significa o coração, o amor, a luta pelo coletivo.

O punho fechado é a unidade de cada continente, se é um encontro internacional; se nacional, significa cada região; se estadual, cada região do estado ou cooperativa ou setor do trabalho na cooperativa; enfim, significa a unidade de cada uma/m que está em luta. Na formação, é exemplificado que há uma parede imaginária a ser derrubada; a parede é o problema para o qual queremos solução; se batermos com os dedos abertos, não derrubamos a parede e ainda quebramos os dedos, ou seja, não resolvemos o problema e ainda aumentamos nossos problemas. Por isso a necessidade e a importância de união e, assim, se levanta o braço esquerdo com a mão aberta, e a cada continente, região do país, do estado, se grita alto para que

escutem todas/os e se fecha um dedo e, assim, vai se falando o próximo e fechado outro dedo; quando se fecha o punho significa a união de todas/os que estão cantando.

Este conjunto de símbolos formam a identidade coletiva das/os catadoras/es de materiais recicláveis, uma forma concreta de organização social e pertença a um coletivo, a um movimento social, que luta coletivamente pelos direitos da categoria. Sem está simbologia, não teríamos nem mesmo a identidade de nos reconhecer enquanto catadoras/es.

4.4 A INJUSTA CADEIA PRODUTIVA DA RECICLAGEM

Brasil, um país com suas riquezas e pobreza.
Somos ricos em rios, cachoeiras, praias e Mata Atlântica.
Somos pobres em não saber reputar tal abundância.
Somos ricos na ignorância, na repugnância.
Somos ricos em salafários que nos dão ânsia.
Somos pobres nas expectativas.
E em não observar nossa perspectiva.
Somos ricos em estribar nossa desigualdade,
Nossos fracassos e acabar com nossos devaneios,
Nossos anseios e afeição.
Somos ricos em formar nossa prole da destruição.
Somos pobres em querer mudar nosso mundo indo tudo em vão.
Samanta Bernardi (s/d)

A Cadeia produtiva da reciclagem é distribuída claramente em trabalho e riquezas. Entretanto, com base na injustiça econômica e social, as distribuições são assimétricas, ou seja, com grandes diferenças em suas distribuições. Ambas funcionam como pirâmides invertidas uma em relação a outra, sendo que a intensidade em trabalho fica majoritariamente com as/os catadoras/es, e as riquezas ficam concentradas na indústria recicladora.

Conforme já comentamos, as/os catadoras/es realizam 90% do trabalho da cadeia produtiva, justamente a parte do trabalho em que menos se emprega o uso de tecnologias, máquinas e equipamentos, restando, então, o corpo e seus saberes como principal força motriz (Quadro 6), que vão desde os planejamentos até a execução da educação ambiental, coleta seletiva solidária, triagem, comercialização e destinação adequada de resíduos.

Quadro 6 - Diferentes categorias de trabalho exercidas/os por catadoras/es

Trabalho exercido	Descrição das principais funções, responsabilidades, competências e habilidades
Educação ambiental	Educação ambiental realizada pelas/os catadoras/es em escolas, grandes geradores,

	empresas e comunidades, com objetivo de sensibilizar, compartilhar conhecimentos em torno da separação, armazenamento e destinação de resíduos recicláveis para a categoria. A sensibilidade da categoria é uma das bases deste processo de formação.
Coleta seletiva solidária	A coleta seletiva solidária é a modalidade de coleta seletiva exercida pelas/os catadoras/es, através de seus veículos motorizados, de tração humana ou animal, mediados pela cultura social da reciclagem (Cardoso, 2022), estando ou não, contratados pela prefeitura municipal, ou geradoras/es de resíduos.
Triagem	É o processo de separação dos resíduos; aqui se dá a passagem de resíduos para materiais recicláveis, pois são separados uns dos outros e agrupados conforme especificações técnicas para a reciclagem dos mesmos.
Comercialização	A venda dos materiais recicláveis se dá por meio de negociações com diversos compradores; alguns são comercializados com compradores que têm relações de confiança, não importando se o valor dos resíduos é maior que o de outros compradores, ou são apenas comercializados com quem oferece mais valor. A negociação parte também de planejamento, com prazos e horários de entrega, carga e descarga dos materiais recicláveis. Geralmente, quem compra e pesa a carga é o comprador, que realiza o pagamento conforme a negociação com as/os catadoras/es.
Destinação adequada de resíduos	Os resíduos advindos da coleta seletiva e solidária não significam que são 100% resíduos recicláveis, havendo materiais não recicláveis, os quais precisam de destino adequado. As cooperativas e associações realizam a destinação conforme a parceria com a prefeitura municipal, ou seja, normalmente a prefeitura é quem faz a coleta e destinação dos rejeitos das associações e cooperativas.

Fonte: elaboração do autor

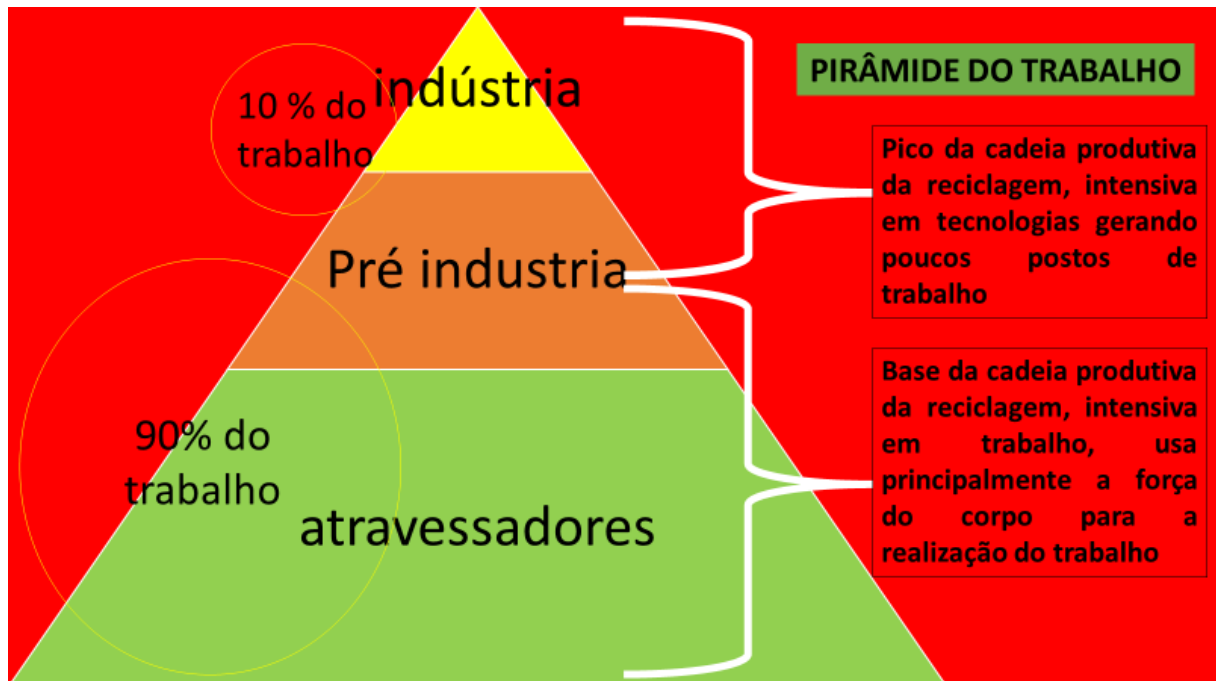
O trabalho das/os catadoras/es é intensivo e, por ser executado principalmente por corpos, sem o uso de tecnologias, gera muitos postos de trabalho, deixando bem visível a linha que separa catadoras/es de recicladores; estes executam sua parcela de trabalho utilizando tecnologias e gerando poucos postos de trabalho e é nesta parte que ocorre o processo tecnológico de transformação dos materiais recicláveis em novos produtos; por isso, os chamamos de recicladores.

Os postos de trabalho na educação ambiental, coleta e triagem são para pessoas excluídas socialmente, seja por terem baixa escolaridade, seja por não terem idade competitiva para ocuparem postos de trabalho ou ainda por terem alguma deficiência. Geralmente, pessoas que não concorrem mais por empregos formais, restando a reciclagem como uma forma digna de sobreviverem. A reciclagem de materiais recicláveis é uma oportunidade de vida para quem já foi morto socialmente.

Antes dos materiais recicláveis chegarem nos recicladores, ou melhor, nas empresas privadas dos recicladores, estes passam pelas empresas atravessadoras, as quais têm como trabalho a compra, coleta nas cooperativas, associações ou ferros velhos, armazenamento – para ter volume – e comercialização com a pré-indústria, que, depois de fazer o primeiro processo industrial, repassa para a indústria final que

transforma os materiais em novos produtos. Em alguns casos, os atravessadores repassam, comercializam, diretamente com a indústria final.

Figura 41 - Pirâmide do trabalho da cadeia produtiva da reciclagem



Fonte: Elaboração pelo autor com base em MNCR, 2023.

Parte da cadeia produtiva da reciclagem funciona como um sistema fechado, baseado no tempo e em relações familiares históricas, em estruturas sociais de saberes, gostos e experiências; assim como eu sou neto de catadoras/es, boa parte dos compradores de materiais recicláveis são filhos e netos de atravessadores. O sociólogo francês Pierre Bourdieu, em suas obras chamadas *O senso prático* (2011) e *A economia das trocas simbólicas* (2007), discute que o mundo social é construído a partir de estruturas objetivas e socialmente construídas, que, por sua vez, são responsáveis por coagir a ação dos indivíduos; nesta lógica, nossas ações estão pré-definida desde o nosso nascer.

Claro que sofreremos mudanças com novas experiências; entretanto, a convivência do cotidiano, que fortalece nossos conhecimentos, ao mesmo tempo vai criando disposições de gostos, aquilo que gostamos ou não gostamos, os quais acabam sendo base em nossas escolhas, para nossa tomada de decisões.

Por exemplo: eu sou brasileiro e aprendi a falar Português “ao natural”, convivendo com outras/os brasileiros, minha família em especial; sou catador de materiais recicláveis por várias razões, mas, duas delas são fundamentais: uma é porque nasci de uma família excluída socialmente, ou seja, uma família pobre que

escolheu a reciclagem como forma de trabalho e sobrevivência; a outra, é por eu ter nascido, crescido e me desenvolvido nesta realidade de coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis; e passei também a ser catador, uma herança de família que está atrelada a matriz cultural internalizada da minha vida.

O filho do mecânico que convive com o pai, é muito provável que aprenda mecânica e possa também ser mecânico profissionalmente quando atingir a vida adulta. O filho do advogado, ao ver cotidianamente o pai discutindo os casos que atende, tendo acesso aos livros, leis e às discussões em torno dos processos, quando crescer pode também querer ser advogado. Claro, as condições econômicas e técnicas são evidentes nesta tomada de decisão do que querer ser quando crescer, mas o gosto, ou seja, gostar da profissão acaba sendo evidente, exceto pelo salário quando este é baixo ou pelas condições de trabalho.

A partir dessa visão, o sociólogo francês Bourdieu estudou as formas em que os seres humanos incorporam, reproduzem e legitimam a estrutura social a que pertencem ou da qual fazem parte em cima de três pilares: o habitus, o campo e o capital. O habitus está relacionado às nossas vidas, aquilo que fazemos cotidianamente e é alimentado pelo meio social onde vivemos e pelas interações com as pessoas ao nosso redor. Para o sociólogo Wacquant (2002, p.102), “[...] o habitus é um conjunto de desejos, vontades e habilidades, socialmente constituídas, que são ao mesmo tempo cognitivas, emotivas, estéticas e éticas, como ele é elaborado e como opera concretamente”. Conforme Bordieu,

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência que produzem habitus, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (Bourdieu, 2011, p. 87).

Já o campo social (Bourdieu, 2011) para nós, catadoras/es, é a pirâmide da cadeia produtiva e as relações sociais que temos com o estado, as empresas privadas e as/os geradoras/es de resíduos, ou seja, é o local onde atuamos na reciclagem, onde temos alguns acordos que são intrínsecos ao trabalho e as nossas relações; é o conjunto de saberes que temos sobre nossas relações com as outras pessoas, como por exemplo os compradores, os quais exercem algum poder, assim como nós. E claro

que nossas ações podem estar em concordância, mas também em conflito, ou seja, queremos avançar no campo social. Por exemplo: o atravessador, a pré-indústria e a indústria querem viver com seus privilégios explorando nossa categoria, e nós não queremos ser exploradas/os por eles; por isso lutamos, dentro do campo, para alcançar nossos objetivos, e eles fazem o mesmo, tudo isso levando em consideração intrínseca que o habitus é condição e condicionante do campo. De acordo com Janowski, “Um indivíduo que não tem as características ou não consegue adaptar o habitus para o convívio em grupo será excluído do campo por não possuir pertencimento a esse” (Janowski, 2014, p. 3).

Para valer está convivência, há um conjunto de regras e poderes que podem ou não estar em conflitos, uma lógica ligada ao respeito, seja pelo poder econômico, político ou ainda científico, ou seja, nossos conhecimentos. Este poder está ligado aos capitais sociais que cada indivíduo ou grupo tem. Por exemplo, nós, catadoras/es, nos juntamos numa organização coletiva, uma associação ou cooperativa para ter mais força para vencer as dificuldades que individualmente não venceríamos. Aquilo que chamamos de força é um poder, e este é classificado como um capital político social – pela nossa representatividade, organização, resistência.

Nos organizamos no movimento social para ter mais força ainda e, certamente, para vencer aquilo que não conseguimos vencer somente como associação ou cooperativa e isso não tira a nossa coletividade enquanto associação ou cooperativa e tampouco como catadora/individual. Entretanto, alguns de nós serão nossas representações e terão a concentração da representatividade, da força, do poder, que individualmente concedemos a ela/e; logo, o capital político social desta/e catadora/r será maior que o de uma/m catadora/r individual.

Em contrapartida, os atravessadores e empresários também se aliam para garantir seus privilégios, sua força e poder. Entretanto, o capital que eles mais têm, como poderemos ver mais abaixo, na pirâmide das riquezas do capital, é o dinheiro. Um capital que no capitalismo ainda continua sendo um dos mais fortes, mesmo que o nosso seja potente.

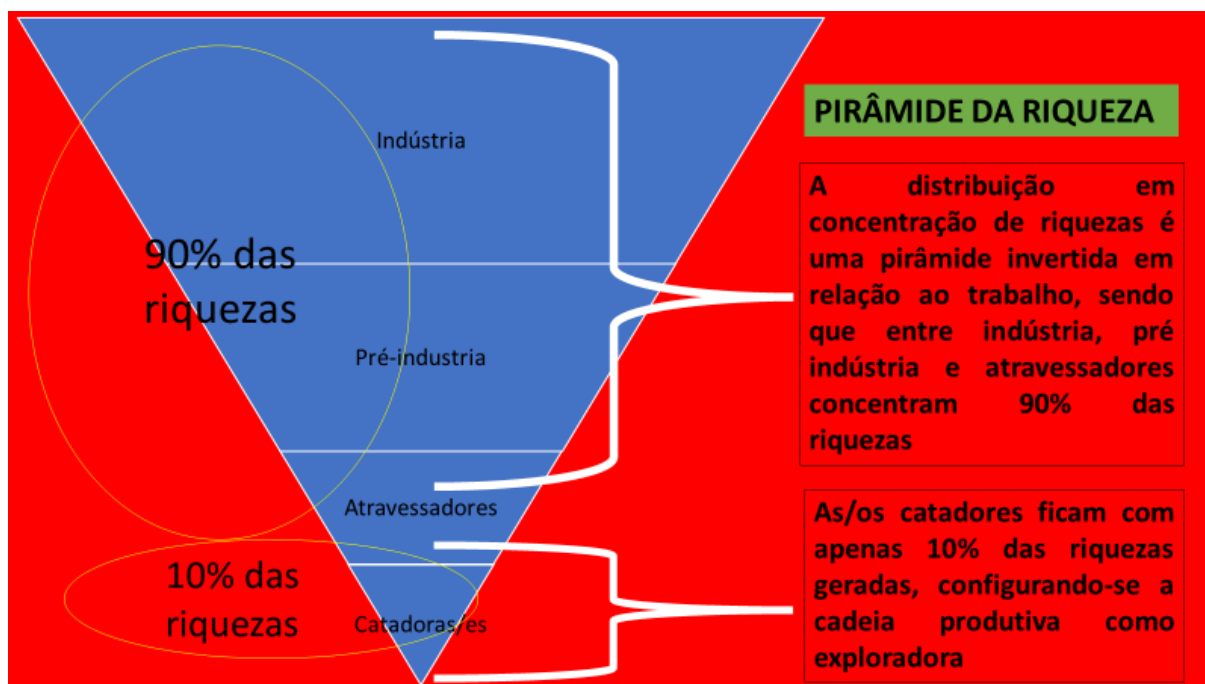
Claro, outros capitais também estão em campo, dividindo-se conforme os jogadores se posicionam e jogam no campo. Desse modo, se, por um lado, ganhamos em quantidade de trabalhadoras/es na cadeia, em representatividade, por outro, os atravessadores e empresários ganham em capital econômico, concentrando a riqueza e distribuindo apenas o trabalho.

Neste contexto teórico bourdieusiano, a luta é pela acumulação de capitais, econômico, político e social. Assim, vamos movimentando outros atores em campo para associar os capitais como, por exemplo, quando associamos nossos capitais ao estado, criando políticas públicas que fortalecem nossa categoria e nossos direitos. Em contrapartida, o estado, a partir dos partidos políticos que estão no governo, acabam também ampliando seus capitais junto aos eleitores e, assim, vamos indo lutando e nos movimentando, separando e nos unindo, para que possamos avançar em nossos objetivos, sonhos e desejos.

Que as/os catadoras/es realizam a maior parte do trabalho, já vimos, e vimos que esta relação está intrínseca às nossas lutas. Vimos também que não estamos sozinhos em campo, pois outros atores da cadeia também disputam e contam narrativas convincentes, acumulam e ampliam capitais pelo objetivo mesquinho da acumulação de riquezas, explorando nossa categoria. Mas qual é o tamanho desta exploração, quanto ganham os atravessadores e empresários, qual é o percentual de acumulação de riquezas?

Pois é, a resposta não foge da regra e lógica capitalista, de maximização dos lucros e superexploração das/os trabalhadoras/es, sendo que a categoria fica com 90% do trabalho, como vimos acima na pirâmide do trabalho, e apenas 10% da riqueza gerada na cadeia produtiva da reciclagem, como vemos abaixo na pirâmide do capital (figura 42).

Figura 42 - Pirâmide da riqueza da cadeia produtiva da reciclagem



Fonte: Elaborado pelo autor com base em MNCR, 2023.

4.5 ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS – ANCAT E UNICATADORES

Somos frutos de um amor maior, algo incompreensível. Porém o protagonismo a nós foi dado. Talvez a introdução da vida pode não ser aquilo que desejamos ou sonhamos, mas cabe a nós em um momento de maturidade tomar as rédeas da nossa história pautar o meio e escrever duros capítulos de batalha pra que a conclusão seja olhar para trás, pensar e refletir. Eu venci, o final da minha história pode não ter sido como sonhei, mas deixo para trás um legado de lutas e vitórias. Deus nem sempre me dá o que peço, mas me concede o que preciso.

Adriano Rocha Mota (s/d)

O (MNCR) é um movimento social da categoria de catadoras/es e, sendo movimento social, não possui personalidade jurídica, não constando e não tendo o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). O MNCR, por lutar pelos direitos da categoria, quando em conquista, seja através do Estado ou da sociedade civil, principalmente em relação aos empresários geradores de resíduos que precisam pagar pela destinação final, a conquista vem através de contratos e de projetos, onde ocorrem as transações financeiras para cumprir contrato ou alcançar os objetivos.

A execução destas conquistas sempre ocorreu através de entidades parceiras, principalmente de Organizações Não Governamentais (ONGs), as quais têm organização jurídica, principalmente CNPJ, conta bancária, endereço fixo, pessoas responsáveis como presidente, diretoras/es, ou ainda por contar com equipe técnica, e podem executar as conquistas do MNCR. Como parcerias entre duas entidades,

sempre tiveram que haver acordos para a execução e, às vezes, havia problemas e grandes discussões, justamente por haver objetivos e métodos de trabalho por vezes divergentes.

Um dos grandes problemas é a tomada de decisão por quem não é catadora/r, porque isso fere um dos principais princípios do MNCR, a autogestão, onde a categoria coordena, dirige e define suas próprias ações através da democracia direta. Claro que aprendemos muito sobre gestão de recursos, organização de projetos, equipes. São conhecimentos que somente podem ser tomados se juntos compartilharmos, e as entidades apoiadoras nem sempre queriam compartilhar, o que gerava muitos problemas.

Os problemas principais estão relacionados há três questões, havendo muitos outros; mas estes são definidores, a base das discussões e, por vezes, desentendimentos:

- pagamento de equipes,
- para quem estas equipes trabalham, servem
- quem fica com a estrutura – bens adquiridos do projeto.

Em relação ao pagamento de equipe, normalmente as/os catadoras/es executavam tarefas dos projetos sem nenhum pagamento – o pagamento acabava sendo a organização dos catadoras/es ou os objetivos do MNCR –, que atuava na mobilização, na formação, no levantamento de informações para diagnósticos, na própria elaboração dos projetos, na incidência para que fossem aprovados ou ainda enquanto movimento, nas negociações para que tivessem recursos do Estado e das empresas privadas para editais que acolhessem os projetos.

As/os catadoras não recebiam nenhum valor – às vezes, baseados na ideia de “para quem vocês trabalham ou você deixará de ser catador, se receber recursos pelo projeto”. No entanto, as/os técnicas/os, pessoas não catadoras que têm conhecimentos específicos, tinham salários que, em geral, ultrapassavam 20 vezes aquilo que uma/m catadora/r ganhava num mês de trabalho. Logo, a questão de reconhecimento e valorização de saberes era um dos grandes problemas.

Por um lado, havia catadoras/es sendo mobilizadas/os para a execução dos projetos, os quais deixavam suas bases, suas tarefas, famílias, e, muitas vezes, viajavam para outros estados, mas o pagamento não contemplava a eles. Assim, quem lhes pagava, e quando pagavam, era a cooperativa da qual estas/es eram parte,

ampliando a exploração, ou seja, além da/o catadora/r envolvido, a exploração chegava até o grupo que esta/e fazia parte.

O segundo –para quem as equipes trabalham, a quem elas servem –, tem muito a ver com: para que(m) serve seus conhecimentos? Ou seja, as equipes geralmente trabalhavam para suas entidades, seus serviços, informações, e o próprio controle de ações era feito e direcionado para as ONGs parceiras. Estas, em dados momentos, aplicavam a política de sobrevivência, isto é, se desenvolver a categoria, não terão mais acesso a recursos, e isso faria com que a entidade que vivia destes recursos, pudesse passar a não existir mais, desfazendo-se de equipe, de estrutura.

A terceira, refere-se à infraestrutura captada através da execução de projetos das/os catadoras/es. Por exemplo, computadores, carros, caminhões, prensas, balanças, entre outros equipamentos, sendo muito corriqueiro ocorrerem ameaças por parte das entidades para o cumprimento de alguma ordem, em desacordo com o movimento, e, em caso de cumprimento, era feita a retirada dos equipamentos.

Equipamentos maiores, como exemplo carros e caminhões, até hoje ainda tem entidades utilizando os equipamentos de catadoras/es, mesmo sem ter mais parceria; depois do projeto, acumularam os equipamentos junto ao seu patrimônio, usando para outro fim que não a organização social, a reciclagem.

Com base principalmente nesta discussão, entre protagonismo, democracia e, claro, valorização das/os catadoras/es, tomamos a definição, enquanto MNCR, de criar nossas próprias entidades para executarem nossas conquistas, sendo a ANCAT, que já existia, mas, por definição, entendemos que ela atuaria como uma entidade de gaveta até que o MNCR pudesse ter maturidade para coordenar seus próprios projetos. O MCR atua principalmente com projetos de ordem mais técnica do que política, ficando esta parte para a Unicatadores.

5 INTERNACIONAL: SE NÃO TEM FRONTEIRAS PARA OS QUE EXPLORAM, NÃO DEVERÁ TER PARA OS QUE LUTAM

Quem pouco luta, tão pouco conquista, então lute por seus objetivos sejam eles quais forem, sua dedicação deve ser maior que suas conquistas, pois nunca paramos de sonhar, nunca estamos satisfeitos, cada sonho realizado é mais um motivo de continuar sonhando.

Betinho Vieira (s/d)

Busco descrever sobre a organização internacional das/os catadoras/es de materiais recicláveis, a partir da organização Rede Latino Americana e Caribenha de Catadores (RedLacre, sigla de Red Latinoamericana y Caribeña de Recicladores, em espanhol, e da Aliança Internacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (IAWP).

Essas organizações não são formadas por indivíduos catadoras/es, são formadas por movimentos e instituições nacionais de catadoras/es. Por exemplo, o MNCR faz parte da Red Lacre, que é uma organização social em forma de movimento social continental, diferente da IAPW, que é uma entidade representativa de classe. A representação do MNCR na IAPW é a Unicatadores, instituição social legal, que tem esta prerrogativa através da Secretaria de Relações Internacionais.

Ambas as representações são internacionais, pelas quais, enquanto catadoras/es, podemos acompanhar as discussões que envolvem o meio ambiente e as mudanças do clima, a exemplo do tratado internacional dos plásticos, discussão que estamos acompanhando como delegados nas Assembleias das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA), coordenados pela Organização das Nações Unidas (ONU), através do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), ocorridas sempre em sua sede, na cidade de Nairobi, Quênia.

5.1 REDE LATINO-AMERICANA E CARIBENHA DE CATADORES - RED LACRE

A questão de um mundo sem fronteiras é uma intenção obviamente utópica. Desde a sua origem, o “movimento”, ou mais precisamente “a ausência de fronteiras”, tem sido central para várias tradições utópicas. O próprio conceito de utopia refere--se ao que não tem fronteiras, a começar pela imaginação em si.

Achille Mbembe (2019)

A Red Lacre é a organização continental de movimentos sociais nacionais de catadoras/es de materiais recicláveis, fruto da organização dos movimentos sociais e entidades apoiadoras como a ONG Mulheres em Emprego Informal: Globalizando e Organizando (WIEGO, da sigla em inglês, Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing), que opera como parceira estratégica.

O MNCR organizou os primeiros dois congressos continentais no Brasil, mais especificamente em Caxias do Sul (2003) e São Leopoldo (2005), ambos no estado do Rio Grande do Sul, e a Associação Nacional de Recicladores de Colômbia (ANR) organizou o terceiro congresso, em Bogotá, Colômbia (2008), que teve participação de catadoras/es de outros continentes, como África, Ásia e Europa. Nas palavras da pesquisadora Luciana Ziglio, a Red Lacre é nascida em 2003.

A Red Lacre, nascida em 2003, surgiu da articulação de movimentos socioambientais de cooperativas de catadores de materiais recicláveis presentes nos países: Brasil (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis); Chile (Movimiento Nacional de Recolectores de Chile); Colômbia (Asociación Nacional de Recicladores de Colombia) e Perú (Movimiento Nacional de Recicladores del Perú). (Ziglio, 2018).

Na verdade, não podemos dizer que a Red Lacre nasceu em 2003, conforme afirma a pesquisadora, mas, na verdade, seguindo a lógica biológica por ela empregada, naquele ano, podemos dizer que se iniciou sua gestação, ocorrida nos primeiros dois congressos latino-americanos. Esses congressos tinham uma forte palavra de ordem pela organização internacional da categoria. No primeiro congresso a palavra de ordem foi “Não há fronteiras para os que lutam”, e avançou no segundo congresso para: “Se não tem fronteiras para os que exploram, não deverá haver para os que lutam”. A figura 43, ilustra os cartazes dos dois congressos com as palavras de ordem.

Figura 43 - Cartazes do 1º e 2º congressos latino-americanos de catadores



Fonte: MNCR

Esses dois congressos serviram para criar e fortalecer uma identidade coletiva continental. e neles, debateram-se os principais problemas enfrentados pela categoria, se promoveu a troca de experiências sobre projetos e conquistas, bem como serviram como importante espaço de trocas de informações e formação da categoria. O pesquisador Gonçalves (2005) destaca a importância da organização para o continente.

Como resultado desse evento, a direção do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, acredita que haverá a expansão de organizações das cooperativas e associações de catadores, sobretudo porque o Encontro tornou-se não só informativo, mas um espaço de formação para esses trabalhadores. De maneira que possam entender e participar melhor das ideias contrárias ao individualismo e da competição, passando a perceber que o apoio mútuo entre os companheiros e companheiras, no dia-a-dia das lutas, a solidariedade de classe com os outros movimentos sociais pode transformar as suas vidas não só no local de trabalho, mas além. (Gonçalves, 2005, 81-82).

A organização internacional, motivada pelos dois congressos, foi avançando fortemente e, durante uma reunião estratégica de líderes dos movimentos da América Latina, no final de 2005 (o segundo congresso havia ocorrido em janeiro/05), ocorrida na Argentina, foi onde tomou-se a decisão da criação da Red Lacre, a qual foi aprovada, ou seja, ela nasce mais tarde, no 3º Congresso Latino-Americano de Catadores, ocorrido em Bogotá na Colômbia.

É durante este congresso que se aprova e funda – nasce – a Rede Lacre, bem como se delibera sobre a organicidade e seus acordos internos, que foram construídos ao longo dos três anos desde a deliberação, pois não bastava somente aprovar a criação de um organismo internacional, era preciso ter acordos quanto ao seu funcionamento, a participação e as formas de tomadas de decisões, bem como as referências da organização.

Deliberou-se que a Red Lacre seria uma organização de movimentos sociais e entidades nacionais de catadoras/es, sendo que estes grupos deveriam ter como princípio base, a autogestão, ou seja, organizações coordenadas por catadoras/es e não por equipes técnicas. Para estruturar e dar organicidade a este movimento, foram criadas três secretarias: uma de comunicação, responsável pela visibilidade, pela organização e divulgação das informações; outra de relações internacionais, responsável pela articulação com outros movimentos e entidades nacionais de catadoras/es da América-latina e de outros continentes, buscando organização internacional – intercontinental – da categoria, e a terceira a secretaria organizativa

operacional, responsável pela gestão de recursos, projetos e apoiadora das outras secretarias.

Não teria como criar uma Red Lacre nos primeiros dois congressos por não haver organicidade, fato que demora, pois se trata de uma organização internacional e, pelos princípios que temos, não deveria ser uma organização qualquer, mas que fosse da categoria, que tivesse por objetivos, além da representatividade continental, a organização, fortalecimento, apoio, defesa da categoria. Para chegar a estes acordos, os quais devem estar bem claros para as organizações nacionais participantes, demora-se tempo.

Com a Red Lacre articulando outras organizações nacionais de outros continentes, logo, conquistamos a representação institucional global das/os catadoras/es, principalmente em espaços de debates, acordos, decisões globais, como nas agendas da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como em espaços políticos e sociais como as conferências do clima. Nas palavras da filha de uma ex-catadora, que se afastou-se do trabalho por causa de sua saúde, Joyce Mertig, que escreveu seu trabalho de conclusão de curso sobre a organização da Red Lacre, destacando-a pela sua transnacionalidade.

A Red Lacre se coloca como uma instituição transnacional que se lança em âmbito global, através da organização de seus atores que são as catadoras e catadores, sujeitos subalternizados pelo modelo global vigente, que através dessa instituição demonstram sua importância e passam a ter voz para pleitear políticas públicas, tanto para a Rede, quanto para o catadores enquanto indivíduos, assim como também para a população global geral, assim como para as outras instituições as quais está vinculada. (Mertig, 2018, p.13).

Enquanto Red Lacre, aquilo que chamávamos de congressos, passaram a ser chamados de encontros Latino-Americanos, havendo vários encontros com a presença de 2 até 10 delegadas/os por país, com mais entidades apoiadoras, empresas e organizações internacionais como ONU, OIT e outras. Há reuniões mensais *on-line* entre delegadas/os dos países e reuniões presenciais a cada seis meses.

5.2 ALIANÇA INTERNACIONAL DOS CATADORES – IAWP

A Internacional
De pé, ó vítimas da fome
De pé, famélicos da terra

Da ideia a chama já consome
 A crosta bruta que a soterra
 Cortai o mal bem pelo fundo
 De pé, não mais senhores
 Se nada somos em tal mundo
 Sejamos tudo, ó produtores
 Bem unidos façamos
 Nesta luta final
 Uma terra sem amos
 A Internacional
 [...]
 Hino da Internacional

A Aliança Internacional dos Catadores (IAWP), ainda está em construção, mas caminha a passos largos, com fundação marcada para o ano 2024, no primeiro Congresso Internacional dos Catadores a ser realizado em Buenos Aires, Argentina. Começamos a organização em 2008, durante o 3º Congresso Latino-Americano, na Primeira Conferência Internacional dos Catadores, ocorrido em Bogotá, na Colômbia, teve participação de catadoras/es da África e Ásia. Conforme a IAWP (lawp, 2008), “os objetivos da Conferência foram fortalecer a organização e a conexão dos catadores informais em todo o mundo, especialmente as mulheres, visando”:

- tornar visível a sua contribuição como trabalhadores para a proteção ambiental, saúde e economia e para o sistema formal de gestão de resíduos sólidos do município;
- garantir a sua participação e voz efetivas em todos os fóruns que afetam a sua vida profissional e a sua posição social e, especificamente:
- compartilhar experiências entre catadores informais de diferentes países do mundo;
- aprofundar a compreensão e criar confiança no papel e na contribuição dos trabalhadores informais na cadeia de gestão de resíduos sólidos;
- desenvolver estratégias e abordagens para desafios comuns, como políticas públicas;
- desenvolver estratégias para intensificar a organização entre os catadores na região da América Latina e no mundo;
- reunir apoio potencial de outras organizações, governos, agências internacionais, etc.;
- construir e fortalecer parcerias com outros ativistas e movimentos empenhados;
- planejar um caminho a seguir para o desenvolvimento de redes regionais e internacionais. (IAWP, 2008, s/p.)

Estes objetivos são alinhados na premissa de organização global da categoria, pois cada um dos objetivos é um desafio a ser enfrentado e vencido em arenas internacionais e estão relacionados às discussões em torno das mudanças climáticas, da implantação de empregos verdes, das mudanças sistêmicas na economia com objetivos de mitigação da poluição geradora dos efeitos climáticos – a crise do clima.

Entendemos que nosso trabalho é um dos poucos trabalhos que não gera impactos ambientais, ao contrário, atua diretamente na preservação ambiental; contudo, as condições econômicas e sociais nas quais estamos submersos fazem com que haja a necessidade de organização internacional para a representação das pautas nos organismos internacionais.

Sob esta premissa, começamos a circular o mundo, enviando delegados do MNCR e da Red Lacre para outros continentes, principalmente África e Ásia, havendo vários encontros, alguns menores e outros mais importantes em que se discutia-se a organização internacional como principal objetivo. Inicialmente, chamávamos nossa organização de Aliança Global de Catadores e, por ser organizada principalmente pela Red Lacre, conforme apontamos em nosso *site*, a aliança teve vários encontros (IAWP, 2023).

A Aliança Global de Catadores surgiu através de um processo solidário internacional que teve início após o Primeiro Congresso de Catadores em Bogotá, Colômbia, em 2008. Associações de catadores e aliados oriundos de mais de 30 países participaram deste evento mundial organizado pela Associação de Catadores de Bogotá (Asociación de Recicladores de Bogotá, ARB), Sindicato de Catadores de Pune, Índia, Kagad Kach Patra Kashtakari Panchayat (KKPKP), Rede Latino-Americana de Catadores (Red Lacre), Fundação Avina, e Mulheres no Trabalho Informal: Se Globalizando e Organizando (WIEGO). Desde então, um Comitê Diretor Internacional se reúne uma vez por ano para planejar o nosso trabalho e implantar a nossa visão estratégica. O primeiro encontro foi em Durban (África do Sul), e os seguintes em Belo Horizonte (Brasil), Bangkok (China) e Pune (Índia). (Iawp, 2023, s/p.).

Com estes encontros a categoria aprofundou os conhecimentos em torno da situação em que as/os catadoras/es estavam inseridos, sendo que na América-Latina apresentavam-se algumas experiências mais exitosas de reconhecimento e valorização das/os catadoras/es organizados em associações e cooperativas e, na África e Ásia, a situação estava muito complicada, principalmente pela presença de incineradores de resíduos geridos por empresas privadas, lixões controlados por governos, empresas e até organizações criminosas, pela proibição do trabalho com ações violentas da polícia, bem como pela invisibilidade aprofundada da categoria.

Estes fatos geraram solidariedade internacional, além da certeza e da necessidade de organização da categoria em um organismo internacional, a Global Rec, e que está deveria ser a voz global das/os trabalhadoras/es da reciclagem. Logo, um dos principais objetivos da aliança foi a organização internacional para dentro, ou

seja, a organização e fortalecimento da categoria em cooperativas e instituições nacionais.

As experiências mais exitosas de organização têm como premissa a organização local em associações e cooperativas e a organização nacional, movimento ou instituição nacional de catadoras/es, para que organizadamente lutem para que sejam criadas leis e direitos nacionais para a categoria que garantam o acesso ao trabalho, o apoio governamental para a reciclagem e para as cooperativas, o fim dos lixões e dos incineradores de resíduos, bem como recursos para fortalecer a organização da categoria.

Nos últimos quatro anos, entre 2019 e 2022, organizamos agendas mensais globais *on-line*, com delegados dos movimentos e entidades nacionais de catadoras/es, discutindo sobre a organização legal da aliança global. Acabamos criando um grupo de trabalho com representantes dos países participantes, responsável pela criação de uma proposta de estatuto social, com as regras de participação, de tomadas de decisões, bem como com a representatividade da categoria.

Para analisar a proposta de estatuto e fazer nossas proposições, realizamos um encontro da Comissão Nacional do MNCR, em 2021, ocorrido em São Paulo, Brasil, e apoiamos e organizamos uma assembleia da Red Lacre, ocorrido na Cidade do Panamá, capital do Panamá, onde analisamos ponto a ponto cada proposição, aprovando ou fazendo nossas considerações.

Figura 44 - Imagens da delegação brasileira e delegados dos países na Assembleia da Red Lacre



Fonte: arquivo MNCR

No site do MNCR (2022), destacamos:

Aconteceu entre os dias 21 e 23 de abril na Cidade do Panamá, capital do país da América Central, a Assembleia da Rede Latino-Americana e Caribenha de Catadores (Red Lacre) com a participação de cerca de 15 países e o lema “Profissionalização dos Catadores”. Durante o encontro as delegações internacionais e dos anfitriões do Movimento Nacional de Catadores do Panamá (MNRP) realizaram uma marcha pela capital do Parque Porras até a Assembleia Legislativa Nacional localizada na Praça 5 de Maio, onde foi entregue um documento com as principais reivindicações da categoria. A marcha também lembrou o Dia Mundial da Terra, 22 de abril. (MNCR, 2022b)

A proposta tirada como referência da Red Lacre não foi a finalista, pois cada organização nacional de catadoras/es do continente poderia ainda reler e fazer suas propostas. Por exemplo, uma questão, apresentada pela Argentina e apoiada imediatamente pelo Brasil, propunha a troca do nome de Aliança Global dos Catadores para Aliança Internacional dos Catadores, sendo que Global é um conceito mais alinhado com o sistema capitalista e Internacional, e não com as/os trabalhadoras/es.

No dia 29 de outubro de 2022, realizamos, de forma virtual, o Congresso de Lançamento da Constituição da Aliança Internacional dos Catadores (IAWP), que aprovou os estatutos sociais, bem como aprovou a realização do 1º Congresso Internacional da Aliança Internacional dos Catadores, realizado em março de 2024 em Buenos Aires, Argentina.

Neste momento, além da organização do congresso, estamos ainda analisando cada organização internacional e aprovando seu ingresso na IAWP em encontros mensais de um grupo de trabalho deliberativo. Até o momento, foram aceitas 48 organizações, advindas de 36 países, sendo uma delas, a Unicatadores como representante do Brasil. Falta mais uma reunião, a realizar-se no dia 16 de outubro de 2024, para a aprovação das últimas organizações que submeteram seu ingresso.

As reuniões, tanto *on-line* quanto presenciais, reúnem um conjunto heterogêneo de línguas, saberes e, claro, culturas diferentes, precisando estar em cada participante a vontade de querer compreender o outro; é uma caminhada que se faz caminhando, com base no respeito a todas e todos, buscando sempre compreender as proposições de cada representante participante das atividades.

As atividades ocorrem com organização de um grupo de trabalho (GT), formado por catadoras/es e técnicos de entidades parceiras, principalmente da WIEGO, os quais, antes de entrarem no projeto, foram indicados pela categoria e sempre passam por entrevistas com catadoras/es deste GT.

Para cada atividade, são convocados tradutores que acompanham o grupo para fazer a interpretação de línguas, pois a comunicação entre as/os catadoras/es é fundamental para a organização; é na compreensão da/o outra/o que se organiza um coletivo solidário. Há casos em que tem que ter mais de um intérprete, por se tratar de muitas línguas diferentes faladas ao mesmo tempo.

Assim, desde 2003, as/os catadoras/es vêm unindo as organizações nacionais em torno da IAWP, fortalecendo a organização internacional, discutindo sobre os direitos da categoria a serem conquistados, levando experiências legais, tecnologias sociais inclusivas de trabalho, bem como o apoio coletivo as causas da categoria.

A organização da IAWP demonstra a capacidade organizativa da categoria, unida internacionalmente desde o ano de 2003, quando passou a organizar congressos latino-americanos de catadoras/es e, conseqüente, a formação de rede. Se a geração de resíduos, a exploração das/os catadoras/es e a poluição são internacionais, a luta e a organização da categoria em defesa da reciclagem popular, dos direitos da categoria e da defesa da natureza também devem ser.

6 CONCLUSÃO

Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade.
Carolina Maria de Jesus (2007)

Este trabalho é teórico e acadêmico, mas também é prático de vida; é a práxis do pesquisador catador, que realiza a abertura de portas pelo lado de dentro, ou seja, vem de dentro do campo de pesquisa, campo que não se separa de sua vida, algo extremamente potente que não pode ser por mim apagado; uma potência que extravasa a ideia pura e simples, por mais complexo que escrever seja, de escrever apenas para a obtenção do título.

Minha escrita é uma forma de bagunçar o lattesfúndio, incluindo trabalhos invertidos, que vem de baixo, com metodologias diferentes dos habituais; uma escrita que prioriza e valoriza o eu catador a frente do eu pesquisador, sem apagar aquelas/es, que juntas/os, guiam-me em meus pensamentos, orientam-se nas bibliografias, apoiam-me com as informações, ajudam-me a dar sentimento às palavras que escrevo.

Algo importante para o eu catador, bem como para o nós catadoras/es, pois evidencia uma caminhada que se faz caminhando; se constrói algo que não está pronto em lugar nenhum; dá-se vida a todo um movimento de pessoas que merecem viver, mais do que isso, merecem ser reconhecidas e valorizadas. Escrever sobre as/os catadoras/es, numa autoetnografia, é escrever sobre algo que precisa ser dito, algo que precisa alcançar outros ouvidos que não somente os nossos.

Preciso afirmar o tempo todo que as/os catadoras/es são organizadas/os, quem não é organizado é o estado, as empresas. Por vezes, a cegueira epistemológica da academia e de pesquisadoras/es, não vê algo tão evidente. Não posso dizer que o Estado, principalmente a gestão municipal, não sabe da importância das/os catadoras/es, da reciclagem, da inclusão social ou daquilo que chamamos de sustentabilidade; eles sabem, mas como puderam perceber, eles têm uma escolha em apoiar a privatização e, com isso, a concentração de riquezas, a exclusão social e a destruição ambiental; sim, a destruição ambiental, pois a cada garrafa que não é reciclada, outra quantidade de petróleo é preciso para ser feita outra. E se isso não

bastasse, essa garrafa ficará poluindo o planeta por mais de quatrocentos anos. Isso não é ignorância, é ganância, é uma decisão, preciso afirmar isso.

Trabalhos como o meu, bem como outros trabalhos que estão emergindo desde baixo, é mais difícil receber uma posição de aprovação por parte da banca, a qual precisa assinar e assumir junto comigo o que escrevi; de certa e de todas as formas, a aprovação só é possível por causa da aprovação de bancas como essa. Mas poxa vida, como isso tem valor!

Não sei se a palavra adequada é banca em si, pois ela remete quem bota a banca, quem é melhor que as/os outras/os e, assim, umas/ns em cima e outras/os em baixo, e, definitivamente, essa banca não é assim, pois vai além da aprovação do trabalho, da escrita e de tudo que aqui está articulado, é ainda a contribuição para melhorar e ampliar o trabalho.

A aprovação de um trabalho como esse é uma forma de assinar junto, de concordar com esta maneira de reincorporar escritas na academia que fogem do padrão teórico parcial, sem nenhum posicionamento ou preocupação com o campo, para trabalhos bem posicionados, com bases e argumentações científicas que demonstram a qualidade de pesquisadoras/es que escrevem muito mais além da complexa conquista de título, mas para a vida. Por isso agradeço.

Sou um grão de areia na academia, com uma escrita diferenciada, e graças às deusas e deuses, não estou sozinho, não sou único e, aos poucos, vamos mudando a forma de fazer ciência. Quanto mais compartilhamos, mais relações, mais conhecimentos temos; só ganhamos com a partilha na academia; não entendo por que a concorrência, o individualismo, a criação de alguém que cresce, pois isso significa que este alguém fica maior, na frente, enquanto isso, os outros ficam para baixo, para trás.

Escrever coletivamente não te deixa com prejuízos, ao contrário, obriga ter outras reflexões que não somente as suas. Na prática, essa é uma das bases da ciência, ter outras opiniões. Eu sinceramente não acho tão importante ser o primeiro autor, ao mesmo tempo em que acho importante reverter as coisas, dando luz a quem mais precisa, sem apagar quem já está iluminado, ou seja, o doutor não perde seu brilho quando assina como segundo autor, dando espaço para que um graduando assine como primeiro.

As/os catadoras/es de materiais recicláveis são organizadas/os, tanto individualmente como coletivamente; essas/es avançam com a organização coletiva,

desde os lixões, as ruas, galpões, até os palácios nacionais e internacionais, ganhando o mundo, tornando-se visíveis, garantindo seus direitos de vida com dignidade, reconhecimento e valorização. E trabalhos como este servem de trampolim coletivo para elevar vozes que deveriam ser escutadas com prioridade, pois, afinal, são as catadoras/es que fazem da reciclagem uma prática de suas vidas para proteger outras vidas.

Escrevi aqui que as/os catadoras/es têm lições para toda a sociedade, mas somente quem escuta e aprende são as pessoas que têm solidariedade e empatia; infelizmente, as instituições governamentais estão encasteladas, marcadas por um racismo ambiental que não deixa enxergarem-se nem a si mesmas, quem dera para as políticas públicas que podem incidir na solução dos problemas do planeta.

Olhar para uma cooperativa é olhar para um mundo numa dimensão melhor, com relações políticas, econômicas, trabalhistas, sociais, um sistema de mundo onde as pessoas aprendem a cooperar, se solidarizando e compartilhando, além de seus braços, principalmente seus saberes. Passar por uma cooperativa de catadoras/es é aprender a ser uma pessoa melhor.

As/os catadoras/es são uma linha de defesa da natureza, com seus carrinhos, carroças, com seus corpos e saberes, transformam os rejeitos sociais – os resíduos e a elas/es mesmas/os – em novos produtos, os quais ampliam as linhas de defesa da natureza. Cada ser humano que passa por uma organização coletiva de catadoras/es ressignifica-se a si mesmo e aos resíduos, ao compreender a importância que tem este trabalho tanto para pessoas excluídas quanto para a sociedade e a natureza.

A organização nacional em movimento para a transformação social de si mesma é o principal ato que um movimento social pode fazer. A construção da identidade coletiva, a valorização de si mesma/o e de suas/eus iguais com a prática da solidariedade, da empatia e do amor são valores que o movimento social das/os catadoras/es conseguem colocar em prática e testar o tempo todo, mesmo sobrevivendo em condições caóticas, trabalhando com os rejeitos do mundo, transformando-se em novas/os seres.

A organização internacional serve como amplificação de vozes, que muitas vezes são escutadas nos organismos internacionais como a OIT e a ONU e pelo próprio presidente da república, mas que não se escuta no secretário de limpeza e meio ambiente dos municípios, pelo prefeito que está sempre com agenda lotada, que não se permite sequer reunir com catadoras/es, optando pela privatização dos

resíduos, gastando mais, reciclando menos e excluindo cada vez mais a sociedade da participação popular – o controle social – bem como a parcela da sociedade que vive da reciclagem.

Foi um grandioso e imensurável prazer escrever este trabalho, como um mergulho nas próprias origens, um diálogo diferente com minha categoria em relação ao nosso cotidiano de discussões. A cada pergunta, nos diversos diálogos, as respostas quase sempre iniciavam: “Você sabe mais do que eu, eu aprendi com você” ou ainda “Não sei o que dizer que você já não saiba”. Todas as respostas foram sempre em referência às nossas trocas de saberes, às nossas convivências e às nossas resistências. Mas, claro, que boa parte deste início de conversação era para me agradar, pois depois que começavam a falar, não paravam mais, e eu, com certeza, aprendi muito com este processo. Por isso, é sinto um grande prazer em escrever.

Neste ano de 2023, juntamente com outros colegas, o Dr. Cristiano Benites Oliveira, o professor e Dr. Mário Ricardo Guadagnin, a Doutoranda Camilla Hostas e a presidenta da Cooperativa União dos Catadores de Cruz Alta-RS (UNICCA) e coordenadora estadual do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), Lidiane Jaques, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), participando do I Fórum de Antropologia dos Resíduos da América do Sul, uma das discussões que tivemos foi em torno da dificuldade da escrita, pois havíamos escrito diversos trabalhos para apresentar na Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) que ocorreu nos dias subsequentes deste encontro na UERJ.

O diálogo circulava em torno da dificuldade da escrita e, claro, que eu compreendo que realmente tem um grau de dificuldade, pois são necessários um mergulho no trabalho, uma revisão teórica, discussão com orientadora/r e com as/os coautoras-es do trabalho, consulta com especialistas, pesquisa em torno das bibliografias já escritas e o desafio de criar o novo, de aprofundar e fortalecer novos conhecimentos, escrevendo de uma forma que outras pessoas consigam ler. Logo, não sei se é realmente difícil ou se é um desafio, senão os dois.

Mas com certeza é mais fácil e menos desafiante que puxar um carrinho cheio de resíduos e com a barriga vazia, um carrinho cheio que não lhe renderá mais que meia dúzia de moedas, uma caminhada em sol escaldante ou frio arrepiante. Entretanto, são dificuldades e desafios diferentes, mas não podemos jamais esquecer:

por que escrevemos? Para quem serve nossos saberes? E o que podemos fazer para diminuir estes desafios e dificuldades? Isso serve tanto para quem escreve quanto para quem puxa o carrinho.

Ao passar pela questão de “para quem escrevo ou para quem serve meus conhecimentos”, minha escrita torna-se mais fácil e prazerosa, migrando do local onde a coloco em meus pensamentos de algo difícil, para algo prazeroso. De fato, minha escrita não é normal academicista e, na minha avaliação, isso a torna de mais fácil acesso, justamente porque é difícil escrever algo difícil, tanto quanto ler algo difícil, algo que somente circulará – a leitura e a acumulação de conhecimentos – a somente em campos que conseguem decodificar essa escrita.

E, claro, devolver um trabalho para suas/eus coautoras/es requer entregar na mesma linguagem a qual estão habituadas/os a lerem e falarem. Escrever difícil, na linguagem popular, é escrever para gente difícil, as mesmas que provavelmente não valorizarão tanto quanto seu trabalho merece ser valorizado. Pense muito bem para quem você escreve, escreva para elas/es!

Espero que essas palavras venham a diminuir as tensões e as dificuldades em torno da escrita acadêmica, justamente porque, neste meu, caminhar encontrei pessoas doentes por causa disso, pessoas que passaram muito tempo pesquisando, planejando, estudando, se preparando para a escrita e, quando chega nessa fase, que seria a mais fácil, acabam pedindo maior prazo e algumas até desistem de escrever e continuar a caminhar. E, pior que isso, ou para mim é lamentável, é saber que professoras/es, avaliadoras/es, pesquisadoras/es também passaram por este processo e, depois de tudo, acabam ainda replicando o que sofreram. É necessário pensarmos nisso, para que de fato possamos aprender.

A conclusão final em relação ao trabalho é que a sociedade como um todo sofre com o racismo ambiental em relação às/aos catadoras, pois quanto mais se invisibiliza e se persegue, mais se tiram direitos, menores índices de reciclagem teremos, pois, a reciclagem acontece pelas mãos das catadoras/es e, quanto mais sofrimento social a categoria sofrer, menor será a reciclagem, e maiores serão os efeitos do clima, da economia e das injustiças sociais.

Apoiar as/os catadoras/es é apoiar a defesa da natureza sob a premissa de base de construção de um novo mundo, baseado na solidariedade, na democracia e na distribuição de trabalho, conhecimentos e riquezas, protegendo o meio ambiente.

Sobre as/os catadoras/es de rua, mesmo estando em situações de sobrevivência sub-humanas, sendo considerados ainda como o velho do saco, elas/es superam-se a cada dia e não desistem de trabalhar. O trabalho é a ferramenta da categoria para vencer esses desafios; além de serem organizadas/os, são trabalhadoras/es que fizeram a opção pelo trabalho e, mesmo atuando de forma precária, são extremamente relevantes para a elevação dos índices de reciclagem, mesmo não estando nos anais formais de informações do estado, justamente por estarem fora. No entanto, por exemplo, são os principais agentes de reciclagem de latinhas de alumínio garantindo “100% de reciclagem, com 31,8 bilhões de unidades recicladas ou 390 mil toneladas” (Abralatas, 2023, p. 7).

Claro que esse dado remete imediatamente a pergunta: Qual a base para atingir 100% de reciclagem de latinhas de alumínio? Baseada na exploração das digitais na lata, ou seja, quais as pessoas as coletaram, transportaram, separaram, enfiaram e entregaram pelo valor de 10% daquilo que ela vale; é uma base de exploração, invisibilidade, marginalização, mas que resiste a tudo isso e faz com que o Brasil seja a referência mundial em reciclagem, sem levar nenhum crédito financeiro sobre isso, ao contrário, sendo altamente exploradas/os.

As/os catadoras/es organizadas/os coletivamente em associações e cooperativas solidárias são um exemplo de organização social, seja pela democracia direta, pelo trabalho coletivo e rotativo onde todas/os aprendem, seja pela distribuição das riquezas e, certamente, pela conversão dos resíduos em materiais recicláveis.

A consolidação e importância do MNCR é fundamental para a formação, pois cria e fortalece uma identidade coletiva, organiza a luta pelos direitos da categoria e, ao estar à frente das duas instituições protagonistas das/os catadoras/es, a ANCAT e a UNICATADORES, promove sua articulação internacional, sendo base de formação para a Red Lacre e para a IAWP. Assim, o MNCR tornou-se referência internacional de defesa dos direitos coletivos, trazendo conquistas para todo o planeta.

A organização internacional da categoria, através da Red Lacre e da IAWP, vem dando voz para uma população invisível que, aos poucos, vai aparecendo, desvendando e resolvendo problemas globais – por exemplo, contribuindo e pressionando para que haja um acordo internacional que possa minimizar o impacto na natureza por poluição por plásticos, tornando-se extremamente importante para a manutenção da vida no planeta – bem como a organização internacional vem contribuindo significativamente para a política internacional de não geração e

reciclagem de resíduos como um todo, com a premissa de inclusão social para superar o racismo ambiental e o sofrimento social das/os catadoras/es.

Talvez os conhecimentos mais importantes aqui articulados estejam em torno da construção da identidade coletiva catadora, desde a rua até as arenas globais, estruturando-se em organizações coletivas desde o local, passando ao nível nacional, continental e internacional, sempre baseadas na autogestão, na democracia, na participação. Uma luta construída a partir da organização do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, um grande potencializador de organizações nacionais e internacionais que compartilha seus princípios que podem e devem revolucionar o mundo.

Se não há fronteiras para quem explora e polui, também não deve haver para quem luta e recicla. Viva a organização local e internacional das catadoras e catadores de materiais recicláveis. Aprendo tanto quanto compartilho.

Obrigado!

@alexcatador

REFERÊNCIAS

- A Tribuna. **Pessoas em situação de rua**. Disponível em:
<<https://www.atribuna.com.br/opiniaio/tribuna-livre/pessoas-em-situacao-de-rua>>
Acesso em: 12 set. 2023.
- ABRALATAS. **O chamado da lata**. Disponível em:
<<https://drive.google.com/file/d/18Xygyqy0nL-t2uMHebGg2wT8N3FGfmF2f/view>>
Acesso em: 09 out. 2023.
- ACSERALD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, vol. 24, n. 68, 2010. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/ea/a/hSdks4fkGYGb4fDVhmb6yxk/>> Acesso em: 22 set. 2023.
- AGUIAR, V. G. de; SOUZA, L. F. de. A contribuição do movimento por justiça ambiental no combate ao racismo ambiental: apontamentos teóricos. **Rev. Geo**. UEG – Porangatu, v.8, n.2, e 82199, jul./dez. 2019.
- Ambiente Brasil. **Reciclagem de PET no Brasil**. Disponível em:
<https://ambientes.ambientebrasil.com.br/residuos/reciclagem/reciclagem_de_pet_no_brasil.html> Acesso em: 26 set. 2023.
- ASCAT, Cooperativa. Nota de pesar. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/profile/100003222582246/search/?q=eva%20saraiva>>
Acesso em: 24 set. 2023.
- BANCO MUNDIAL estima que 4 milhões de latino-americanos vivem do lixo reciclado. **Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil**, Rio de Janeiro, 31 dez. 2014. Disponível em: <https://unicrio.org.br/banco-mundial-estima-que-4-milhoes-de-latino-americanos-vivem-do-lixo-reciclado/>. Acesso em: 09 set. 2023.
- BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Tradução Andreas Lieber; revisão técnica Carla Rodrigues. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli. 5 ed. São Paulo: Perspectiva: 2007 (Coleção Estudos, n. 20)
- BOURDIEU, Pierre. **Estruturas, habitus, práticas**. In: **BOURDIEU, Pierre. O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. cap. 3, p. 86-107.
- BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1981. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 07 mar. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de

fevereiro de. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso em: 07 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 07 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília: Presidência da República, 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12690.htm. Acesso em: 22 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2012b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 22 set. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diferença entre lixão e aterro sanitário**. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/mmanoforum/item/15708-diferen%C3%A7a-entre-lix%C3%A3o-e-aterro-sanit%C3%A1rio.html>. Acesso em: 24 out. 2021.

CARDOSO, Alexandre. **Barragens do capitalismo**. São Paulo: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, [2019]. (Artigo em meio eletrônico). Disponível em: <https://www.mncr.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/barragens-do-capitalismo/@@download/file>. Acesso em: 24 out. 2021.

CARDOSO, Alexandre. **A cultura social da reciclagem, saberes e conexões: luta contra a exclusão social**. Porto Alegre: Lutas Anticapital, 2021a.

CARDOSO, Alexandre. Apresentação COSMAM. *In: Transmissão ao vivo de TV Câmara*. Porto Alegre, 23 mar. 2021b. (Trecho entre 1h47min e 2h04min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tthYZ_vCMKs. Acesso: 11 abr. 2021.

CARDOSO, Alexandre. **Do Lixo a Bixo: a cultura dos estudos e o tripé de sustentação da vida**. Belo Horizonte: Dialética, 2021c.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. O sujeito ecológico: a formação de novas identidades na escola. *In: PERNAMBUCO, Marta; PAIVA, Irene. (org.). Práticas coletivas na escola*. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

CETESB. Bonitas e ecológicas, as novas camisetas da CETESB usam fio têxtil de PET. Disponível em: https://www.cetesb.sp.gov.br/noticentro/2010/10/05_camisetas.htm#:~:text=Estima

%2Dse%20que%2C%20para%20a,a%20produ%C3%A7%C3%A3o%20da%20fibra%20virgem.> Acesso em: 26 set. 2023

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES. **Catador de material reciclável 5192-05**. Disponível em: <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/519205-catador-de-material-reciclavel>. Acesso em: 04 jan. 2022.

Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. **O que produzem as áreas de monocultivo de eucalipto?** Disponível em: <<https://mst.org.br/2023/03/02/o-que-produzem-as-areas-de-monocultivo-de-eucalipto/>> Acesso em: 30 out 2023.

OLIVEIRA, Cristiano Benites. **A questão social da reciclagem: um estudo sobre reflexividade, desigualdade e articulação de redes sociopolíticas no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2010.

ELIAS, Alexsânder Nakaóka. Entrevista com integrante do NAVISUAL[2023]. Entrevistador: Alexandro Cardoso. Porto Alegre, 2023. Entrevista cedida pelo WhatsApp.

Embrapa. **Mas você sabe o que são florestas nativas?** Disponível em: <https://www.embrapa.br/contando-ciencia/arvores/-/sset_publisher/Zd2bjD3HpAAC/content/sabe-quantas-arvores-sao-usadas-para-fazer-papel-/1355746?inheritRedirect=false#:~:text=No%20Brasil%2C%20as%20%C3%A1rvore%20s%20mais,de%20papel%20e%20de%20celulose.> Acesso em: 28 ago. 2023.

EVANS-PRITCHARD E.E. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, [1940], 1999. 2.ed.

FERNANDES, Leonardo. **Eucalipto: o deserto verde que ameaça a vida dos povos tradicionais do campo**. Disponível em:

<<https://mst.org.br/2017/02/21/eucalipto-o-deserto-verde-que-ameaca-a-vida-dos-povos-tradicionais-do-campo/>> Acesso em: 30 out. 2023.

FILGUEIRA, André Luiz de Souza. **Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas**. Ateliê Geográfico - Goiânia-GO, v. 15, n. 2, ago/2021, p. 186 – 201

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Traduzida por Luiz Felipe Baeta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, revisão de Ligia Vassalo. Petrópolis: Vozes, Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972. 260p. [Edição original publicada em 1969].

FREIRE, Paulo. **Não há educação neutra**. Disponível em: <<http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/1283>> Acesso em: 04 mar. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Freud, Sigmund. (1980). **O Estranho**. In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de S. Freud. (J. Salomão, Trans.) (Vol. 17, pp. 273-318). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1919)

FREUD, S. (1974). **Totem e tabu**. In S. Freud. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol.13, pp.11-191). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1913).

GONÇALVES, Marcelino Andrade. O Movimento Nacional dos Catadores de Resíduos Recicláveis no Brasil / 2005. **Revista Pegada**. V. 6, n. 2, 2005. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/1316/1313>> Acesso em: 01 out. 2023.

HAECKEL, Ernst. **Generelle Morphologie der Organismen: allgemeine Grundzüge der organischen Formen-Wissenschaft, mechanisch begründet durch die von C. Darwin reformirte Descendenz-Theorie** 2er bd. Berlin: Georg Reimer, 1866.

HERCULANO, Selene. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente, v. 3, n. 1, p. 01-20, 2008.

IAWP. Sobre. Disponível em: <<https://globalrec.org/pt-br/sobre/>> Acesso em: 10 out. 2023.

IAWP. **Congresso de Lançamento da Constituição**. <<https://globalrec.org/pt-br/global-meeting/congresso-de-lancamento-da-constituicao/>> Acesso em: 10 out. 2023.

IAWP. **First International and Third Latin American Conference of Waste-Pickers in Bogota, Colombia**. Disponível em: <https://globalrec.org/global-meeting/latin-american-colombia-2008/>> Acesso em: 10 out. 2023

ILHA das Flores. Direção: Jorge Furtado. Produção: Giba Assis Brasil; Monica Schmiedt; Nôra Gulart. Porto Alegre: Casa de Cinema, 1989, 1 DVD (aprox. 13 min): son.; color.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hh6ra-18mY8>. Acesso em: 05 out. 2023.

JANOWSKI, D. (2014). **A teoria de Pierre Bourdieu: Habitus, campo social e capital cultural**. VIII Jornadas de Sociología de la UNLP, 3 al5 de diciembre de 2014, Ensenada, Argentina. In: Actas.La Plata: UNLP.FAHCE. Departamento de Sociología. EmMemória Académica. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.4639/ev.4639.pdf> Acesso em: 29 set. 2023.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007.

KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. Social suffering. Berkeley: University of California Press, 1997.

MAUSS, Marcel. 1974 [1923-24]. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. **Sociologia e Antropologia**. v. II. São Paulo: Edusp.

MARX, Karl. **Escritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política**: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013

MERTIG Araujo, Joyce Marilene. **A Rede Latino-Americana de catadoras(es) como ator global: perspectivas subalternas da transformação que vem do lixo**. 2018. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. Disponível em: <[MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Criança no lixo, nunca mais**. Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/informma/item/1028-crianca-no-lixo-nunca-mais.html>> Acesso em: 27 set. 2023.](https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1/acao-estrategica-do-programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil#:~:text=O%20Programa%20de%20Erradica%C3%A7%C3%A3o%20do,de%20Tr%C3%AAs%20Lagoas%20(MS).> Acesso em: 27 set. 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - MNCR. **Ciclo da Cadeia Produtiva de Reciclagem**. São Paulo. Disponível em: <https://www.mnccr.org.br/biblioteca/formacao-e-conjuntura/ciclo-da-cadeia-produtiva-de-reciclagem>. Acesso em: 10 out. 2023.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - MNCR. **Integração de catadores da América Latina e Caribe é fortalecida no Panamá**. Disponível em: <<https://www.mnccr.org.br/noticias/integracao-de-catadores-da-america-latina-e-caribe-e-fortalecida-no-panama>> Acesso em: 10 out. 2023

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - MNCR. **Quantos Catadores existem em atividade no Brasil?** São Paulo, 01 fev. 2017. Disponível em: <https://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil>. Acesso em: 10 out. 2023.

MUNANGA, K. (2017). **As ambiguidades do racismo à brasileira**. In Kon, N. M. Silva, M. L., & Abud, C. C. (Orgs.). O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise (pp. 33-44). São Paulo: Perspectiva.

PEREIRA, Maria Cecília Gomes e TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. **Cad. EBAPE.BR**, v. 9, nº 3, artigo 10, Rio de Janeiro, Set. 2011.

PINTEREST. Velho/Homem do Saco. Disponível em: <<https://segredosdomundo.r7.com/homem-do-saco-papa-figo-lenda/>> Acesso em 17 abr. 2023.

PIVA, Maria Celeste. **Comentário no instagram**. Disponível em:
<<https://www.instagram.com/p/CrpR-csu3HM/>> Acesso em 30 abr, 2023.

Portal Transparência. **Contrato de Prestação de Serviço de Triagem, classificação, beneficiamento e comercialização de resíduos sólidos recicláveis da COOPERATIVA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA CAVALHADA, ASCAT**. Disponível em:
<https://cnc.procempa.com.br/cnc/servlet/cnc.procempa.com.br.wp_contratos?18651> Acesso em: 08 out. 2023.

ROCHA, Leonardo Cristian. As Tragédias de Mariana e Brumadinho: É Prejuízo? Para Quem? **Caderno de Geografia**, v.31, Número Especial 1, 2021.

RODRIGUES, N. **Os africanos no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Ed. da UNB, 1988.

ROSADO, Rosa Maris. **Na esteira do galpão: catando leituras no território cotidiano da reciclagem do lixo em Porto Alegre**. 2009. 333 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

SEGUEL, A. **Racismo ambiental**. Disponível em:

<http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=8117&cod_canal=49>

>. Acesso em: 05 out. 2023.

SAGI/MC. **Monitoramento SAGI: Série Relatos de Caso**. Disponível em:
<<http://blog.mds.gov.br/redesuas/monitoramento-sagi-serie-relatos-de-caso/>> Acesso em: 17 set. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

SILVA Caroline da; NASCIMENTO Luís Felipe do. 25 Anos da Coleta Seletiva De Porto Alegre: história e perspectiva. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, Novo Hamburgo, v. 14, n. 2, p. 33-50, jul./dez. 2017. DOI: 10.25112/rgd.v14i2.1135.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUSA, Donária Queiroga de, e MAGRIN, Eduardo de Figueiredo. O Aporte da Antropologia do Consumo e a Insustentabilidade Socioambiental Atual. **Revista ETHNE** v. 1 n. 2, p. 123 a 140 | (2022).

TROMBETA, Letícia Roberta. O trabalho dos catadores de materiais recicláveis: Da precarização à organização do trabalho. **Revista Pegada** –vol. 13 n.1, 2012.

THROOP, C. Jason. Minding experience: an exploration of the concept of “experience” in the early french anthropology of Durkheim, Lévy-Bruhl, and Lévi-Strauss, **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, V. 39, n. 4, p. 365–382 Fall 2003

VALLOUREC. **Extração de minério de ferro.** Disponível em: <<https://www.sun0.com.br/noticias/barragem-de-rejeitos-vallourec-minas-gerais/>> Acesso em: 28 out. 2023.

VIEIRA, Helena; ARAÚJO, Thayana. Lixões no Brasil geram 27 milhões de toneladas de CO2 no planeta, diz estudo. **CNN Brasil**, Rio de Janeiro, 03 nov. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/lixoes-no-brasil-provoca-27-milhoes-de-toneladas-de-co2-no-planeta-diz-estudo/>. Acesso em: 08 jan. 2022.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo de. **O Nativo Relativo.** MANA 8(1):113-148, 2002

WACQUANT, L. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de sociologia e Política, Curitiba**, n. 19, p. 99-110, nov. 2002.

ZARPELÃO, Sandro Heleno Moraes. A longa Guerra do Golfo: uma análise comparativa das Guerras do Golfo e do Iraque sob a ótica das Doutrinas Powell e Bush (1991-2003). **Anais...** do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

ZIGLIO, Luciana. Redes Socioambientais e os Resíduos: O Estado da Arte da Rede Latino Americana de Catadores Red Lacre. **Anais ...XV Coloquio Internacional de Geocrítica Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista** Barcelona, 7-12 de mayo de 2018.

ANEXO 1 — PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO MNCR

ARTIGO 1º

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR, trabalha pela **‘autogestão e organização’ 1** dos catadores através da constituição de Bases Orgânicas, em que a **‘participação’** de todos os(as) catadores(as) que querem ajudar a construir a luta de seus direitos, seja um direito internamente garantido, mas também um dever do catador com o Base Orgânica, com um critério de **‘democracia direta’ 2** em que todos têm voz e voto nas decisões, conforme critérios constituídos nas bases de acordo;

1 “Autogestão” é a prática econômica em que os trabalhadores são os donos das ferramentas e equipamentos de produção. Autogestão é o modo de organizar o trabalho sem patrões, tendo a decisão, o planejamento e a execução sob controle dos próprios trabalhadores.

2 “Democracia direta” é forma de decisão tomada pela participação coletiva e responsável da base. Uma decisão pode ser feita por consenso ou por maioria de votos, mas sempre deve respeitar antes de tudo a exposição das idéias e o debate.

ARTIGO 2º

O MNCR tem na **‘ação direta popular’ 3** bem como em outras formas organização um princípio e método de trabalho, que rompe com a apatia, a indiferença e a acomodação de muitos companheiros(as), que parta desde a construção inicial dos galpões e sua manutenção, não esperando que caia tudo pronto do céu, e até as mobilizações nas grandes lutas contra a privatização do saneamento básico e do lixo, contribuindo para a preservação da natureza, mas também lutando pelo devido reconhecimento e valorização da profissão dos catadores ;

3 “Ação direta popular” é um princípio e método que carrega o sentido do protagonismo do povo auto organizado, ou seja é o povo que deve fazer diretamente as transformações, com o exercício de suas próprias forças, união, organização e ação, sem viver esperando para que os outros façam por nós, que caia do céu como um milagre ou um presente, sem que nos esforcemos para isso; A ação direta pode ser da pessoa para o grupo, do grupo para a base, da base para o movimento, e do movimento para a sociedade;

ARTIGO 3º

O MNCR busca garantir a **‘independência de classe’ 4** em relação aos partidos políticos, governos e empresários, mas também lutando pela gestão integrada dos resíduos sólidos com participação ativa dos catadores organizados, desde a execução da coleta seletiva com catadores de rua, até a triagem e o beneficiamento final dos materiais, buscando tecnologias viáveis que garantam o controle da cadeia produtiva, firmando com os poderes públicos contratos que nos garantam o repasse financeiro pelo serviço prestado a sociedade, e cobrando das empresas privadas, produtora industrial dos resíduos o devido pagamento pela nossa contribuição na reciclagem.

4 “A independência de Classe” é o princípio histórico que orienta a luta do povo na busca pela nossa verdadeira emancipação das estruturas que nos dominam; significa que a união do povo, nossa luta e organização, não pode ser dividida por diferenças partidárias, nem se deixar manipular ou corromper pelas ofertas que vem das classes dominantes, governos e dos ricos;

Não significa ignorar as diferenças, sabemos que elas existem e são saudáveis, porém estas, não podem ficar acima do movimento a ponto de ser dividido. O acordo com este princípio é o que pode contribuir para que não soframos manipulações futuras.

ARTIGO 4º

No MNCR, ao contrário do individualismo e da competição, buscamos o **‘apoio mútuo’ 5** entre as/os companheiras/os catadoras/es, e praticando no dia a dia das lutas a **‘Solidariedade de Classe’ 6** com os outros movimentos sociais, sindicatos e entidades brasileiras e de outros países. E desta forma ir conquistando “o direito à cidade”, local para trabalho e moradia digna para todos, educação, saúde, alimentação, transporte e lazer, o fim dos lixões e sua transformação em aterros sanitários, más com a transferência dos catadores para galpões com estruturas dignas, com coleta seletiva que garanta a sustentação de “todas as famílias”, com creches e escolas para as crianças.

O **‘Apoio Mútuo’ 5** ou **Ajuda Mútua** é o princípio que orienta nossa atitude para a prática que contribui para a construção da solidariedade e da cooperação, é contrário aos princípios da competição, do egoísmo, do individualismo e da ganância;

A **‘Solidariedade de Classe’ 6** é o princípio histórico da união de todos os pobres. Sabemos que a sociedade que vivemos está dividida em classes: pobres e ricos, opressores e oprimidos, os que mandam e os que obedecem. Nosso povo faz

parte das classes Oprimidas, como um setor dentro delas, porem existem vários outros setores de classes oprimidas pelo sistema capitalista, como: os sem terra, os sem teto, os índios, os negros e kilombolas, os trabalhadores assalariados, etc.... É importante compreendermos isso pois em nossa luta sozinhos, não venceremos, a verdadeira vitória só pode ocorrer com uma profunda transformação da sociedade, ou seja, onde não existam mais ricos ou pobres, opressores e oprimidos, mas sim liberdade e igualdade. Para construirmos essa nova sociedade temos que construir na luta a “solidariedade com todos os setores das classes oprimidas”.

O catador organizado, jamais será pisado!

Pela construção do Poder Popular!

Viva o MNCR!!!

ANEXO 2 – 1ª CARTA DE BRASÍLIA

Os participantes do 1º CONGRESSO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, realizado em Brasília nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2001, que contou com a participação de 1.600 congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de dezessete estados brasileiros, e os 3.000 participantes da 1ª MARCHA NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, no dia 7 de junho do mesmo ano, apresentam a toda a sociedade e às autoridades responsáveis pela implantação e efetivação das políticas públicas, as reivindicações e propostas que seguem. E o fazem contando com a força nascida de um longo processo de articulação, apoiado pelo Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, que teve seu ponto alto no 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte, MG, em novembro de 1999, onde decidiu-se pela organização do presente Congresso.

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei que regulamenta a profissão catador de materiais recicláveis e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis.

Em relação ao Poder executivo, propomos:

1.1 – Garantia de que, através de convênios e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho.

1.2 - Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.

1.3 - Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais Recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas etc.

1.4 - Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis.

1.5 - Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo o país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público. Para isso, sua gestão deve ser responsabilidade do Estado, em seus diversos níveis de governo, em parceria com a sociedade civil.

1.6 - Priorização da erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que haja destinação de recursos do programa de Combate à Pobreza para as ações emergenciais.

2 - Em relação à cadeia produtiva:

2.1 – Garantir nas políticas de financiamentos e subsídios, que os recursos públicos sejam aplicados, prioritariamente, na implantação de uma política de industrialização dos materiais recicláveis que priorizem os projetos apresentados por empresas sociais de Catadores de Materiais Recicláveis, garantindo-lhes acesso e domínio sobre a cadeia da reciclagem, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda.

3 – Em vista da cidadania dos Moradores(as) de Rua

3.1 – Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação.

3.2 – Integração plena da População de Rua na política habitacional que garanta e subsidie a construção de casas em áreas urbanizadas, e que parta da recuperação e desapropriação dos espaços ociosos nos centros das cidades, garantindo-lhes o direito à cidade.

3.3 - Priorização da geração de oportunidades de trabalho, com garantia de acesso a todos os direitos trabalhistas, aos Moradores de Rua, superando especialmente as discriminações originadas na falta de domicílio e/ou na indicação de endereços de albergues.

3.4 – Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com os Moradores de Rua.

3.5 – Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de Rua, especialmente das crianças, em creches e escolas, independente de comprovante de residência, possibilitando também a inclusão das famílias que moram nas ruas no programa Bolsa-Escola.

3.6 – Inclusão dos Moradores de Rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional, como um segmento em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu encaminhamento a formas de trabalho que geram renda.

3.7 - Garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde - SUS aos Moradores de Rua, abrindo também sua inclusão nos programas especiais, como “saúde da família” e similares, “saúde mental”, DST/AIDS/HIV e outros, instituindo “casas-abrigo” para apoio dos que estão em tratamento.

Frente à significativa representação destes eventos, não temos mais dúvidas quanto à força e importância de nosso movimento e acreditamos que a transformação da realidade atual, será progressiva e crescente.

Acreditamos que a partir deste momento o Estado e a sociedade brasileira não terão condições de negar o valor do nosso trabalho. Lutaremos para alcançar maior autonomia e condições adequadas para exercer nossa profissão, comprometendo Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e/ou cooperativas de trabalho.

Trabalharemos cotidianamente pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões, colocando nossa força e nossas tecnologias à serviço da preservação ambiental e da construção de uma sociedade mais justa.

Pelo fim dos lixões!

Reciclagem feita pelos catadores, já!

Brasília, junho de 2001

ANEXO 3 – 2ª CARTA DE BRASÍLIA

Companheiras e companheiros, militância técnica, apoiadoras, apoiadores e simpatizantes do MNCR.

São quase 20 anos desde o primeiro 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel em 1999 que impulsionou a realização do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis em 2001, em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadoras e catadores e 500 técnicos. No congresso lançamos a Carta de Brasília, documento que ainda hoje expressa muitas necessidades da nossa categoria.

A principal bandeira de luta foi o nosso reconhecimento enquanto catadora e catador de materiais recicláveis, deixando de ser o estigmatizado e marginalizado catador de lixo. Atualmente, continuamos a luta pelo reconhecimento, já em outro patamar. A nossa importância já está definida na sociedade e nas leis, as catadoras e os catadores de materiais recicláveis são os principais agentes de gestão de resíduos e os protagonistas na cadeia produtiva da reciclagem. Apesar disso, ainda não somos valorizados e continuamos prestando serviços gratuitamente e sendo explorados pelas administrações públicas e privadas, com apenas algumas exceções.

Avançamos muito nesses anos de luta, construímos nossa identidade, criamos nossa bandeira, nossos princípios e objetivos e formamos um dos maiores movimentos mais importantes do mundo, com mais de 200 mil catadoras e catadores participantes.

Formamos e capacitamos milhares de catadoras e catadores de materiais recicláveis, executamos projetos, formações, encontros e lutas, que concretizaram esta nova etapa da luta em que estamos hoje. Se antes lutávamos para ser reconhecidos, hoje lutamos para ser valorizados.

A Comissão Nacional do MNCR esteve reunida nos dias 18, 19 e 20 de outubro de 2017 em Brasília e deliberou sobre a radicalização da democracia de base, a ampliação da participação de catadoras e catadores individuais, estando estes ainda nas ruas e lixões de nossas cidades.

Nosso movimento deve fortalecer a participação das catadoras e catadores de todas as regiões do país, buscando aprimorar o modelo de organização para melhorar a prática democrática e o respeito às trajetórias, a militância e o empenho de nossos militantes nacionais, estaduais, regionais e de base do nosso MNCR. E esse aprofundamento da organização das nossas bases deve reafirmar nosso

compromisso com a equidade de gênero garantindo a paridade em todas as nossas instâncias.

Nossas cooperativas e associações nasceram das ruas e lixões deste país, avançamos da individualidade para coletividade, mas não esquecemos nossas origens, portanto, queremos pactuar com a militância nacional, o comprometimento em organizar os desorganizados, incluir os excluídos, apoiar e fortalecer aquelas e aqueles que mais precisam, a parte da nossa categoria conhecida como avulsa, individuais. Precisamos organizar as catadoras e catadores de materiais recicláveis das ruas e lixões de todo o país, garantindo de vez a Reciclagem Popular, o controle da cadeia produtiva pelo viés da Economia Solidária.

Temos que ampliar nossa capacidade militante, reconhecendo, reafirmando e ampliando nossos militantes de base, militantes regionais, militantes estaduais e militantes nacionais fortalecendo nosso movimento para avançar na Reciclagem Popular.

Nesse sentido, devemos olhar para a questão da produtividade das nossas cooperativas. Devemos estar atentos e ocupar o espaço econômico que é nosso por direito afinal não existiria setor produtivo na reciclagem se não existissem os catadores. A Logística Reversa abre uma enorme possibilidade de negócios para nós se estivermos organizados para isso.

É fundamental também que reafirmemos nossos braços institucionais de representação, produção de conhecimento técnico e teórico e de gestão dos nossos projetos. Organizações como a Associação Nacional das Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis – ANCAT, como a União Nacional das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis – Unicatadores bem como das demais entidades parceiras orgânicas que compõem a luta, fortalecendo o nosso MNCR.

E, olhando para o futuro do Movimento, precisamos levar à frente projetos de caráter estratégico para a nossa perenidade e sustentabilidade. Nesse sentido, precisamos viabilizar uma Escola Nacional para cuidar da educação desta e das próximas gerações de catadores e catadoras. Precisamos estruturar também um Sistema de Crédito próprio dos catadores e criar Fundos de Solidariedade para apoiar os catadores na velhice e em situações extremas de saúde.

E, por fim, precisamos:

1-Reafirmar os princípios e objetivos do MNCR;

Protagonismo

Autogestão

Democracia de Base

Independência de Classe

Auto-Organização

Apoio Mútuo e Solidariedade de Classe

Respeito à diversidade em todas as suas formas

Construção da Reciclagem Popular

2- Reafirmar nosso compromisso militante para:

Radicalizar a participação

Radicalizar a organização

Radicalizar a formação técnica e política

Radicalizar a democracia.

Brasília (Distrito Federal), 13 de dezembro de 2017

Movimento Nacional das Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis –

MNCR